

Luiz Paulo Da Cas Cichoski

**EPISTEMOLOGIA SOCIAL: DOIS PROJETOS PARA A
DIMENSÃO SOCIAL DO CONHECIMENTO**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do grau de Mestre em Sociologia Política.
Orientadora: Prof^a Dr^a Márcia Grisotti

Florianópolis
2013

Luiz Paulo Da Cas Cichoski

**EPISTEMOLOGIA SOCIAL: DOIS PROJETOS PARA A
DIMENSÃO SOCIAL DO CONHECIMENTO**

Esta Dissertação foi julgada adequada para a obtenção do Título de Mestre em Sociologia Política, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política.

Florianópolis, 06 de Março de 2013.

Prof. Ricardo Müller, Dr.

Coordenador do Curso de Pós-Graduação em Sociologia Política

Banca Examinadora:

Prof.^a Márcia Grisotti, Dr.^a

Orientadora

Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Ricardo Virgolino da Silva, Dr.

Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Felipe Matos Müller, Dr.

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Prof. Alexandre Meyer Luz Dr.

Universidade Federal de Santa Catarina

AGRADECIMENTOS

Gostaria de prestar meus agradecimentos à Professora Márcia Grisotti que aceitou a tarefa de orientar um trabalho como esse, uma verdadeira aposta. Tratar de um tema recente na comunidade acadêmica e com escopo multidisciplinar é sempre uma medida audaciosa. A Professora Grisotti foi muito corajosa em dedicar sua atenção a assuntos com os quais tinha pouca familiaridade para auxiliar esse trabalho. Além da professora, gostaria de agradecer a todo o grupo do ECOS - Núcleo de Ecologia Humana e Saúde que também demonstrou grande receptividade ao tema.

Agradeço também ao auxílio dado pelo Professor Alexandre Meyer Luz. Tendo em vista o caráter multidisciplinar do tema tratado, foi de fundamental importância o contato com outros temas da epistemologia analítica contemporânea. Estendo meus agradecimentos ao conjunto de acadêmicos da filosofia que participaram dos grupos de leitura e atividades do SELF – Seminário Livre de Filosofia.

Agradeço ainda ao mestrando em Economia Bruno de Lorenzi Cancelier Mazzucco que desde a graduação tem sido um importante companheiro de estudos e nos últimos meses se mostrou um excelente revisor de minha incipiente produção acadêmica.

Por fim, agradeço a bolsa concedida pelo programa REUNI. Em especial ao professor Jacques Mick, coordenador da “Pesquisa de Perfil do Jornalista Brasileiro” a qual fui filiado ao longo desses dois anos de mestrado.

RESUMO

Ao longo da segunda metade do século XX a questão da relevância de variáveis sociais no empreendimento científico, a dimensão social do conhecimento, aproximou os campos da sociologia e da filosofia. Muitas abordagens e interpretações foram produzidas. Alguns teóricos abordam características sociais inerentes ao campo científico, outros abordam características sociais atuantes na cognição dos cientistas e há grupos teóricos que enfatizam a relação entre a sociedade e a ciência. O presente trabalho tratará de duas propostas distintas de abordagens sobre a dimensão social do conhecimento, que partilham a reivindicação de uma mesma nomenclatura: “Epistemologia Social”. Propõe-se uma descrição geral da obra de dois autores: Steve Fuller e Alvin Goldman. Fuller apresenta uma proposta normativa de epistemologia social com orientação política. Sustentando as reivindicações dos trabalhos sociológicos no campo, ataca o trabalho normativo que a Filosofia da Ciência tradicionalmente tenta empreender. Para Fuller a dimensão empírica é essencial para o trabalho normativo. Adotando o construtivismo social e o relativismo epistêmico Fuller propõe uma nova forma de organizar a busca pelo conhecimento. Essa nova organização daria ênfase à distribuição do conhecimento para que a população pudesse intervir na direção do crescimento do conhecimento. Essa direção adotada de forma democrática, em um fórum público liberal, faria com que a produção do conhecimento atingisse a máxima eficiência para a sociedade. Goldman apresenta uma proposta verística de epistemologia social. Seu projeto se vincula à epistemologia primária. O autor empreende uma análise confiabilista da dimensão social do conhecimento, isto é, busca analisar qual o potencial das práticas sociais no processo de formação de crenças verdadeiras por parte dos indivíduos. Para tanto o autor se concentra na avaliação dos processos de testemunho e argumentação. A partir dos elementos destacados na inspeção minuciosa desses processos, podemos elaborar estratégias de intervenção em casos reais onde o objetivo é a obtenção de verdades. Diante da exposição dessas duas propostas observa-se que existem diferentes abordagens que orientam um estudo da dimensão social do conhecimento. Essas diferentes abordagens têm diferentes objetivos e diferentes pressupostos, que acarretam na escolha de diferentes itens para análise. Entretanto, essas divergências não fazem com que os projetos sejam necessariamente antagônicos.

Palavras-chave: Dimensão social do conhecimento, Epistemologia Social, Steve Fuller, orientação política, Alvin Goldman, projeto verístico.

ABSTRACT

Throughout the second half of the twentieth century the inquiry on the relevance of social variables in the scientific enterprise, the social dimension of knowledge, has linked sociology and philosophy. Many approaches and interpretations were produced. Some theorists addressed social characteristics inherent in the scientific community, others addressed social characteristics of scientists' cognition and other theorists emphasize the relationship between society and science. This work deal with two approaches to the social dimension of knowledge that claim the same nomenclature: "Social Epistemology." We propose a general description on the work of two authors: Steve Fuller and Alvin Goldman. Fuller presents a proposal of normative social epistemology with politics orientation. Fuller sustain claims of sociological work in the field that attack the normative work traditionally undertaken by Philosophy of Science. Fuller says that the empirical dimension is essential to the normative work. Adopting social constructivism and epistemic relativism, Fuller proposes a new way of organizing the search for knowledge. This new organization would emphasize the distribution of knowledge so that people could interfere in the direction of knowledge's growth. This direction would be taken in a democratic way, in a liberal public forum, and make knowledge production reach maximum efficiency for society. Goldman presents a veristic approach to social epistemology. His project is linked to primary epistemology. Goldman undertakes a reliabilist analysis of the social dimension of knowledge, which seeks to analyze the potential of social practices in the process of forming true beliefs. The author focuses on the evaluation of our practices in testimony and argumentation. From the elements highlighted in this inspection, we can develop strategies to intervene in cases where the actual goal is to obtain true believes. Given the exposure of these two proposals we observe that there are different approaches that guide a study on the social dimension of knowledge. These different approaches have different goals and different assumptions, which lead to the choice of different items for analysis. However, this divergence does not make those projects necessarily opposite.

Key Words: Social dimension of knowledge, Social Epistemology, Steve Fuller, politic approach, Alvin Goldman, veristic project.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Variação do Grau de Crença no tempo	117
Quadro 2 – Probabilidades Objetivas do caso de Testemunho	125
Quadro 3 – Probabilidades Objetivas do caso com duas Testemunhas	131
Quadro 4 – Função de Verossimilhança do caso com duas Testemunhas	131
Quadro 5 – Avaliação de culpa do Réu pelos juízes A, B e C	166
Quadro 6 - Síntese comparativa entre as obras de Steve Fuller e Alvin Goldman.....	167

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	15
2. EPISTEMOLOGIA SOCIAL: ORIGENS DE UM CONCEITO EM DISPUTA.....	21
2.1 EPISTEMOLOGIA PRIMÁRIA: O TESTEMUNHO COMO FONTE DE JUSTIFICAÇÃO PROVENIENTE DA DIMENSÃO SOCIAL	26
2.2 ABORDAGENS SOCIOLOGICAS DO CONHECIMENTO....	35
3. STEVE FULLER: UM PROJETO POLÍTICO PARA O EMPREENDIMENTO CIENTÍFICO.....	43
3.1 O QUE É EPISTEMOLOGIA SOCIAL?	44
3.2 UMA METAFÍSICA SOCIAL PARA UMA EPISTEMOLOGIA SOCIAL	49
3.3 INCOMENSURABILIDADE: UM PROBLEMA PARA A OBJETIVIDADE.....	54
3.3.1 O silêncio inescrutável (<i>inescrutability of silence</i>)	62
3.4 QUESTÕES TEORICAS RELEVANTES PARA A ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO – ESTABELECENDO O QUE É “CIÊNCIA”	70
3.4.1 Teorias da Demarcação: como definir “ciência”?.....	71
3.4.2 Demarcação Dentro da Ciência: fronteiras entre as disciplinas	74

3.4.3 Consenso e Ciência	76
3.5 A NORMATIVIDADE DA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: UMA PROPOSTA POLÍTICA PARA A CIÊNCIA.....	81
3.5.1 A Normatividade.....	81
3.5.2 Orientação Política para a Ciência	83
4. ALVIN GOLDMAN: EPISTEMOLOGIA SOCIAL PAUTADA NA “VERDADE”	95
4.1 EM DEFESA DA EPISTEMOLOGIA PRIMÁRIA: A MOTIVAÇÃO DO PROJETO VERÍSTICO EM EPISTEMOLOGIA SOCIAL	98
4.2 O QUE É A VERDADE?.....	100
4.3 ESTRUTURA GERAL DE UMA EPISTEMOLOGIA SOCIAL	111
4.3.1 Operacionalizando a análise verística de práticas sociais ..	114
4.3.2 Testemunho	118
4.3.2 Argumentação	132
4.4 OUTROS CONCEITOS RELEVANTES PARA A EPISTEMOLOGIA SOCIAL.....	139
4.4.1 Princípio da Verdade-na-Evidência (<i>truth-in-evidence principle</i>)	140
4.4.2 Argumentação e Falácias de Autoridade e <i>Ad Hominem</i> ...	141

5. CONCLUSÃO: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS

145

5.1 O CONCEITO DE CONHECIMENTO 145

5.1.1 Seis críticas ao projeto clássico em epistemologia..... 147

5.2 ESCOPOS DE APLICAÇÃO..... 152

5.2.1 A Comunicação: um aspecto básico para uma teoria sobre a dimensão social do conhecimento..... 156

5.2.2 Realismo Científico..... 158

5.2.3 Outros eixos teóricos pertinentes para a Epistemologia Social 165

5.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE OS DOIS PROJETOS DE EPISTEMOLOGIA SOCIAL APRESENTADOS 167

5.3.1 Steve Fuller 169

5.3.2 Alvin Goldman..... 172

BIBLIOGRAFIA..... 177

1. INTRODUÇÃO

A epistemologia é um campo de estudos que busca compreender o que é o conhecimento. Tradicionalmente esse campo está inserido na filosofia e foi sendo trabalhado tendo como guia os seguintes questionamentos: O que é o conhecimento? Como podemos definir o conhecimento? O que queremos dizer quando afirmamos que alguém possui conhecimento? Ao responder essas perguntas os teóricos acreditam poder lidar melhor com o conhecimento, ou seja, derivar as formas adequadas de atingir o conhecimento, as formas adequadas de defender uma declaração de conhecimento, julgar se os casos de conhecimento apresentados no nosso dia-a-dia correspondem, de fato, a definição de conhecimento elaborada.

Em suma, o trabalho do epistemólogo pertencente à tradição filosófica se ocupa em estudar casos onde algum sujeito saiba que alguma coisa é o caso, ou seja, compreender qual o sentido de frases do tipo: “S sabe que p”, onde “S” é um sujeito e “p” uma proposição¹.

O sujeito “S” no tipo de frase “S sabe que p” sempre foi um indivíduo (como João, Maria, Eu, O papa, etc.). A concentração das análises de conhecimento em indivíduos se explica pela forte intuição de que o ato de conhecer envolve características pessoais: as atitudes proposicionais. A atitude proposicional mais relevante para o conhecimento é a crença na proposição em questão. Em uma frase do tipo “S sabe que p”, está implícita a atitude proposicional de que “S acredita que p”. A crença é um estado mental e apenas indivíduos têm mentes, logo a epistemologia deveria ter no indivíduo seu foco de análise.

Entretanto, ao longo do século XX os avanços no campo da Filosofia da Ciência ressaltaram a importância que elementos sociais exercem nas atitudes proposicionais dos cientistas, ou seja, destacam

¹ Esse tipo de conhecimento é chamado de “conhecimento proposicional”. Uma proposição se refere ao conteúdo ou significado de uma sentença. A propriedade relevante para que a proposição seja utilizada nas análises epistemológicas é a possibilidade de ela ser verdadeira ou falsa. Exemplos de frases do tipo “S sabe que p” são: “João sabe que choverá amanhã”, “Maria sabe que João está no escritório”, “Eu sei que Pedro Álvares Cabral descobriu o Brasil”, “O papa sabe que Deus criou o mundo”. Os epistemólogos identificam outros dois tipos de conhecimento: conhecimento por familiaridade e conhecimento processual. O conhecimento por familiaridade é aquele envolvido no reconhecimento de uma pessoa ou lugar (ter familiaridade com alguém ou algo). O conhecimento processual é o “*know-how*”, o “saber como”, sucintamente, possuir uma habilidade (andar de bicicleta, nadar, fazer uma soma, etc.).

que elementos sociais interferem naquilo que os cientistas acreditam. O caso da ciência é exemplar uma vez que o empreendimento científico parece ser a forma mais exitosa de formação de crenças candidatas ao conhecimento. O avanço científico foi um dos principais responsáveis pelas mudanças da relação dos homens com o mundo. Talvez até mesmo Francis Bacon ficaria impressionado com o grau de domínio alcançado pelo homem sobre a natureza neste início de século XXI. O sucesso obtido pelo empreendimento científico nos permite, ao menos, acreditar racionalmente nas crenças que os cientistas expressam. Uma vez que crenças com esse alto nível de adequação empírica, ou seja, boas candidatas a verdade, são afetadas por variáveis sociais, parece muito plausível que outras crenças com menor rigor de justificação e verificação, aquelas acerca do nosso dia-a-dia, também sofram essa influência.

A força dos debates sobre a avaliação de variáveis sociais na atividade científica fortalece a suposição de que grande parte das atividades que os seres humanos desenvolvem se dá coletivamente. Mesmo trabalhos concentrados nas atividades cognitivas de indivíduos específicos revelam débitos à esfera social em que esse indivíduo está imerso. Desta forma, o ideal cartesiano de um indivíduo altamente reflexivo, tentando extirpar qualquer influência exterior ao seu espírito (processo cognitivo), parece inalcançável, talvez até mesmo improdutivo. Ainda que, em última instância, a análise do conhecimento deva se dar tendo como sujeito um indivíduo², parece evidente que o meio social em que esse indivíduo está inserido afeta o conjunto de crenças por ele sustentada. Uma vez que contextos interpessoais e institucionais estão diretamente envolvidos em nossos processos de formação de crenças, justifica-se a emergência dos estudos acerca da dimensão social do conhecimento³.

O presente trabalho se dedicará a exploração de alguns dos recentes projetos criados para analisar essa dimensão social do conhecimento. A constelação de teóricos dedicados a essa temática cresceu significativamente nos últimos anos, em especial depois da

² Não trataremos aqui da questão de existência de crenças coletivas e, conseqüentemente, conhecimento de grupo. Trabalhos sobre o tema podem ser encontrados em Schmitt (1994), Thagard (1997), Gilbert (2004), Goldman (2004), List (2005), Mathiesen (2006), Hakli (2007) e Müller (2012).

³ Destaca-se que o termo central do presente trabalho, “Epistemologia Social”, trata do estudo dos fatores sociais que afetam aquilo que consideramos conhecimento. Assim, ressaltamos que esse termo não deve ser confundido com a Filosofia das Ciências Sociais, um campo que busca discutir particularidades das teorias das disciplinas inseridas no universo das Ciências Sociais.

segunda metade do século XX. Por se tratar de um campo de estudos em formação, as propostas teóricas se apresentam muito difusas. Ainda que exista um interesse comum, o tratamento da dimensão social do conhecimento, as abordagens partem de tradições teóricas diversas, propõem objetivos diversos, utilizam esquemas conceituais diversos, e apresentam aplicações diversas. A diversidade é tamanha que alguns pontos chegam a ser contraditórios, onde se estabelece um conflito e podemos identificar posições antagônicas.

Assim, além de apresentar o tema da dimensão social do conhecimento, este trabalho objetiva ressaltar diferenças das abordagens que buscam empreender essa tarefa. Tendo em vista esse objetivo, delimitaremos nosso estudo destacando dois autores que propõem projetos com o mesmo nome, “epistemologia social”, ressaltando que apresentam diferenças tão grandes que podem ser tratados como trabalhos diferentes, ou seja, tão distintos que podem ser desenvolvidos paralelamente, ainda que mobilizem o mesmo termo para se identificar, bem como, objetivam tratar do mesmo tema geral.

Trataremos aqui dos dois autores que mobilizam o termo “epistemologia social” com maior ênfase: Steve Fuller e Alvin Goldman. Steve Fuller é sociólogo com formação em Filosofia da Ciência e defende uma noção de epistemologia social de caráter político. A ênfase de sua obra se centra na organização das comunidades científicas e como esses grupos gerenciam os processos de criação, distribuição e extinção do conhecimento. Seu trabalho tem forte inspiração em Thomas Kuhn, onde se destaca o uso de uma versão do conceito de incomensurabilidade. O projeto de Fuller ainda defende a participação de toda a sociedade na definição dos rumos da ciência. Essa reivindicação é denominada de “ciência da plebe” (*plebscience*), e argumenta que os avanços científicos possuem impacto direto na vida de todos e, dada a falta de legitimidade epistêmica, os peritos não teriam direito de formar a agenda e distribuir os fundos destinados à ciência (FULLER, 2004).

Alvin Goldman desenvolve um projeto de epistemologia naturalizada atrelado à epistemologia primária, onde começou seus trabalhos. A epistemologia naturalizada, muito sucintamente, é a abordagem de temas filosóficos (neste caso a epistemologia) com o amparo de alguma ciência. No caso do projeto de Goldman, o primeiro momento se dirigiu à aproximação da epistemologia com as ciências cognitivas. Entretanto, ao perceber a grande influência da esfera social

para a formação de crenças, voltou suas atenções para a aproximação entre epistemologia e ciências sociais (de forma mais marcante as ciências econômicas e as ciências jurídicas). A epistemologia social de Goldman busca preservar muitas características da epistemologia primária. O próprio autor define sua abordagem como epistemologia social orientada para a verdade (alcançada por ele mesmo como “verofílica” (GOLDMAN, 2010)).

O objetivo principal do presente trabalho é fazer uma descrição abrangente das propostas desses dois autores. Uma visão geral da obra dos autores trás a vantagem de melhor articular os elementos centrais adotados, ressaltando a coerência que esses elementos têm entre si. Entretanto, essa abordagem mais geral impede que questões específicas sejam levantadas de maneira pormenorizada. Em especial, impede que sejam desenvolvidos debates acerca dos elementos que compõem as propostas. Não será apresentada qualquer conclusão sobre as discussões que permeiam as teorias apresentadas. Desta forma, seguindo esse objetivo, o formato que o trabalho apresenta é majoritariamente descritivo. Dada a ênfase em aspectos mais gerais, buscou-se como principal contribuição a apresentação do tema da dimensão social do conhecimento de forma introdutória.

A dimensão social do conhecimento apresenta uma quantidade imensa de publicações, sendo que a miríade de abordagens com as quais se pode investigá-lo torna difícil a tarefa de escolha das mais relevantes ou pertinentes. Desta forma, a adoção do conceito de “epistemologia social” como guia geral do presente trabalho forneceu uma delimitação precisa e possível de ser seguida, uma vez que esse é um conceito recente. Apesar de recente, os autores que formam suas teorias em volta desse termo explicitam a influência de muitas discussões prévias acerca do tema. Assim, ainda que não sejam tratadas diretamente, espera-se que a maioria das questões relevantes para o estudo da dimensão social do conhecimento esteja contemplada nesse trabalho.

Esse resgate histórico será realizado no capítulo subsequente que trata de distinguir as diferentes tradições teóricas as quais os dois autores em estudo pertencem. O capítulo buscará apontar que a origem do termo “epistemologia social” na obra dos dois autores é diferente, uma vez que as motivações para a consideração da dimensão social do conhecimento nas tradições teóricas às quais os autores estão ligados são diferentes. O capítulo três descreverá em maiores detalhes a obra de

Steve Fuller. O capítulo quatro a obra de Alvin Goldman. O capítulo cinco apresentará a análise comparativa das duas propostas.

2. EPISTEMOLOGIA SOCIAL: ORIGENS DE UM CONCEITO EM DISPUTA

A “Epistemologia Social” surge em meio a uma confusão de conceitos. Essa confusão conceitual decorre da imprecisão no uso do termo “epistemologia”. É possível identificar três tipos de trabalhos sendo executados utilizando o termo “epistemologia” (ou referindo-se ao termo “conhecimento”):

(1) epistemologia primária ou Teoria do Conhecimento – aquela que concentra a “tradição clássica” do trabalho epistemológico, de natureza mais abstrata, preocupada com a definição do conceito de “conhecimento”. Steup (2012) define epistemologia da seguinte forma:

Defined narrowly, epistemology is the study of knowledge and justified belief. As the study of knowledge, epistemology is concerned with the following questions: What are the necessary and sufficient conditions of knowledge? What are its sources? What is its structure, and what are its limits? As the study of justified belief, epistemology aims to answer questions such as: How we are to understand the concept of justification? What makes justified beliefs justified? Is justification internal or external to one's own mind?

(2) filosofia das ciências – grosso modo a discussão metodológica acerca de áreas específicas do conhecimento, ou seja, o debate sobre o modelo de justificação pertinente para cada área, o que faz surgir uma série de “epistemologias”: epistemologia jurídica, epistemologia econômica, epistemologia da educação, etc.;

(3) sociologia da ciência (ou do conhecimento) – um estudo empírico sobre a adoção de determinadas crenças por parte de uma comunidade científica (ou não) específica. Estudo esse que objetiva identificar o conjunto de razões que levam uma comunidade científica (ou não) a chamar determinada crença de conhecimento aceito ou legítimo.

Um momento fundamental para que essa confusão conceitual se instaurasse foi o desenvolvimento do Positivismo Lógico pelo Círculo de Viena. Os trabalhos dos filósofos que participaram desse grupo se

destacaram pela aproximação da epistemologia com as ciências. A importância desses trabalhos fez com que um novo campo da filosofia se consolidasse: a Filosofia da Ciência. Seu surgimento motivou a criação de uma série de filosofias de ciências específicas, como a filosofia da física, a filosofia da economia, a filosofia das ciências sociais, a filosofia da química, a filosofia da biologia etc. (o tipo (2)). Apesar de possuir inúmeras inter-relações, o trabalho em “epistemologia primária” (Teoria do Conhecimento) não se confunde com o trabalho da(s) filosofia(s) da(s) ciência(s). A Filosofia da Ciência não se restringe a aspectos epistemológicos. Por exemplo, uma parte relevante do campo se dedica a questões metafísicas que extrapolam o campo da epistemologia primária.

Mesmo com as duras críticas ao projeto de uma filosofia como provedora de justificações para os demais campos da ciência⁴, os trabalhos em Filosofia da Ciência avançaram de forma significativa. Ao longo do século XX figuras importantes como Karl Popper e Thomas Kuhn fizeram contribuições muito relevantes para esse campo. Popper em “*A lógica da Pesquisa Científica*” (2009) mantém o projeto positivista de justificação lógica (dedutiva) para as ciências empíricas. Popper fica marcado por defender o Falseacionismo em contrapartida ao Verificacionismo dos positivistas lógicos. Os detalhes dessa mudança não são relevantes para o presente trabalho. O que se busca destacar nas principais contribuições de Popper para a filosofia da ciência é seu método: a “filosofia de poltrona”. Neste tipo de teorização, a ênfase se dá no pensamento crítico e a priorístico para o desenvolvimento das conclusões. Esse procedimento destoa das formas usuais do método científico, caracterizados pelo constante levantando dados da realidade.

Justamente essa mudança na estratégia de elaboração de teorias notabilizou o trabalho de Thomas Kuhn em “*A Estrutura das Revoluções Científicas*” (1975). Nesta obra, Kuhn mobiliza seus conhecimentos acerca da história da ciência (particularmente da física, campo de estudos em que se formou originalmente) para fornecer uma base empírica à sua teoria. Esse trabalho dá ênfase a variáveis

⁴ Lyotard problematiza a capacidade de legitimação da ciência baseado na inexistência de um meta-discurso que garanta o conhecimento produzido (função tradicionalmente delegada à filosofia, particularmente à epistemologia): “Com a ciência moderna, duas novas componentes aparecem na problemática da legitimação. De início, para responder a questão: como provar a prova?, ou, mais geralmente: quem decide sobre o que é verdadeiro?” (LYOTARD, 1988, p. 54) Desta forma o autor passa a ser uma influência muito importante para a crítica da pretensa superioridade do discurso científico frente aos demais discursos mobilizados por uma sociedade.

sociológicas e se diferencia do trabalho tradicional realizado até então na Filosofia da Ciência⁵. O impacto da inserção de variáveis sociológicas pode ser visto na mobilização de termos que destoam dos trabalhos tradicionais da área.

Sua ênfase empírica foca no comportamento do grupo de cientistas, da “comunidade científica”, em busca de um consenso em torno da explicação mais apropriada. Ao questionar a linearidade do progresso científico (e o próprio conceito de progresso por consequência), Kuhn elabora uma descrição do comportamento da produção científica ao longo do tempo. A linearidade existe em períodos de “ciência normal”, quando um conjunto de considerações metafísicas e epistemológicas está acordado entre os cientistas, ou seja, um “paradigma” é adotado e dita como o cientista deve se portar, como o aprendiz deve se capacitar etc. Com o tempo os cientistas vão explorando as potencialidades do “paradigma” e acabam encontrando suas limitações. As “anomalias” surgem quando existem fatos que não podem ser explicados pelo “paradigma” adotado. Quando o número de “anomalias” é expressivo a “fé” no paradigma é abalada e surge um estado de “revolução”. Nesse período os cientistas deixam de lado o trabalho em torno do “paradigma” e passam a buscar novas fundamentações para o trabalho que desenvolvem (novos suportes metafísicos e epistêmicos; novos “paradigmas”). Em meio à disputa entre diferentes “paradigmas”, espera-se que um deles consiga “converter” a comunidade em direção a um novo consenso que, quando atingido, reestabelece o período de “ciência normal”.

A ênfase sociológica e a análise pouco convencional para os “filósofos de poltrona” abriu a filosofia da ciência para a sociologia⁶. A repercussão inicial da obra de Kuhn teve como resultado o aparecimento da Sociologia da Ciência, cujo principal expoente foi Robert Merton. Entretanto as teorias mais importantes desse novo campo surgiram no início da década de 1980 com o Programa Forte em Sociologia do Conhecimento Científico (*Sociology of Scientific Knowledge* ou *SSK*), também conhecido como Escola de Edimburgo.

⁵ É a partir da obra de Kuhn que se consolida a disciplina específica de História e Filosofia da Ciência, um campo muito prolífico que se distingue da Filosofia da Ciência pela ênfase nos dados históricos.

⁶ Para uma crítica do uso indevido de Thomas Kuhn por parte dos sociólogos, veja Renan Springer de Freitas (1998).

Esse breve relato histórico mostra como os três trabalhos norteados pelos conceitos de “epistemologia” e “conhecimento” estão interligados. Essa ligação deveria ser mais robusta. Os projetos (2) e (3) dependem de um conceito de “conhecimento” que deveria ser fornecido pelo projeto (1), entretanto, a epistemologia primária ainda não concluiu seu trabalho! Não existe um conceito de “conhecimento” plenamente aceito e muitos dos representantes dos projetos (2) e (3) acreditam que (1) não pode fornecer um conceito aplicável para seus trabalhos. Desta forma, “conhecimento” para (1) não é a mesma coisa que “conhecimento” para (2) que não é a mesma coisa que “conhecimento” para (3)⁷.

Não é preciso fazer uma longa incursão pelos diferentes projetos para identificar essa diferença básica. A definição de conhecimento mais aceita em (1) é crença, verdadeira e justificada. Alguns teóricos de (2) não estão preocupados com a definição de conhecimento, estão centrados na análise da produção do empreendimento científico e tomam os resultados obtidos pelos cientistas como conhecimento, sem se ater a definição oferecida por (1). Para teóricos de (1) o termo “conhecimento científico” é muito difícil de ser sustentado, em especial pela condição de que “conhecimento” deve ser verdadeiro (não faz sentido dizer que temos conhecimento de uma falsidade). Os teóricos de (2) que discutem a ciência pautados pela definição de (1) têm o cuidado de substituir o termo “conhecimento científico” por “teorias científicas”, onde as exigências para o aceite das últimas não exigem a verdade do discurso científico em análise.

O projeto (3) se pauta nas crenças que são tomadas como conhecimento por uma comunidade. Pode-se dizer que a preocupação desses teóricos está em mostrar como contextos sociais legitimam determinadas crenças. A pergunta que guia esse projeto pode ser expressa por: “Porque determinada crença tem a aprovação da comunidade x?”. Não é necessário que um pesquisador comprometido com esse tipo de estudo sustente uma posição relativista em relação ao conhecimento. Pode-se levar adiante um trabalho desse campo

7 Goldman (2002) observa essa diferença e identifica ao menos quatro usos para o termo “conhecimento” nos trabalhos que empreendem alguma atividade na análise da dimensão social do conhecimento: (1) conhecimento como crença; (2) conhecimento como crença institucionalizada; (3) conhecimento como crença verdadeira; e (4) conhecimento como crença verdadeira justificada. Fazendo o paralelo com a nossa apresentação de trabalhos reivindicando a temática da “epistemologia”, as noções de conhecimento (1) e (2) são empregadas pelo projeto da sociologia da ciência (ou do conhecimento), enquanto as noções (3) e (4) são próprias do trabalho em epistemologia primária (Teoria do Conhecimento).

considerando a definição de (1). Uma crença legitimada por determinada comunidade não precisa ser definida, necessariamente, como conhecimento. Outros fatores estão envolvidos no processo de legitimação de uma crença por uma comunidade, por exemplo, fatores práticos. Igualar conhecimento a crença legitimada faz surgir casos problemáticos como a atribuição do conhecimento de que Deus existe para a comunidade católica europeia na Idade Média. Claramente a crença na existência de Deus era legitimada pela comunidade daquele período. Mas esse fato faz com que a proposição “Deus existe” ser verdadeira para aquele período?

Ainda que se possa realizar trabalhos em (2) e (3) guiado pelos conceitos apresentados por (1), quando alguma incoerência é encontrada, observa-se a tentativa de reformas gerais no campo da epistemologia. Isso ocorre quando, por exemplo, (3) se propõe a fazer o trabalho de (1). Geralmente, esse tipo de movimento se dá negligenciando ou atacando (1) sem compreender que os objetivos que orientam cada um desses trabalhos são diferentes. A busca por uma fundamentação teórica, orientada para os fins particulares de uma abordagem específica, pode dizer muito pouco ao trabalho realizado por (1). Faz-se necessária uma adaptação para que as críticas cheguem aos outros projetos⁸, mas poucos teóricos têm essa preocupação.

É em meio a esse conturbado histórico de mau uso dos termos “epistemologia” e “conhecimento” que surge a “Epistemologia Social”. Particularmente, ela surge como derivação de dois desses projetos que reivindicam parte na epistemologia: (1) epistemologia primária e (3) sociologia da ciência (do conhecimento). Uma vez que a origem é diferente, as motivações para se levar em conta a dimensão social do conhecimento também divergem. A epistemologia primária passou a conferir atenção ao tema a partir do debate acerca do testemunho, enquanto a sociologia da ciência explora a influência decisiva que os fatores sociais exercem na resolução das controvérsias científicas (criticando noções restritas de racionalidade a fatores exclusivamente cognitivos). Tratemos agora de cada uma dessas motivações.

⁸ Propostas revisionistas, que realizam o trabalho de adaptação, podem ser encontradas em Martin Kusch (2002) e Helen Longino (1990; 1994; 2002).

2.1 EPISTEMOLOGIA PRIMÁRIA: O TESTEMUNHO COMO FONTE DE JUSTIFICAÇÃO PROVENIENTE DA DIMENSÃO SOCIAL

O testemunho é um tema que surgiu na filosofia no século XVII com David Hume e Thomas Reid, mas é um tópico que foi negligenciado até o início da década de 1990⁹. O debate original começou com a reivindicação de Hume de que o testemunho é uma fonte confiável e isso pode ser comprovado através da indução. Nós nos habituamos a presenciar casos de testemunho correto, logo parece muito plausível que um testemunho seja correto. A posição de Hume é caracterizada como “reducionista”, uma vez que o testemunho não é uma fonte primária de conhecimento. Não aceitamos o testemunho como conhecimento à primeira vista. Segundo Hume, checamos o testemunho através de outros meios (observação, memória, raciocínio) antes de tomá-lo como uma fonte confiável. Não existe qualquer ligação entre o testemunho e a realidade, apenas acontece que confirmamos essa ligação ao longo do tempo. A justificação para o testemunho não decorre do testemunho em si, mas da indução de que ele é confiável (após um grande número de testemunhos serem confirmados).

Reid respondeu às observações de Hume sustentando dois princípios inerentemente humanos (conferidos por Deus, que intencionava criar-nos “criaturas sociais”): a) princípio da veracidade – a propensão a falar a verdade; b) princípio da credulidade – propensão a acreditar naquilo que nos dizem (ADLER, 2012). Com base nesses dois princípios, Reid argumenta que não precisamos de qualquer outra fonte de conhecimento para “checar” as crenças transmitidas através do testemunho. Essa posição é acunhada de “anti-reducionista”.

Peter Graham esclarece essas duas posições no debate contemporâneo de forma muito objetiva ao comparar o princípio epistêmico do testemunho com o princípio epistêmico da percepção. Esses princípios são assim definidos:

⁹ Dois trabalhos importantes na epistemologia contemporânea sobre o testemunho são anteriores: Coady (1973) em “*Testimony and observation*” argumenta contra a possibilidade da redução do testemunho a outras evidências obtidas através da observação. E Hardwig (1985) chama a atenção para nossa dependência epistêmica a outros indivíduos em “*Epistemic Dependence*” (apesar do foco de Hardwig ser mais na autoridade científica do que em testemunhos em geral). Embora o debate só ganhe peso em 1992 com a publicação do primeiro livro totalmente dedicado ao tema, “*Testimony: a Philosophical Study*” de Coady.

(PER) If S's perceptual system represents an object x as F (where F is a perceptible property), and this causes or sustains in the normal way S's belief of x that it is F, then that confers justification on S's belief that x is F.

(TEST) If a subject S (seemingly) comprehends a (seeming) presentation-as-true by a (seeming) speaker that P, and if that causes or sustains in the normal way S's belief that P, then that confers justification on S's belief that P (GRAHAM, 2006, p. 98).

Um epistemólogo pode negar que a percepção seja um princípio epistêmico válido. Para esse epistemólogo, a percepção é epistemicamente neutra, ela não interfere na análise epistêmica do caso. A percepção, por si só, não é razão suficiente para que um sujeito acredite nessa representação do mundo exterior¹⁰, ou seja, a percepção não confere justificção por si só. Um epistemólogo que reivindicasse a necessidade de outras fontes não perceptuais, como a inferência introspectiva de que a percepção corresponde à forma como o mundo de fato é, para uma crença originada pela percepção seria um “reducionista”. Enquanto outro epistemólogo poderia conceder que a percepção é um princípio epistêmico aceitável e, portanto, uma fonte apropriada de justificção sem qualquer apelo a outra fonte de conhecimento, sendo um “anti-reducionista” quanto a percepção (GRAHAM, 2006).

Frederick Schmitt (1994) coloca o testemunho como o pilar de uma epistemologia social¹¹. A epistemologia primária, até a discussão acerca do testemunho, possuía uma posição absolutamente individualista. A tarefa de inspecionar cuidadosamente as justificções que utilizamos para sustentar as crenças candidatas ao conhecimento é

¹⁰ Esse argumento que parece tão forçado para as preocupações cotidianas é muito importante na história da epistemologia. René Descartes (1979) em suas “*Meditações*” apresenta argumentos contrários aos sentidos (falha corriqueira, não ser possível diferenciar dos sonhos, haver a possibilidade de estarem sendo controlados por entidades como um Gênio Maligno).

¹¹ Frederick Schmitt foi um dos primeiros autores a mobilizar o termo “epistemologia social”. A primeira produção sobre o tema na filosofia, a edição nº73 do periódico *Synthese*, foi por ele organizada em 1987. No presente trabalho Schmitt figura como autor secundário uma vez que Goldman se firmou como figura central da Epistemologia Social após a obra “*Knowledge in a Social World*” (1999), onde definiu os contornos gerais de um projeto de Epistemologia Social, trabalho esse que Schmitt não conseguiu realizar.

tratada como uma atividade orientada pelo individualismo, onde somente um sujeito individual pode ser creditado como possuidor de conhecimento. Mesmo com a inserção da discussão em torno do testemunho, a visão individualista é adotada com primazia nos trabalhos recentes em epistemologia primária. Não é espanto algum encontrar trabalhos que focam nas competências individuais dos sujeitos creditados como possuidores de conhecimento. Notadamente a vertente internalista¹² aborda a questão desse modo, sendo um exemplo refinado da posição (e herança do projeto Cartesiano¹³) o egoísmo epistêmico de Richard Foley (1987; 2004).

O apelo ao individualismo é tão forte que Schmitt (1994) identifica duas versões de testemunho orientadas por essa abordagem: a versão forte e a versão fraca. A versão forte (*strong individualism*) nega que qualquer crença derivada de testemunho possa ser justificada, todas as crenças devem ter justificação de “primeira mão” (*first-hand*). Essa posição é muito radical e contra-intuitiva, visto que: “it excludes my knowledge of my own name, birthdate, who my parents are, what town I live in, and the proposition that a cloudless sky is generally blue” (SCHMITT, 1994, p. 5). Por outro lado, a versão fraca (*weak individualism*) é idêntica à posição reducionista apresentada anteriormente, onde a justificação para um testemunho advém de outras fontes de justificação. Através da indução o sujeito passa a crer nos testemunhos futuros, a indução é realizada levando-se em conta a veracidade de testemunhos recebidos no passado com a verdade da proposição testemunhada (confirmando a adequação entre aquilo que foi dito com o estado de coisas). Schmitt (1994) apresenta seis razões para a sustentação da posição do individualismo fraco:

a) O projeto egocêntrico (Cartesiano) – grande parte do trabalho em epistemologia tem inspiração cartesiana onde as crenças passíveis de serem consideradas como conhecimento, aquelas que podem ser classificadas como crenças justificadas, emergem de um projeto cuidadoso de revisão do conjunto de crenças sustentadas por um indivíduo. Schmitt (1994) aponta para duas modalidades de análise das crenças: uma radical e outra moderada. A radical é a tarefa empreendida por Descartes (1979), onde o sistema de crenças é reconstruído a partir

¹² Para maiores esclarecimentos sobre a disputa entre internalistas e externalistas, veja Matthias Steup (2006) e George Pappas (2005). Essa discussão foge ao escopo do presente trabalho.

¹³ Muito mais que referência na história da disciplina Descartes é um teórico chave da epistemologia primária. Suas obras continuam servindo de inspiração para muitos projetos contemporâneos na área.

do zero. A versão moderada de projeto egocêntrico apenas preconiza a ordenação do conjunto de crenças do indivíduo; essa tarefa tem por objetivo “arrumar a casa”. Não é preciso retroagir ao zero, o indivíduo pode se apoiar em crenças já existentes, a análise serve apenas para identificar quais crenças não estão devidamente sustentadas.

O foco individualista deriva do fato de que crenças são subjetivas (relativas, tão somente, a um indivíduo) e da particularidade do trabalho de análise e revisão do conjunto de crenças ser sempre tratado como um empreendimento individual guiado pela introspecção. Entretanto, essas considerações não impedem que um trabalho social possa ser empregado na revisão de nossas crenças: “it remains an open question whether I can put my house in significantly better order than it is now in without relying on the testimony of others for justification” (SCHMITT, 1994, p. 7). Apesar da abertura para um trabalho de ordem social o projeto egocêntrico continua sendo importante, visto que antes de proceder a um debate faz-se necessária a organização interna das crenças dos indivíduos em interação. Esse argumento a favor do individualismo fraco apenas garante a validade do individualismo como projeto complementar na epistemologia, não exclui um projeto social.

b) O projeto anticético – Sendo o ceticismo metodológico a fonte das dúvidas de Descartes (1979) para desenvolver seu projeto egocêntrico partindo do zero, a resposta ao ceticismo também favorece uma abordagem individualista para a epistemologia. O indivíduo deve se certificar de que suas crenças ordinárias (a respeito da existência do mundo físico, por exemplo) são confiáveis. A primeira vista essa pressão em favor de conhecimento de primeira mão parece minar a confiabilidade do relato de terceiros. Entretanto, Schmitt (1994) assevera que não fica clara a existência de uma assimetria na confiabilidade da experiência do indivíduo em relação à confiabilidade no testemunho de outros. O ceticismo não mostra que devemos desconfiar em maior grau dos testemunhos do que das nossas próprias crenças.

c) A concepção deontica de justificação e acesso internalista – versões mais rigorosas de justificação parecem exigir características que apenas serão cumpridas por indivíduos, excluindo a possibilidade de uma justificação transindividual. Essas versões rigorosas são compostas por requisitos internalistas, onde a justificação só pode ser concedida

caso o indivíduo tenha acesso a essa justificação¹⁴. Dado que um caso de testemunho pode não explicitar quais são as razões que a testemunha tem para acreditar no que é relatado, parece que o indivíduo que ouve o relato carecerá de acesso a justificação da proposição proferida. A assimetria que o projeto anticético não é capaz de promover está presente na concepção deontica de justificação. Um indivíduo pode refletir sobre as razões que o levam a sustentar uma crença, mas parece muito implausível que consiga acessar as razões que os outros têm para sustentar as crenças que expressam.

d) Confiabilidade obtida naturalmente vs. artificialmente – comparando a confiabilidade de crenças oriundas da percepção ou da indução com as crenças provenientes do testemunho, existe uma preocupação de que os fatores sociais tendem a interferir no processo de cognição reduzindo sua confiabilidade. Desta forma, somos levados a corrigir essa tendência verificando a confiabilidade dos testemunhos através de outras crenças não-testemunhais. Entretanto, essas outras fontes “naturalmente” confiáveis parecem não se sair tão melhor quanto o testemunho, em uma inspeção mais rigorosa. Parece que também utilizamos outros tipos de crenças para sustentar a confiabilidade de nossas induções e percepções, por exemplo. Desta forma, parece pouco plausível que a confiabilidade natural depositada em crenças oriundas de percepção e indução deva ser mais frequente que a confiabilidade natural que depositamos em crenças testemunhais. Há de se fazer a ressalva de que a confiabilidade natural de qualquer dessas fontes de crença deve levar em conta uma metafísica ingênua (*naive metaphysics*), aquela empregada em situações ordinárias do dia-a-dia, excetuando-se contextos com padrões elevados, como uma discussão com um cético, onde todas essas fontes teriam sua confiabilidade natural questionada.

e) Necessidade de justificação de primeira mão – o testemunho sempre deve ter outra justificação de primeira mão. Precisa-se formar uma crença antes de realizar o testemunho. A testemunha forma suas crenças, inclusive aquela que proferiu, através de justificações de primeira mão. Apesar disso, Schmitt (1994) crê que justificação de segunda mão também é importante no nosso conjunto de crenças e não

¹⁴ Sinteticamente, a concepção deontica de justificação é uma abordagem de avaliação que analisa as responsabilidades e deveres intelectuais do agente. O ingrediente internalista dessa abordagem é a noção implícita de que o agente tem algum controle sobre seu processo de formação de crenças. A partir do princípio “dever implica poder”, onde alguém só tem a obrigação de realizar a ação A caso possa realizar a ação A, se alguém tem a habilidade de formar uma crença mediante uma evidência, parece haver uma forma de controle sobre a formação das suas crenças (PAPPAS, 2012).

há motivo para descartar sua importância. Assim, devemos nos concentrar em estudar minuciosamente fontes de justificação de segunda mão, como o processo de testemunho.

f) Familiaridade da redução – os casos de testemunho parecem se acomodar sobre outros fenômenos epistêmicos mais bem compreendidos, ou seja, a redução à justificação de crenças não-testemunhais parece ser plausível e é aceita facilmente pelos epistemólogos.

Ao apresentar essas seis razões que motivam o emprego do individualismo fraco, Schmitt (1994) já tentou elaborar algumas objeções. (a) Contra o projeto Cartesiano, o autor argumentou que o trabalho criterioso de avaliação das crenças por parte do indivíduo não impede que essa análise seja feita com o auxílio de testemunhos; (b) argumentou que o ceticismo não cria uma assimetria entre crenças sustentadas pela mente do indivíduo e crenças expressas por outros indivíduos; (c) mostrou que não são apenas as crenças provenientes de testemunhos que têm problemas com a confiabilidade; (d) argumentou que justificações de segunda mão têm papel relevante no nosso conjunto de crenças e merecem ser analisadas com tanta ênfase quanto as justificações de primeira mão; e (e) observou que é muito cômodo ao epistemólogo analisar casos de testemunho pelo viés reducionista, dado que testemunhos têm justificação de segunda mão e o epistemólogo está mais familiarizado com os processos de justificações de primeira mão. Schmitt organiza as principais críticas, dirigindo-as a três possíveis versões de individualismo fraco: (1) versão indutivista; (2) paridade epistêmica; e (3) coerentismo:

(1) A versão indutivista do individualismo fraco apregoa que as crenças testemunhais são justificadas através de crenças justificadas não-testemunhais que atestam a confiabilidade do testemunho (posição padrão do “reducionismo”). Essa crença na confiabilidade do testemunho se estabelece através de uma indução, onde o indivíduo compara os testemunhos com a verdade das proposições a ele comunicadas, ou seja, através da certificação em primeira mão das crenças relatadas por outros. Schmitt (1994) aponta três argumentos contrários a essa versão: (I) o indutivismo não consegue explicar o aprendizado de novas línguas. Parece pouco plausível que crianças formem uma base indutiva para passar a crer naquilo que os outros lhes dizem quando estão aprendendo a falar. O mesmo se dá no aprendizado de outra língua. O aluno deve acreditar no testemunho de seu professor,

entretanto, o aluno jamais teve contato com a língua que está aprendendo e, portanto, não pode desenvolver um argumento indutivo para crer justificadamente no que o professor lhe diz; (II) nosso comportamento perante testemunhos indica um pressuposto de caridade. “Relato” e “testemunho” são termos utilizados pressupondo a confiabilidade desse processo de compartilhamento de crenças; (III) Schmitt (1994) acredita que o mais forte argumento contra o indutivismo é a impossibilidade de confirmar a confiabilidade no processo de indução. O número de testemunhos que um indivíduo checa através de outras fontes não-testemunhais parece ser insignificante para que a indução seja realizada e confira confiabilidade ao testemunho.

(2) Outra versão de individualismo fraco apela para a paridade epistêmica das crenças sustentadas por dois indivíduos. A paridade epistêmica diz que não posso concluir que minhas crenças são mais bem sustentadas do que as crenças dos demais. A partir dessa ideia, um defensor do individualismo fraco poderia tentar explicar nosso comportamento diante do processo de testemunho. Mas essa estratégia contém problemas. O primeiro problema é o pressuposto de que as posições epistêmicas são fortes, ou seja, que o conjunto das minhas crenças está realmente justificado e que o conjunto de crenças dos outros também está justificado. Uma concessão tão ampla como essa é muito menos razoável que os princípios de veracidade e credulidade de Reid.

Além disso, a paridade epistêmica não garante que uma interação entre dois indivíduos (e, conseqüentemente, dois conjuntos de crenças) seja sempre harmônica. O argumento da paridade sustenta que cada indivíduo está igualmente autorizado em acreditar nos seus próprios conjuntos de crenças, mas não garante que o intercâmbio de crenças preserve essa autorização. Isso somente ocorrerá quando minha posição epistêmica for similar à da testemunha, o que não decorre do pressuposto de paridade epistêmica, que apenas estabelece uma igualdade no grau de confiança que tenho perante meu conjunto de crenças com o grau de confiança que os outros têm em seus respectivos conjuntos de crenças.

Assim uma explicação do testemunho que apela para a paridade epistêmica dos sujeitos não é bem sucedida. Mesmo quando dois indivíduos se encontram em posição epistêmica forte, isso é seu conjunto de crença tem justificação, não se segue que um deles deva acreditar, necessariamente, naquilo que o outro testemunhar. A confiança que cada indivíduo tem sobre seu respectivo conjuntos de

crenças não é condição suficiente para que qualquer testemunho da outra parte seja adotado de forma a priorística.

(3) A última forma de individualismo fraco é o coerentismo. Nessa versão, as crenças testemunhais serão justificadas quando forem coerentes com as crenças não-testemunhais. Entretanto, para que isso seja praticável precisaríamos ter um conjunto de crenças não testemunhais significativo, como no caso da versão indutivista. Isoladamente existe pouca coerência entre crenças testemunhais e crenças não testemunhais. Uma versão mais abrangente de coerentismo poderia propor uma análise de coerência expandida, considerando todas as crenças, as não testemunhais e as testemunhais. Entretanto, essa proposta não seria mais compatível com o individualismo fraco, uma vez que crenças testemunhais já seriam utilizadas como fonte de justificação.

Diante das objeções ao individualismo fraco, Schmitt (1994) apresenta duas alternativas para que os epistemólogos lidem com a questão:

I - Justificação primária *prima facie* – seguindo a contribuição de Reid ao debate podemos conferir uma justificação *prima facie* para o testemunho através de princípios. Reid utilizava os princípios de veracidade (disposição a falar a verdade) e credulidade (disposição de acreditar naquilo que é dito). Esse tipo de princípio pode ser sustendo por um apelo a características tais como nossa aceitação comum, conformidade com a linguagem ou por necessidades práticas. Observa-se que essa justificação derivada de princípios é muito baixa. Ela é suficiente para uma justificação básica, podendo ser derrotada por outros testemunhos ou crenças não testemunhais. Podemos formular o princípio de justificação do testemunho de formas mais ou menos sociais. Uma forma social de formulação seria: “If someone testifies to S that p, then s is *prima facie* justified in believing p” (SCHMITT, 1994, p.16). Uma maneira menos social seria: “If it seems to S that someone testifies to S that p, then S is *prima facie* justified in believing p” (SCHMITT, 1994, p.16). A vantagem da segunda formulação é sua consistência com algumas versões de internalismo. A partir da adoção de um princípio menos social, um adepto do internalismo poderia também empreender uma epistemologia social que não incorre nos problemas apresentados pelo individualismo fraco.

II - Confiabilismo – podemos adotar a visão de que as crenças testemunhais estão justificadas em virtude de resultarem de um processo

de formação de crença confiável. Esse projeto também pode ser elaborado em termos mais ou menos sociais. Em termos individualistas, pode-se conferir a confiabilidade do testemunho pela representação que um indivíduo faz desse processo. Nessa modalidade entende-se o processo de formação de crença como um processo cognitivo realizado por um indivíduo. Entretanto, podemos interpretar o processo de testemunho com uma prática cognitiva social, onde a cognição tanto da testemunha quanto do ouvinte são relevantes.

As alternativas propostas por Schmit (1994) implicam na relevância da questão do testemunho para qualquer discussão em epistemologia. Assim se constitui o campo da epistemologia social que pode ser desenvolvido em três ramos: “the role of social factors in individual knowledge; the organization of the cognitive labor of individuals and groups of individuals; and the nature of collective knowledge” (SCHMITT, 1994, p. 4). O primeiro ramo trata das versões mais brandas de epistemologia social que preservam o aspecto individualista da tradição clássica¹⁵, apenas reconhece que existem fatores sociais interferindo na formação de crenças dos indivíduos (o caso do testemunho até aqui explorado pertence a esse tipo de atividade). O segundo ramo sugere formas de aplicação das nossas teorias sobre o conhecimento para orientar qualquer trabalho social que envolva crenças (visto que esses projetos podem ser utilizados para formação e disseminação de crenças falsas ou para o limite de acesso a algumas crenças verdadeiras¹⁶). O último ramo trata das consequências de uma noção de conhecimento coletivo. A visão individualista preservada no primeiro ramo (e, em grande parte, mantida no segundo) seria revista contrastando com uma visão holista.

¹⁵ Kitcher (1994) defende essa forma de epistemologia social, onde a principal função desse novo ramo seria a investigação da confiabilidade dos vários tipos de processos sociais de formação de crença. Kitcher aponta três pontos básicos para uma epistemologia social: a) indivíduos são sujeitos primários de conhecimento. Atribuir conhecimento para uma comunidade é fazer uma asserção sobre os estados epistêmicos dos membros dessa comunidade. b) X sabe que p se e somente se (i) X acredita que p; (ii) p (é verdadeira); e (iii) a crença de X de que p foi formada por um processo confiável. c) A confiabilidade do processo que produz a crença de X de que p depende de propriedades e ações de outros sujeitos, além de X.

¹⁶ Goldman em (2009) explora casos onde o resultado que desejamos é não ter acesso a crenças verdadeiras. Para tanto, oferece como exemplo o caso das fontes de recursos de uma campanha eleitoral. Nesse caso, seria melhor que os candidatos não soubessem quem foram seus financiadores para não serem influenciados por essa informação na hora de tomar alguma decisão.

Nessa sessão buscou-se apresentar como a dimensão social do conhecimento se tornou um assunto de interesse para a epistemologia primária. Esse campo se tornou relevante a partir da discussão acerca do status epistêmico do processo de testemunho. Historicamente, no século XVIII, os filósofos David Hume e Thomas Reid começaram a discussão sobre o tema que só foi resgatado com vigor no início da década de 1990. O interesse dos teóricos no tema se centra na força epistêmica do testemunho em ser justificado a priori ou se um testemunho sempre necessita de outras fontes de justificação. Através de Schmitt (1994) apresentou-se um conjunto de argumentos a favor da versão “reducionista”, com forte inspiração individualista, e as críticas dirigidas a essa posição. O importante dessas críticas é a sustentação de que há uma grande limitação explicativa na abordagem individualista, tradicional no trabalho da epistemologia. A identificação desse limite proporciona a abertura do campo da epistemologia para trabalhos teóricos que contemplem variáveis sociais nos processos de formação e justificação de crenças.

2.2 ABORDAGENS SOCIOLÓGICAS DO CONHECIMENTO

Desde o início a Sociologia se interessou pelas variáveis sociais que impactam na forma como os indivíduos pensam. O campo da Sociologia do Conhecimento tem raízes em um dos fundadores da Sociologia: Emile Durkheim. Em “*As Formas Elementares da Vida Religiosa*” (1996) Durkheim apresenta seu descontentamento com as Teorias do Conhecimento em voga na sua época, o empirismo e o apriorismo. Inspirado pela tradição neo-kantiana, Durkheim argumenta que as bases do pensamento repousam em categorias, tais como noções de tempo, de espaço, de gênero, de número, de causa, de substância, de personalidade, etc. Ao buscar definir o que seriam essas categorias, Durkheim (DURKHEIM, 1996, p. XV-XVI) diz: “são noções essenciais que dominam toda a nossa vida intelectual (...) são como quadros sólidos que encerram o pensamento (...) são como a ossatura da inteligência.”

A grande contribuição do autor será a proposta de um caráter social para a formação desses elementos no pensamento dos indivíduos. O principal argumento para fundamentar sua tese repousa na religião. Ao asseverar que é da religião que essas bases do pensamento provêm e, sendo a religião um fenômeno eminentemente social, o autor busca

sustentar que as categorias possuem um caráter social. Para ilustrar seu argumento, aponta exemplos da interferência do social nessas estruturas lógicas:

(...) variações a que se submeteu na história a regra que parece governar nossa lógica atual provam que, longe de estar inscrita desde toda a eternidade na constituição mental do homem, essa regra depende, pelo menos em parte, de fatores históricos, e portanto sociais. Não sabemos exatamente que fatores são esses, mas podemos presumir que existam (DURKHEIM, 1996, p. XIX).

Entretanto, a fundação da Sociologia do Conhecimento é creditada a Karl Mannheim. A Sociologia do Conhecimento de Mannheim tem inspiração em Karl Marx e objetiva identificar como são constituídas ideologias. Para Mannheim ideologia é a formação de crenças de um sujeito produzidas pelo contexto em que ele está inserido, particularmente o contexto social, onde a inspiração marxista é explicitada, uma vez que Mannheim busca correlacionar esses conjuntos de crenças com a classe social à qual os indivíduos pertencem.

Depois de Mannheim, Robert Merton foi o responsável pelas primeiras análises sociológicas da ciência. A proposta de estudo de Merton se concentrava na estrutura institucional e nos fatores externos ao crescimento e direção do conhecimento científico (BLOOR, 1991). Merton faz o trabalho padrão de repartir o campo com o filósofo da ciência, que se ocuparia das questões relativas ao comportamento do conteúdo científico, tido como exclusivamente epistêmico.

Essa postura passiva vai ser criticada pelo Programa Forte em Sociologia da Ciência, também conhecido como Escola de Edimburgo ou Sociologia do Conhecimento Científico (*Sociology of Scientific Knowledge (SSK)*). Longino (2002) faz uma revisão geral dos principais teóricos e propostas do grupo, enfatizando esse conflito entre filósofos e sociólogos em torno do quão relevante são as variáveis sociológicas para a explicação do conteúdo e da natureza do conhecimento científico (razão pela qual a revisão de Longino é adotada nesse trabalho).

A obra “*History of Science and Its Sociological Reconstruction*” de Steve Shapin é um dos melhores exemplos das reivindicações do grupo (LONGINO, 2002). Ao realizar uma análise de estudos de caso acerca de debates e resoluções no campo da ciência com uma visão mais

geral, levando em conta o contexto social, Shapin rejeita abordagens históricas que descrevem as mudanças na ciência como resultado de questões inerentes a atividade científica, puramente cognitivas, questões essas levantadas por um grande projeto que visa a verdade e guia o empreendimento científico (o que se chama de visão internalista da história da ciência). Assim, busca-se criticar as abordagens que interpretam a mudança científica como progressiva, como uma decisão que levou a ciência a seu estado atual e que esse estágio nos provê um conhecimento mais completo acerca do mundo natural (uma visão “*Whig*” [progressista] da história) (LONGINO, 2002).

As conclusões teóricas de Shapin são embasadas nas teorias de David Bloor e Barry Barnes. Longino (2002, p.15) resume a proposta teórica do grupo em uma tese tripartida¹⁷ da seguinte forma:

1. Beliefs on a certain topic vary.
2. Which of these varying beliefs will be found in a given context depends on, or is relative to, the circumstances of the users.
3. The credibility of all beliefs is equally problematic, regardless of their truth or falsity.

O grande problema desta tese tripartida é que suas componentes não são claras o suficiente; elas oferecem diferentes interpretações. Essas interpretações podem ser brandas (A) ou radicais (B) (LONGINO, 2002, p. 15):

SSK1A: Beliefs held by individuals about the same topic vary in content, emphasis, and the like.

¹⁷ Essa é uma primeira formulação dos quatro elementos básicos (causalidade, imparcialidade, simetria e reflexividade) do Programa Forte em Sociologia do Conhecimento propostos por Bloor (1991, p. 7): “1 – It would be causal, that is, concerned with the conditions which bring about belief or states of knowledge. Naturally there will be other types of causes apart from social ones which will cooperate in bringing about belief. 2 – It would be impartial with respect to truth and falsity, rationality or irrationality, success or failure. Both sides of these dichotomies will require explanation. 3 – It would be symmetrical in its style of explanation. The same types of cause would explain, say, true and false beliefs. 4 – It would be reflexive. In principle its patterns of explanation would have to be applicable to sociology itself. Like the requirement of symmetry this is a response to the need to seek for general explanations. It is an obvious requirement of principle because otherwise sociology would be a standing refutation of its own theories.”

SSK1B: Beliefs held by individuals about the same topic are contradictory.

SSK2A: Which of a set of varying beliefs will be held by individuals in a particular context depends on circumstances such as the reasons or evidence available to those individuals.

SSK2B: Which of a set of varying beliefs will be held by individuals in a particular context depends on circumstances other than reasons or evidence available to those individuals.

SSK3A: For any given belief, regardless of whether it is true or false, rational or irrational, its being taken to be true or reasonable in a context requires causal explanation.

SSK3B: For any given belief, regardless of whether it is true or false, rational or irrational, its being taken to be true or reasonable in a context requires a causal explanation that makes no reference to the truth of or reasons for the belief.

Para Longino (2002, p. 16) as interpretações intencionadas pelo grupo são aquelas representadas pela letra B. A autora justifica essa leitura por conta do ataque que o grupo pretende fazer contra a tese “racionalista” que suporta duas reivindicações:

1. Rational or true beliefs are explained by the fact that they are true or rational.
2. Irrational (or false) beliefs alone call for a sociological, or causal, explanation.

Os ataques à tese racionalista conduzem a conclusão de que o relativismo é a única alternativa explicativa para a sustentação de um conjunto de crenças. O relativismo defendido por esses teóricos reivindica que a verdade não pode ser entendida sem um sujeito, ou seja, sempre que falamos em verdade, falamos em verdade para alguém. Uma das principais derivações do relativismo é “a tese do interesse” onde:

controversies in science are (1) characterized by the social interests attached to the contending positions; (2) settled or ‘closed’ as a consequence of or in the course of settling the conflict of those interests, usually by one set having the political resources to attain or retain dominance; and (3)

not decidable by an independent set of facts (or by independent reality). (LONGINO, 2002, p.17)

Outro grande trabalho do grupo é “*Leviathan and the Air Pump*” de Steven Shapin e Simon Schaffer. Nessa obra os autores discutem a disputa entre Robert Boyle e Thomas Hobbes acerca do valor do experimento para o conhecimento. A tese central da obra é demonstrar que: “solutions to the problem of knowledge are embedded within practical solutions to the problem of social order and different practical solutions to the problem of social order encapsulate contrasting practical solutions to the problem of knowledge” (SHAPIN; SHAFER apud LONGINO, 2002, p. 19). A partir da defesa dessa tese Shapin e Shaffer mostram como as variáveis sociais interferem significativamente no processo de produção do conhecimento.

Em suma, a estratégia argumentativa adotada pelo Programa Forte é semelhante àquela utilizada por Kuhn. A partir de exemplos empíricos, estudos de casos da história da ciência, derivam conclusões normativas sobre a ciência, o conhecimento, a verdade etc. Entretanto, a argumentação não parece ser convincente. O trabalho do Programa Forte pode ter impacto na crítica às descrições históricas da ciência internalistas e progressistas, mas as generalizações propostas pelos teóricos do grupo parecem não se seguir dos casos apresentados. A tentativa de migrar a análise para outras disciplinas com outros tipos de preocupações se mostra falha. A negligência do trabalho realizado por teorizações mais abstratas e idealistas (tais como aquelas dos “filósofos de poltrona”) é um bom indício da limitação do trabalho dos sociólogos, justamente porque muitas das questões pertinentes aquele tipo de trabalho não são possíveis de derivação através de casos empíricos:

it is not clear what general point can be drawn from the sociologists’ empirical studies. The sociologists have succeeded in casting doubt on the adequacy of the philosophers’ rational reconstructions of scientific judgment as representations of cognitive processes. They have not dispelled the concerns that give rise to such reconstruction – questions about the nature of knowledge and about the power of scientific inquiry to produce knowledge (LONGINO, 2002, p.39).

Outra abordagem teórica, derivada do programa forte, são os estudos de ciência, tecnologia e sociedade (*science, technology and society*) que Longino (2002) chama de “estudos de laboratório”. O diferencial desse grupo é a ênfase nos estudos empíricos de casos atuais e não históricos. Inspirados por metodologias da antropologia cultural (etnometodologia) esses autores fazem observações da interação dos cientistas dentro do laboratório. O interesse se concentra na forma como o trabalho da ciência é, de fato, conduzido. As análises tradicionais da produção científica tomam por base os resultados finais, os artigos científicos. Esses autores buscam identificar quais são as particularidades relevantes ao longo do processo de produção desses resultados. Karin Knorr-Cetina, Michael Lynch, Bruno Latour e Sharon Traweek são alguns dos principais nomes do grupo (LONGINO, 2002).

Essa sessão se dedicou a uma revisão muito superficial da forma como teorias sociológicas abordam o tema do conhecimento. Para essas teorias o termo “conhecimento” é qualquer conjunto de crenças sustentadas por um grupo. O caráter social ganha maior peso na definição e sobrepujam critérios como justificação, verdade, objetividade etc. Para a sociologia, o estudo das crenças dos indivíduos é uma importante ferramenta de compreensão. A sociologia também estuda setores da sociedade que produzem crenças. Desta forma, a ciência pode ser analisada pelo viés sociológico, enfatizando as formas como esse setor se relaciona com os demais dentro de uma sociedade.

Os trabalhos recentes da sociologia no campo da ciência visam entender como as crenças originadas no trabalho científico são sustentadas por aqueles que participam do processo de produção do conhecimento científico. Esses trabalhos buscam identificar variáveis sociais que interferem na forma como essas crenças passam a ser sustentadas por determinado grupo de cientistas. Essa proposta tende a entrar em conflito com o tipo de trabalho realizado pela Filosofia da Ciência, cuja ênfase em explicações exclusivamente epistêmicas exclui características sociais que interfiram na prática científica.

* * *

Até aqui vimos que a “Epistemologia Social” é um campo de estudos recente que busca aliar filosofia (particularmente epistemologia) e ciências sociais. Entretanto, apontamos para uma distinção importante

acerca das formas de produzir estudos sob essa alcunha, centrada na compreensão que os autores têm do termo “conhecimento”. Buscando explicitar dois extremos de propostas, dedicaremos as próximas sessões deste trabalho para a apresentação de dois projetos partindo de orientações diferentes, mas que estão dedicados à tarefa de compreensão dos impactos da esfera social no conhecimento. Primeiramente trataremos da obra de Steve Fuller, cuja influência teórica mais marcante é a Sociologia do Conhecimento, sendo essa a raiz de seu projeto de Epistemologia Social. Fuller tenta se diferenciar dessa tradição teórica ao propor uma Epistemologia Social de orientação normativa. O autor critica os trabalhos em Sociologia do Conhecimento por acatar a divisão de tarefas entre sociólogos e filósofos. Nessa divisão o sociólogo apenas trata das questões empíricas, relata casos reais de disputa entre teorias rivais, formação de disciplinas científicas, etc. O filósofo ficaria responsável pelo tratamento teórico, forneceria as razões que guiaram o desfecho das disputas, as razões que fundamentaram a fundação de uma disciplina, etc. Fuller buscará oferecer uma proposta que alie essas duas atividades, tendo em vista sustentar um arcabouço teórico normativo capaz de indicar maneiras adequadas de se gerenciar o processo de produção do conhecimento científico.

Em seguida, nos dedicaremos a exposição do projeto de Alvim Goldman, que alarga o campo da Epistemologia Social dentro dos estudos em epistemologia primária, tentando apontar algumas consequências teóricas relevantes decorrentes da adoção do testemunho como fonte adequada de conhecimento. Seguindo as motivações da epistemologia primária em inspecionar a dimensão social do conhecimento, o testemunho é também o ponto básico da proposta de Goldman.

O que distingue o trabalho de Goldman dos demais teóricos da dimensão social do conhecimento orientados pela epistemologia primária é a ênfase normativa. Em geral a tarefa do epistemólogo é realizar uma análise conceitual. Nesse espírito, a questão mais trabalhada pela epistemologia primária na esfera social do conhecimento é o status epistêmico do testemunho, a questão da existência de um princípio epistêmico do testemunho que confira a esse processo de formação de crença uma justificação. A epistemologia primária tem focado suas discussões em torno do conceito de justificação.

Goldman apresenta um viés diferenciado. O foco da proposta de Epistemologia Social de Goldman é na verdade. O interesse não está na elucidação de um princípio epistêmico que envolva o testemunho. O interesse está na análise do testemunho sob uma ótica “verística”, ou seja, na identificação dos requisitos que o processo de testemunho deve ter para ser uma prática que conduza o público do testemunho em direção à verdade. Diante da exploração dessas características que conduzem a verdade, Goldman espera que possamos avaliar nossa interação a fim de tratar dos elementos que nos conduzam a formação de crenças falsas e melhorar a performance da prática, enfatizando os elementos que nos conduzem a formação de crenças verdadeiras.

3. STEVE FULLER: UM PROJETO POLÍTICO PARA O EMPREENDIMENTO CIENTÍFICO

Steve Fuller foi o primeiro teórico a empregar o termo “epistemologia social” de forma contundente. Pode-se datar a aparição do termo dentro da filosofia¹⁸ em 1987 quando Frederick Schmitt organiza uma edição especial do periódico *Synthese*, com o tema “Social Epistemology”. Nessa edição da *Synthese* encontramos outros teóricos da epistemologia primária como Stewart Cohen, Hilary Kornblith, Keith Lehrer e Alvin Goldman. Fechando a lista dos autores convidados encontra-se a filósofa das ciências sociais Margaret Gilbert e o novato do grupo Steve Fuller.

Steve Fuller destoava do grupo que contribuiu para a edição nº 73 da *Synthese*. Sua versão de epistemologia social tinha um foco muito diferente daquele pretendido pelos demais. Seu projeto de epistemologia

¹⁸ O primeiro uso do termo foi realizado por uma dupla de biblioteconomistas, Jesse Shera e Margaret Egan, nas décadas de 1960 e 1970 (GOLDMAN, 2010; ZANDONADE, 2004). A proposta teórica alcunhada de “epistemologia social” por esses autores tem suas origens nos trabalhos empíricos de Jesse Shera nas décadas de 1930 e 1940 (ZANDONADE, 2004). Shera via na informatização uma nova função para a biblioteconomia. Além de facilitar a organização de acervos e manutenção de obras, Shera percebeu que o volume de produções escritas também aumentava gradualmente, fazendo da biblioteconomia uma atividade central na organização social do conhecimento, ao conduzir as informações de maneira célere e precisa para toda a comunidade, em especial, a comunidade científica. Justamente buscando uma fundamentação para esse nascente papel que a biblioteconomia passaria a desempenhar, Jesse Shera, em parceria com Margaret Egan, começa a produzir um embasamento teórico oferecendo diretrizes para esse novo trabalho (uma filosofia da biblioteconomia ou da ciência da informação). Não fazendo uma distinção entre os conceitos de “conhecimento” e “informação”, Jesse Shera estrutura sua proposta alcunhada de “epistemologia social” como um novo campo epistemológico que estaria preocupado com a produção, acumulação e transmissão do conhecimento científico (ZANDONADE, 2004). Na concepção de Shera a epistemologia está preocupada com como nós sabemos e esse empreendimento parece ser melhor desenvolvido pelas ciências, em especial a psicologia. Segundo Shera a epistemologia clássica apresenta teorias demasiado individualistas. Para ele conhecimento e linguagem são inseparáveis e a linguagem tem uma origem social. Desta forma, a nova disciplina deve ser focada no estudo da produção, disseminação, integração e consumo dos pensamentos em meio a sociedade (SHERA, 1977). Esse novo campo daria condições para o desenvolvimento das práticas do biblioteconomista, que passaria a ser o melhor guia para o acesso ao conhecimento registrado. De alguma forma o trabalho de Shera e Egan continuou rendendo frutos dentro das teorias específicas para o campo da biblioteconomia e da ciência da informação, mas o conceito de “epistemologia social” com a conotação por eles sugerida parece ter se perdido (ZANDONADE, 2004).

social não se qualifica como epistemologia primária, ou seja, não é o mesmo tipo de trabalho usualmente classificado como “epistemologia”. O próprio Fuller (1988) assevera que não está preocupado com o problema clássico do conhecimento. Sua vertente de epistemologia social é claramente orientada para a história e filosofia da ciência, sendo marcante a influência da Sociologia da Ciência. Ao menos na sua primeira obra, “*Social Epistemology*”, Fuller busca assentar seu projeto dentro do âmbito da filosofia, justificando sua escolha pela ênfase normativa, característica essa que o distanciaria do trabalho realizado até então pela Sociologia da Ciência. Entretanto, acredita que se deva levar em conta a produção dos sociólogos para a formação de uma proposta normativa possível de ser aplicada. O autor faz duras críticas às interpretações filosóficas do processo de produção científica pela ênfase nos elementos racionais. O destaque de um conjunto específico de elementos faz com que as propostas filosóficas sejam excessivamente abstratas e impraticáveis, muito longe da realidade efetiva da ciência.

No final da década de 1980 Fuller publicou um livro e começou um periódico ambos nomeados “*Social Epistemology*”. Graças a essa movimentação, Fuller pode ser considerado o consolidador do conceito na filosofia, sendo a originalidade do seu trabalho reconhecida recentemente na Universidade de Warwick (2011) (Inglaterra, onde leciona no departamento de sociologia) com a cadeira Augusto Comte em Epistemologia Social.

3.1 O QUE É EPISTEMOLOGIA SOCIAL?

O primeiro parágrafo de “*Social Epistemology*” já explicita a questão fundamental que esse campo de estudos deve responder:

How should the pursuit of knowledge be organized, given that under normal circumstances knowledge is pursued by many human beings, each working on a more or less well-defined body of knowledge and each equipped with roughly the same imperfect cognitive capacities, albeit with varying degrees of access to one another's activities? (FULLER, 1988, p. 3).

Pela questão apresentada, já se percebe que o interesse de Fuller não é com a epistemologia primária. Os debates acerca do conceito “conhecimento” não são importantes. O termo já tem uma significação

dada previamente, não há necessidade de fazer o trabalho que o epistemólogo faz, de refinamento do conceito. O foco do trabalho de Fuller é na forma como uma determinada organização social (civilização, comunidade, vila, departamento, repartição etc.) está arranjada objetivando alcançar o conhecimento (não importando muito, ao menos a princípio, o que se quer dizer por “conhecimento”).

O alvo de um epistemólogo social, para Fuller, é a organização da divisão do trabalho cognitivo. Entendendo que a busca pelo conhecimento é uma atividade social, o epistemólogo social é um indivíduo que gerenciará o grupo que está envolvido com essa tarefa. A ideia não é excêntrica. Apesar de intangível, a produção de conhecimento parece ser passível de gerenciamento. Atualmente, na “era da informação”, em uma sociedade organizada em torno de computadores, empresas de softwares (bens intangíveis), por exemplo, gerenciam equipes para a criação de novos programas. Outros bens intangíveis como Recursos Humanos, clientes, patentes, marcas, direitos autorais também são claramente passíveis de gerenciamento. Fuller descreve o trabalho do epistemólogo social como o de um decisor político epistêmico (*epistemic policy maker*) onde:

if a certain kind of knowledge product is desired, then he could design a scheme for dividing up the labor that would likely (or efficiently) bring it about; or, if the society is already committed to a certain scheme for dividing up the cognitive labor, the social epistemologist could then indicate the knowledge products that are likely to flow from that scheme (FULLER, 1988, p. 3).

Explicitando o que entende por “conhecimento”, Fuller defende uma abordagem naturalista¹⁹, grosso modo, uma que seja aplicável.

¹⁹ Papineau (2009) asseve que “naturalismo” é um termo que carece de significado preciso. O autor identifica a origem do emprego desse termo nos debates filosóficos da academia norte-americana na primeira metade do século XX. Muito grosseiramente, os filósofos que usam o termo tentam propor abordagens teóricas que vinculam filosofia e ciência. O naturalismo pode ser ontológico ou metodológico: “The ontological component is concerned with the contents of reality, asserting that reality has no place for ‘supernatural’ or other ‘spooky’ kinds of entity. By contrast, the methodological component is concerned with the ways of investigating reality, and claims some kind of general authority for the scientific method” PAPINEAU, 2009). A posição de Fuller, favorável à adoção de uma filosofia naturalizada, diz respeito, principalmente, ao segundo tipo. Para Fuller o método filosófico não pode ser muito diferente

Uma abordagem que não seja utópica como aquelas baseadas em ideais filosóficos que nunca poderão ser implementados em larga escala. Sua visão também é normativa, pois a forma de conhecimento adequada para o trabalho de Fuller é aquela “circunstância normal” que pode ser universalizada, histórica e culturalmente; uma espécie de “fato bruto” sobre a natureza das nossas capacidades cognitivas.

Fuller entende como objetivo final da epistemologia: “to map out the structure of cognitive authority among all the disciplines as a means of providing direction for their research – which is precisely the goal of social epistemology” (FULLER, 1988, p. 5). Essa noção é interpretada pelo próprio autor como uma espécie de reducionismo, inspirado pelo projeto kantiano. Segundo a compreensão desse projeto por parte de Fuller, Kant separou a epistemologia da metafísica ao argumentar que questões sobre a realidade são conceitualmente independentes das questões acerca do conhecimento. O próximo passo foi dado no século XIX quando foi criada uma série de disciplinas que pretendiam justificar suas declarações de conhecimento tanto intradisciplinarmente quanto interdisciplinarmente, ou seja, pretendiam reduzir-se umas às outras em uma forma de uma hierarquia que seria chancelada pela epistemologia.

Essa noção de epistemologia se confunde com filosofia da ciência: “In spite of the positivists’ errant ways, Kuhn and the Popperians have managed to pick up the historical thread and continue the epistemological project into the present day” (FULLER, 1988, p. 6). Diante dessa identificação entre epistemologia e Filosofia da Ciência, Fuller traz para o debate uma crítica à divisão entre contexto de justificativa e contexto de descoberta.

Através dessa distinção, o epistemólogo (no caso, historiador da ciência, para ser mais preciso que Fuller) pretende deslocar a carga sociológica (contexto da descoberta) das causas puramente epistêmicas ou cognitivas (contexto de justificação). Para Fuller, o resultado dessa medida é uma história sem sentido. Essa estratégia é meramente retórica e logicamente inválida. Segundo o autor isso se deve ao fato de que o

do científico. As teorias de “filósofos de poltrona” pecam pela falta de adequação com a realidade. A adoção de uma metodologia excessivamente abstrata gera o tipo de entidade sobrenatural que a versão ontológica do naturalismo critica. Assim, a adequação com a realidade somente seria conseguida através do naturalismo, onde os dados empíricos são levados em conta. Ao tratar da Filosofia da Ciência, especificamente, Fuller elogia os trabalhos que a Sociologia desenvolve no campo científico, sendo essa a abordagem ideal para fazer interpretações e propostas normativas para a ciência, por se caracterizar como uma abordagem científica.

epistemólogo confunde as características fundamentais de um objeto com as características que o distingue de outros objetos: “Just because cognitive pursuits are not the only activities that are socially organized, it does not follow that cognitive pursuits would be what they are without their social organization” (FULLER, 1988, p. 9). Desta forma, para que uma teoria a respeito do comportamento humano envolvido no processo de produção de conhecimento científico, as características sociais são fundamentais. Características essas negligenciadas por historiadores e filósofos da ciência que trabalham exclusivamente com as variáveis epistêmicas.

Fuller identifica a Sociologia do Conhecimento (com destaque para a obra de Karl Mannheim) como uma crítica radical e uma alternativa ao empreendimento epistemológico. Ao conciliar a dimensão social nas análises sobre o conhecimento, identificando e explicando os interesses que estão sob as fundações do conhecimento, a Sociologia do Conhecimento traria mais contribuições do que os projetos exclusivamente epistêmicos. A elucidação dessa influência de elementos sociais proporcionaria uma compreensão melhor do processo de produção do conhecimento e nos auxiliaria a formular medidas de intervenção nesse processo. Na interpretação de Fuller a Sociologia do Conhecimento é uma disciplina irredutivelmente normativa e totalmente ligada com a realização de decisões de políticas sociais (*social policy-making*). Essa importância social é derivada do fato de que sempre existe alguém se beneficiando com a aceitação social de uma declaração de conhecimento:

If granting epistemic warrant involves, among other things, social acceptance, and a key benefit of being granted such a warrant is the Power to make authoritative pronouncements, then granting epistemic warrant is a covert form of distributing power (FULLER, 1988, p. 10).

Apesar disso, Fuller (1988, p. 12) assevera que: “such a defense would not be forced to assume the extravagant thesis that knowledge is nothing but a myth that the powerful concoct to maintain their power.” O autor acredita que exista uma confusão conceitual nesse argumento de que os interesses sociais interferem no conhecimento. Para elucidar essa

questão, Fuller (1988, p. 12) descreve três grupos que teriam interesse na aceitação social de uma declaração de conhecimento:

- (a) Those who were motivated to propose the claim in the hope that they might benefit from its acceptance;
- (b) Those who actually benefit from the claim's acceptance;
- (c) Those who make use of the claim in the course of proposing other knowledge claims.

Fuller (1988) caracteriza (a) como motivadores; (b) como beneficiários; e (c) como usuários. Essa distinção mostraria que o epistemólogo clássico (novamente o termo parece equivocado, ou ao menos impreciso, sendo mais adequado o historiador da ciência, novamente) falha ao não identificar que esses grupos sempre estão presentes nos processos de disputa pelo conhecimento e jamais poderiam ser desconsiderados em uma abordagem normativa acerca da produção do conhecimento. Por outro lado, também critica o sociólogo do conhecimento por supor que os três grupos de interesse são sempre o mesmo grupo, aquele que utilizaria a declaração de conhecimento como uma forma de ideologia para controlar a sociedade e se beneficiar desse controle.

A epistemologia social para Fuller é uma disciplina de caráter normativo, preocupada em fornecer um modelo de gerenciamento para o processo de produção de conhecimentos. Partindo de uma abordagem naturalizada, essa disciplina deve ser construída a partir da análise de casos reais. A disciplina até então em destaque para a interpretação dos casos reais de produção de conhecimento era a História e Filosofia da Ciência. Fuller acredita que essa disciplina produz uma interpretação errada do processo de produção de conhecimento por conta da ênfase em características epistêmicas, sem perceber que variáveis sociais são fundamentais para a compreensão do processo. A Sociologia do Conhecimento forneceria uma metodologia mais consistente para o trabalho da interpretação dos casos reais. A partir da análise desses casos, pode-se formar um plano de ação que organize a sociedade de maneira eficiente para a busca de conhecimentos que são de seu interesse.

3.2 UMA METAFÍSICA SOCIAL PARA UMA EPISTEMOLOGIA SOCIAL

Para Fuller metafísica é a disciplina que: “consists in his ability to attend systematically to certain features of naturally occurring phenomena and to ignore others” (FULLER, 1988, p. 32). Partindo de um referencial nominalista (Peter Abelard), onde as categorias universais são destiladas dos particulares, argumenta que o trabalho do metafísico seria o de identificar as características necessárias ou essenciais dos particulares. Esse conjunto de características formaria os esquemas conceituais que as sociedades concebem para classificar seus membros²⁰.

Como exemplo mais relevante de um aparato metafísico social, Fuller destaca o conceito de “representações coletivas” de Durkheim. Através de um conjunto básico de categorias expressas por tabus e totens, as sociedades regulariam a segregação e interação entre seus membros. Levi-Strauss identificou que esse conjunto de regras representa uma dualidade, metade natural, metade cultural. Essa dualidade se manifesta quando a conduta social natural é confirmada pelo conjunto de comportamentos institucionalizados (FULLER, 1988).

A esfera social é relevante, pois é através dela que se formam as categorias. As categorias representam “como as coisas realmente são”, devem ser “natural” para qualquer um identificar o “mundo como é”, mesmo para aqueles que não têm acesso à justificação teórica para esse estado de coisas:

In other words, in order to cover up the socially constructed character of reality, it is important that any potentially discontented individual be made to feel that they must bear the burden of proof,

²⁰ O nominalismo aludido por Fuller se refere a negação de existência de universais. Um universal pode ser entendido como aquilo que pode ser instanciado por mais de uma entidade. Por exemplo: a mesa, a parede e as nuvens são brancas. O realista diz que a “brancura” de todas as coisas brancas se deve a existência de um universal, uma coisa abstrata, que faz parte de todas as coisas brancas. Por outro lado, o nominalista nega a existência dessa coisa abstrata e defende que os universais são apenas um nome, uma forma de falar sobre a similitude entre diferentes particulares (RODRIGUEZ-PEREYRA, 2011). Essa noção é adotada por Fuller. O autor pretende mostrar que os universais não existem, são criações da linguagem próprias de esquemas conceituais mobilizados por uma determinada comunidade.

should they ever become suspicious of the regnant social metaphysics (FULLER, 1988, p. 33).

A metafísica é relevante para Fuller (1988, p. 35) pois ela está inter-relacionada com a epistemologia: “the epistemologist is interested in evaluating the metaphysical scheme of the individuals that his own metaphysical scheme classifies.” Segundo o autor isso revela o caráter autoritário da epistemologia. A epistemologia pode autorizar os metafísicos a falar em seu nome ou se autorizar a falar em nome deles. Para Fuller o primeiro caso se dá quando o epistemólogo assume que um esquema metafísico analisado representa as coisas como elas são. No segundo caso, o esquema metafísico em análise precisa ser reinterpretado de acordo com o esquema conceitual do epistemólogo e depois ser criticado racionalmente, para conceder racionalidade ou apontar os erros de raciocínio existentes no esquema analisado.

Nessa visão heterodoxa de metafísica, a representação toma um papel central. Para Fuller representação é um termo presente em casos de linguagem, bem como em casos legais e pode ser definida da seguinte forma:

elected representatives are granted the license to speak on behalf their constituency in a manner that is more closely circumscribed than, but not fundamentally different from, the way in which competent members of a linguistic community are granted the license to speak on behalf of the world (FULLER, 1988, p. 36).

A partir dessa definição (e da correlação entre linguagem/lei; coisas/pessoas), Fuller aponta duas abordagens diferentes de representação: a transcendental e a naturalista. Na primeira, existe uma relação assimétrica entre as coisas e a linguagem (ou entre as pessoas e a lei). É uma teoria onde o falante exerce um controle sobre o mundo em virtude de falar corretamente. A segunda abordagem, ao considerar que as palavras são também “coisas”, versa sobre a representação como uma relação harmônica, uma estrutura mais estável. Em abordagens transcendentais as coisas são reguladas pela linguagem de forma externa (independente de como as coisas se configuram); enquanto na abordagem naturalista a linguagem constitui a coisa de forma interna (levando em conta como as coisas se configuram).

Tentando esclarecer essa diferença, Fuller (1988, p. 38) assevera acerca da noção transcendental:

the transcendentalist notoriously holds that there is a nonphysical relation in which all speakers stand to the world when they utter correctly, variously called reference or signification. To know a language, then, is to know how to find one's way around the world, to know the sort of things to which one can and cannot "refer" or "signify".

Ao contrário, na abordagem naturalista a linguagem é uma realidade do mundo como todas as outras coisas que ela pretende descrever. Esse ponto é importante dado que estabelece uma relação causal entre linguagem e o mundo. As formas de "representação" da abordagem transcendental são rígidas: ou você utiliza as palavras de forma correta (relacionando-as com seus referentes) ou incorreta (fazendo uma relação errada). Enquanto as "representações" da abordagem naturalista são fluídas, abertas, contingentes. Uma mesma palavra pode ter referentes (significados) diferentes ao longo do tempo ou para diferentes comunidades.

Outra forma de estabelecer a distinção que o autor propõe é através do embate entre idealistas e realistas (o autor se inspira na disputa de F. H. Bradley contra Gottlob Frege). Para o realista Frege, a linguagem como portadora transcendental de proposições (*transcendental conveyor of propositions*) é verdadeira ou falsa. A lógica poderia ser uma ferramenta analítica excepcional, pois é independente da matéria e, portanto, poderia ser uma forma de se identificar a estrutura da realidade. Desta abordagem transcendental, surge a noção de verdade como correspondência, onde as sentenças devem satisfazer um estado das coisas ("*satisfied*" by a state of affairs). Contrário a essa ideia, Bradley, com uma abordagem naturalista, via o projeto de identificar a estrutura da realidade como um processo de racionalização, onde uma parte da realidade, a linguagem, é identificada e evidenciada para articular todo o resto. A crítica de Bradley contra a teoria da verdade por correspondência é realizada através do argumento de que sentenças têm valores de verdade indeterminados, jamais

poderiam desempenhar o papel de uma portadora transcendental de proposições:

because, even in the case of a sentence whose truth conditions have been satisfied, nothing in the nature of reality itself required that that sentence and not some other had to be the one uttered. In short, then, because Bradley regarded language from the standpoint of the world (and not vice versa, as Frege did), he was sensitive to the radically contingent character of utterance, a key feature of the naturalistic approach that has since been exploited by social constructivists in the study of scientific discourse (FULLER, 1988, p. 40).

Claramente a questão metafísica e, mais propriamente, todas as considerações de Fuller acerca das características das representações direcionam o autor para a construção de uma teoria da linguagem. Sua adesão à abordagem naturalista faz com que Fuller (1988) defenda uma noção de linguagem derivada de uma economia cognitiva (*cognitive economy*). Uma linguagem se consolida, estabelece as representações adequadas, em virtude da eficiência no seu uso. Essa eficiência é aferida em termos de energia necessária gasta em comparação com os benefícios cognitivos que a adoção de uma representação confere.

Para esclarecer essa teoria da linguagem, Fuller (1988) dá dois exemplos extremos. O primeiro extremo seria um Zen Budista que utiliza representações silenciosas ou invisíveis, gastando o mínimo de energia possível, mas obtendo o mínimo de benefício cognitivo, dado que a audiência não consegue determinar qual é a referência dessa “fala”. Do outro lado estariam os habitantes da ilha de Laputa, da obra “*As Viagens de Gulliver*”: “the Laputians talk only about things that are either within sight or reach, which is to say, they can refer to only what they can refer with” (FULLER, 1988, p.43). Neste caso o benefício cognitivo é maximizado, uma vez que a referência está sempre presente no ambiente e é facilmente identificada pela audiência, mas o esforço também é maximizado, uma vez que pode ser muito mais fácil utilizar a linguagem para referir às coisas que não estão presentes a nossa volta. A necessidade de estar em contato com a referência é muito custosa e limitante para o desenvolvimento de uma linguagem. As linguagens são criadas no meio desses dois extremos. É impossível haver linguagem

nos casos apresentados, uma vez que ela se torna inútil. No primeiro caso a comunicação não é possível e no segundo ela é redundante!

Resaltando a visão economicista da linguagem, Fuller destaca o *payoff* entre ostensividade e abstração que está por trás dessas duas versões extremas. A tensão entre essas duas variáveis é trabalhada por Fuller (1988, p. 44) através do conceito de “mediação teórica” (“*theoretical mediation*”):

by ‘theoretical mediation’ I mean the extent to which a repraesentandum is made accessible through the distinct set of repraesentantes we normally call a ‘theory’. I take it to be a characteristic of increased theoretical mediation that it makes the ordinary individual’s access to a repraesentandum more indirect (...) Conversely, decreased theoretical mediation opens up access to the repraesentandum to more individuals in the community.

Fuller (1988) utiliza exemplos para esclarecer o movimento de “mediação teórica”. No primeiro exemplo, constata-se um acréscimo de mediação teórica quando um objeto simples de observação, como uma mesa, pode ser referido com um conjunto complexo de inferências. Por outro lado, um objeto conhecido apenas através de altos níveis de mediação teórica, como o oitavo planeta (Netuno), pode se tornar referência de uma simples observação de um ponto no céu.

Fuller (1988) assevera que uma linguagem se desenvolve através de um processo de acréscimo e decréscimo de mediação teórica. Como casos extremos não são viáveis, há um mecanismo de compensação entre a ostensividade e a abstração para que uma linguagem nunca se aproxime dos extremos. A medida que um decréscimo na mediação teórica é atingido em um ponto do sistema representacional, essa alteração é compensada por um aumento da mediação teórica em outro ponto. Assim a linguagem mantém sua viabilidade, operacionalidade e utilidade.

Uma ferramenta relevante para a manutenção e sustentação da linguagem é a objetividade. Esse tema é introduzido por Fuller por meio da divisão dos três mundos de Popper:

Segundo Popper, o mundo 1 é o mundo físico das partículas, ondas e coisas que tais; o mundo 2 é o mundo mental dos estados da consciência, inclusive crenças, emoções, etc.; e o mundo 3 é o dos produtos objetivos da consciência, inclusive sistemas teóricos, argumentos críticos e problemas. O mundo 3 consiste de pensamentos objetivos com existência autônoma, muito distante das crenças reais dos indivíduos (BEVIR, 2008, p. 293).

Fuller busca, através da interpretação dessa divisão feita por David Bloor, oferecer uma característica naturalística e sociológica das representações. Essa interpretação distancia a noção do mundo 3 de ideias platônicas, do Espírito Absoluto de Hegel ou das proposições de Frege, sugerindo que esse mundo é, simplesmente o mundo social. Fuller destaca que não existe acesso direto aos objetos do mundo 3, esses objetos devem passar por uma interpretação e nunca está clara qual é a melhor interpretação possível; a interpretação possível é aquela que será legitimada por uma comunidade, ou seja, um jogo de linguagem que seja identificado por uma comunidade como adequado, como aquele que justifica a interpretação adotada.

Fuller caracteriza metafísica como uma proposta de conjunto de categorias que representam os fenômenos do mundo. Grosseiramente, a metafísica de Fuller é uma linguagem. A metafísica é o conjunto de regras de um esquema conceitual. Essas regras serão utilizadas para avaliar o que é certo ou errado, o que existe e não existe. O papel da epistemologia seria analisar qual desses esquemas conceituais é mais adequado: “the practice of epistemology invites us to consider the general issue of which individuals have the authority to represent which other individuals in matters of knowledge” (FULLER, 1988, p. 36).

3.3 INCOMENSURABILIDADE: UM PROBLEMA PARA A OBJETIVIDADE

A importância das representações para a compreensão do projeto de epistemologia social de Fuller motivou o autor a propor explorar contornos de uma teoria da linguagem. A tradição teórica a qual Fuller se filia, em especial a Sociologia do Conhecimento Científico, presta grande atenção às características da linguagem mobilizadas pelos cientistas. Esse trabalho é empreendido tendo como referência Thomas

Kuhn. Essa sessão apresenta a forma como Fuller defende o conceito de incomensurabilidade de Thomas Kuhn para endossar as críticas feitas pelos sociólogos à interpretação histórica da ciência realizada pelos filósofos.

Uma grande contribuição de Thomas Kuhn à Filosofia da Ciência foi a introdução do conceito de incomensurabilidade. Quando dois paradigmas concorrentes estão em disputa, observam-se falhas de comunicação entre os defensores das duas propostas. Essas falhas de comunicação são “incomensurabilidades”. Kuhn atribui a origem das incomensurabilidades a diferentes conceitos e métodos direcionados a diferentes problemas, impossibilitando uma comparação. Inicialmente a incomensurabilidade se apresentava como uma crítica ao modelo cumulativo de interpretação da ciência. As diferenças conceituais e metodológicas dificultavam a utilização de um padrão metodologicamente neutro para avaliar duas teorias rivais. Assim, a mudança de uma teoria para outra não poderia ser explicada de forma clara e objetiva, estratégia utilizada até então pelos teóricos que acreditavam na existência de um constante aperfeiçoamento de métodos, regras e padrões na ciência (OBERHEIM; HOYNINGEN-HUENE, 2012).

O conceito ganhou relevância na Filosofia da Ciência e motivou a inserção da história na disciplina. Pela ênfase em dados empíricos (históricos), possibilitou o estabelecimento da Sociologia da Ciência como disciplina reconhecida no campo (OBERHEIM; HOYNINGEN-HUENE, 2012). Entretanto, assim como outras contribuições de Kuhn, o conceito de “incomensurabilidade” perdeu o seu sentido original quando foi sendo empregado em larga escala por outros teóricos. As derivações realizadas a partir do conceito de “incomensurabilidade”, como a incompatibilidade entre teorias e a irracionalidade do empreendimento científico, foram criticadas por parte de Kuhn que não considerava essas derivações como implicações de seu conceito original (OBERHEIM; HOYNINGEN-HUENE, 2012).

O foco de Kuhn se concentra na “incomensurabilidade taxonômica” (*‘taxonomic incommensurability’*), que resulta da falha de tradução de termos entre teorias que classificam objetos de forma diferente. Outra forma de incomensurabilidade que pode ser identificada no trabalho de Kuhn é a “incomensurabilidade metodológica” (*‘methodological incommensurability’*) que nega a existência de critérios fixos para a comparação de teorias. Ainda que Kuhn destaque

os valores utilizados nas comparações (escopo, simplicidade, fecundidade e precisão), o peso de cada valor pode ser alterado em diferentes períodos e para diferentes indivíduos, impedindo a adoção de um critério universal (OBERHEIM; HOYNINGEN-HUENE, 2012).

Inspirado na incomensurabilidade de Kuhn, Fuller (1988) formula dois tipos de incomensurabilidade: a “incomensurabilidade ecológica” (*ecological incomensurability*) e a “incomensurabilidade textual” (*textual incomensurability*). A incomensurabilidade ecológica aponta que a “visão de mundo” (*worldview*) de um indivíduo depende do ambiente em que ele se encontra. Fuller credita a origem dessa noção de incomensurabilidade às teorias de Wilhelm Dilthey e de seus sucessores. Esses teóricos apresentavam uma noção muito abrangente de “visão de mundo” (*Weltanschauung*) como contribuição ao debate da escola de historiografia alemã dos séculos XIX e XX. Esse termo era empregado para agrupar membros que expressavam um conjunto de crenças e atitudes idênticas em suas produções culturais nas artes, na filosofia, na literatura e na ciência. A teoria pretendia identificar as diferentes expressões dessa forma cultural padrão. Para tanto, o historiador deveria analisar os artefatos dessa cultura profundamente, buscando explicitar os processos mentais de seus autores. Esse método é chamado de hermenêutica (FULLER, 1988).

Outra corrente que Fuller (1988) identifica como uma abordagem de incomensurabilidade ecológica é a Filosofia da Ciência de Gaston Bachelard. O trabalho de Bachelard busca mostrar a mudança que a ciência provocou na visão de mundo das pessoas. Esse processo se dá gradualmente, desde Galileu até Dalton, e promove uma “ruptura epistemológica”. Essa ruptura se dá quando um novo elemento é inserido no nosso horizonte perceptual, no nosso “mundo da vida” (*lifeworld*), modificando a nossa atitude com relação ao mundo. Com o tempo a ruptura tende a se fechar, com a incorporação desse elemento a nosso “mundo da vida”. O exemplo destacado por Bachelard é a introdução do telescópio. Após a incorporação do telescópio no “mundo da vida” europeia, ou seja, a partir da “naturalização” desse elemento, um acesso ao mundo proveniente desse instrumento era considerado tão imediato quanto o acesso proporcionado pelos sentidos. Os sucessores de Bachelard, Georges Canguilhem, Louis Althusser e Michel Foucault, também são identificados como teóricos preocupados com o estudo de incomensurabilidades ecológicas.

Sucintamente, o que Fuller (1988) destaca do projeto de incomensurabilidade ecológica é sua característica de ser um programa

de pesquisa em História da Ciência. Neste programa de pesquisa a explicação de diferentes respostas ao mesmo estímulo não se dá em termos do conjunto de crenças que os indivíduos analisados sustentam. A explicação provém das diferenças ambientais em que se encontram esses indivíduos. Essas diferenças, mesmo quando os indivíduos apresentam o mesmo aparato psicológico, fazem com que as respostas sejam diferentes. As áreas de estudo de um historiador de visões de mundo são: (a) a linguagem canônica em que os cientistas devem articular as crenças que sustentam; (b) a configuração dos artefatos que abrangem o ambiente da comunidade científica; e (c) situações em que tanto o principiante quanto o especialista é julgado como tendo feito uma performance linguística ou sensorial inapropriada, enfatizando os critérios desse julgamento (FULLER, 1988).

Uma consequência fundamental dessa interpretação de incomensurabilidade é que ela não implica que exista uma estrutura profunda da mente (*deep structure of thought*) que impeça trabalhar os termos de uma visão de mundo em outra. A ênfase dessa modalidade de incomensurabilidade se dá na transição da análise em termos de “crenças” e “significados” para o conjunto de características sensoriais e linguísticas que constituem as fronteiras normativas da comunidade científica (FULLER, 1988).

A incomensurabilidade textual é exemplificada pelo experimento mental da Tese de Babel (*Babel Thesis*). A Tese de Babel argumenta que os desacordos têm origem em incompreensões (*misunderstandings*). Quando encontramos duas teorias com a mesma adequação empírica, as diferenças que encontramos são apenas variações notacionais. A ideia central que essa tese busca defender é que, dada a mesma evidência e o mesmo conhecimento de fundo (*background knowledge*), todos os indivíduos racionais vão realizar e validar as mesmas inferências. Caso alguma diferença seja encontrada, ela é fonte de uma incompreensão entre as partes (FULLER, 1988).

Em uma visão otimista, a Tese de Babel não apresenta um problema importante para a interação humana. Partindo do pressuposto de que geralmente entendemos aquilo que nos dizem, quando um momento de incompreensão se estabelecer ele será facilmente identificado. Fuller (1988) assevera que essa visão é demasiadamente otimista. Podemos identificar na história incompreensões que persistiram por longos períodos. Uma forma pragmática de conviver com incompreensões, onde dois grupos utilizam a mesma linguagem

para significar coisas diferentes, é a fragmentação de uma comunidade em escolas, paradigmas ou disciplinas.

Fuller (1988) identifica que a implausibilidade da Tese de Babel é levantada pelos filósofos da linguagem de tradição analítica, em especial Quine e Davidson. Esses autores acreditam que a tradução entre duas linguagens sempre é possível e assim resolveríamos os problemas das incompreensões que possam existir. Essa é uma posição contrária à incomensurabilidade, ao menos à “incomensurabilidade global”, onde se garante a possibilidade de compreensão entre as partes. Ainda que não possamos avaliar o quão certa é uma tradução, não estaríamos condenados ao ceticismo do significado. O significado dos termos que queremos traduzir existe e é passível de ser identificado.

Quine e Davidson desenvolveram duas teorias que tratam do tema. Quine formulou a Tradução Radical (*radical translation*) e Davidson, inspirado por Quine, desenvolveu a Interpretação Radical (*radical interpretation*). A base da formulação dessas teorias é um caso idealizado por Quine. O caso se dá no trabalho de um linguista visitando uma tribo remota a fim de fazer uma tradução da língua desconhecida utilizada pelos habitantes dessa tribo. O caso se concentra especificamente no uso da palavra “gavagai”. De acordo com o caso, a palavra “gavagai” é utilizada pelos habitantes da tribo remota sempre que existe uma situação relacionada a coelhos. Entretanto, o linguista não consegue precisar o que “gavagai” realmente significa. “Gavagai” pode ser “pata de coelho”, “coelho”, “coelhive”, “conjunto de coelhos”, etc. O problema em que se encontra o linguista é chamado por Quine (HYLTON, 2012) de “indeterminação da tradução” (*indeterminacy of translation*).

Diante da indeterminação da tradução, parece que não há maneira de se realizar a tradução. Os significados das sentenças que gostaríamos de analisar não existem ou não são possíveis de serem identificados. Para Quine (HYLTON, 2012), nem tudo estaria perdido. Apesar de estarmos constantemente impossibilitados de realizar uma tradução radical com êxito garantido, podemos empreender uma abordagem comportamental (*behavioural*) para confirmar o significado que estamos atribuindo às sentenças em análise. Com essa abordagem pragmática, não nos é possível classificar uma tradução como certa ou errada, mas os resultados alcançados compensam as possíveis perdas que o processo de tradução possa carregar.

Inspirado pela abordagem pragmática e comportamental de Quine, Davidson propõe a interpretação radical. Mais que uma tradução

das sentenças pronunciadas pelo falante, uma abordagem de interpretação radical objetiva atribuir crenças, desejos e significado ao agente que exprime as sentenças em análise. O trabalho deixa de ser tradução e passa a ser uma interpretação. Vai além da busca de sinônimos em outra língua, objetiva interpretar o comportamento linguístico de um falante. Essa proposta, mais ambiciosa, exige que uma teoria do significado se dê conjuntamente a uma teoria de crença. A solução para esse problema teórico é a introdução do “princípio da caridade” (“*principle of charity*”) (MALPAS, 2012).

O princípio da caridade é a base do processo de interpretação. A partir desse princípio podemos atribuir crenças aos outros indivíduos. Basicamente ele apresenta duas noções (MALPAS, 2012): (a) uma suposição de que as crenças sustentadas por um indivíduo são racionais (coerentes); e (b) a suposição de que existe uma relação causal entre as crenças sustentadas pelo indivíduo e os objetos dessas crenças. Com base nesses dois pressupostos, a atribuição de uma crença a um indivíduo deve ser consistente com o comportamento por ele desempenhado. A interpretação correta ainda depende de outra condição. Deve-se assegurar que o conjunto de crenças, ao menos aquelas mais simples e básicas, do falante e do ouvinte (interpretador) são similares. Caso essas crenças mais elementares estejam em acordo, o ouvinte poderá empregar seu próprio conjunto de crenças para dar sentido às sentenças do falante. Desta forma estabelece-se o vínculo entre crenças e significado.

A fim de defender a Tese de Babel, Fuller avalia criticamente as propostas desses autores. A crítica de Fuller começa pela própria estratégia de tradução que eles parecem indicar: “(T1) The translator renders an alien text in sentences that are nearest in meaning to ones that speakers in his own language would normally use, even if it means losing some of the ambiguity or nuance in the alien text” (FULLER, 1988, p. 130). Fuller destaca que essa estratégia, pautada no princípio da caridade, é falha por considerar, ainda que implicitamente, um etnocentrismo. A instrução de interpretar aquilo que o falante expressa com base no conjunto de crenças do ouvinte impede que exista um desacordo cognitivo legítimo entre as partes. Essa instrução carrega, implicitamente, a ideia de que o ouvinte já sabe aquilo que o falante expressa ou o falante está errado dada a falta de crenças de fundo que estariam presentes no conjunto de crenças do ouvinte.

Fuller (FULLER, 1988, p. 130) oferece outra estratégia de tradução:

(T2) The translator renders an alien text in sentences that are nearest in meaning to ones that, though grammatically possible in his own language, require a suspension of normal usage, perhaps including the introduction of neologistic terms and distinctions that capture semantic subtleties in the alien text.

Nessa estratégia o tradutor não consideraria a sua linguagem superior. A tarefa de tradução possibilitaria uma abordagem crítica sobre sua própria linguagem. A tentativa de preservar o sentido original das sentenças exigiria o emprego de uma série de neologismos. Como exemplo de tradutores que empreendem uma forma de (T2) Fuller (1988) cita Heidegger quando trata das distinções metafísicas dos gregos em “*O Ser e o Tempo*” e o trabalho de hermenêutica bíblica.

O segundo exemplo é muito importante para Fuller (1988), pois destaca a diferença que os trabalhos de tradução podem desenvolver. A hermenêutica bíblica se dedica a transmitir o “espírito” dos textos bíblicos. Uma boa tradução (T2) tornaria a mensagem bíblica atual, tão relevante quanto ela foi há dois mil anos. Essa forma de tradução enfatiza a equivalência dinâmica entre os textos (original e tradução). Outra forma de se trabalhar com os textos bíblicos é empreender a exegese bíblica. Nesse outro trabalho o importante é a manutenção do conteúdo semântico das versões originais em hebraico, aramaico e grego quando traduzidas para línguas recentes como inglês, francês, alemão e português. Esse segundo trabalho busca uma equivalência formal entre os textos e se aproxima da estratégia (T1).

Para Fuller (1988) a estratégia de equivalência formal tende a enfatizar as diferenças entre as linguagens, enquanto a equivalência dinâmica tende a enfatizar suas similaridades. Em (T1) o tradutor ajustaria a linguagem do original para adaptar a sua, enquanto em (T2) o esforço é adequar a linguagem do tradutor à linguagem original. Em ambas as estratégias observa-se uma perda do conteúdo original. A perda de conteúdo, ao longo dos séculos se torna significativa e corrobora com a Tese de Babel. Entretanto, para um defensor de (T1) a perda seria tão insignificante que a Tese de Babel não se estabeleceria.

Outra característica da teoria da tradução que enfraqueceria a Tese de Babel é a existência de uma regra linguística. As teorias

apresentadas por Quine e Davidson são sustentadas pelo pressuposto de que existam regras linguísticas. Essas regras moldariam uma diretriz positiva (comportamental, no caso) que direcionaria o uso sintático e semântico correto das declarações. Fuller (1988) destaca que esse tipo de estrutura da linguagem, com uma diretriz positiva de orientação (uma regra), sugere que exista uma forma correta de emprego da linguagem. Entretanto, nada impede que as regras sejam abertas o bastante, configurando-se como diretrizes negativas, onde as expressões linguísticas podem significar qualquer coisa. Caso essa orientação seja seguida, os problemas de indeterminação apresentados por Quine não derivariam necessariamente de uma incapacidade do linguista em interpretar o que significaria “gavagai”, poderiam decorrer da falta de habilidade do próprio membro da tribo em articular as regras de sua linguagem. A grande vantagem que essa orientação enseja é a explicação de como termos vão alterando seus significados e referentes ao longo do tempo.

Fuller (1988) destaca que as estratégias de Quine e Davidson não são bons argumentos contra a Tese de Babel por conta do caso que apoia essas teorias. O modo de interação entre falante e ouvinte no caso do linguista na tribo é muito diferente do caso da Tese de Babel. No primeiro o linguista (tradutor) está inserido na tribo e se utiliza do contexto para avaliar o comportamento dos sujeitos que expressam as sentenças em análise. Já na Tese de Babel as análises se dão através da leitura de textos. Para Fuller a diferença entre uma interação face-a-face comparada com a interação de um escritor e leitor é muito grande. A incapacidade do escritor de participar do momento de tradução de seu texto seria contemplada na relação face-a-face. Logo, dado o formato de comunicação que se estabelece no empreendimento científico, é de se esperar que existam incompreensões.

Por fim, Fuller (1988) critica a ideia dos filósofos analíticos de que exista um só objetivo para a tradução. O ideal regulador de uma tradução seria a preservação do sentido do texto original na tradução. Fuller chama esse trabalho de projeto semântico. Contrário a esse projeto, Fuller assevera que uma compreensão adequada de um discurso deve ter uma avaliação pragmática e subjetiva: depende dos fins cognitivos daquele que escolheu a tradução como meio. Dependendo desses fins e das circunstâncias em que o tradutor se encontra, várias traduções podem ser consideradas como compreensões adequadas.

Fuller (1988) acredita que o foco conferido à preservação do sentido por parte dos filósofos analíticos, centrado na noção de “conteúdo”, deixa escapar outras características que deveriam ser preservadas, como por exemplo, a preservação de gênero (*genre-preserving*). Além de preservar o “conteúdo” do texto traduzido, o tradutor deveria se preocupar em capturar o sentido com o qual sua sintaxe indicava o tipo de trabalho que ele representava para sua audiência original. Além disso, deveria apontar as características que tornavam o texto acessível para a audiência original, mas também aquelas característica que o tornam inacessível para a audiência atual.

Esse tipo de estratégia se assemelha ao empreendimento hermenêutico. Essa estratégia se distancia da proposta de tradução de Quine e Davidson por maximizar o número de sentenças produzidas pela tradução. Fuller (1988) afirma que Quine e Davidson criticariam essa tarefa, uma vez que a equivalência formal não seria atingida. O excesso de sentenças na tradução a tornaria falsa ou estranha. Para Fuller essa estratégia de minimização das sentenças corrobora com a ideia de que o texto deve ser condizente com o conjunto de crenças do tradutor. Em última instância essa abordagem favorece uma visão progressista (*Whig*) da história onde as figuras históricas analisadas corroboram com as teses apresentadas pela fronteira do conhecimento ou são taxadas de irracionais.

Como alternativa a esse tipo de historiografia das ciências, Fuller (1988) destaca a obra de Michel Foucault que adota a incomensurabilidade como ideal de regulação da investigação histórica. Foucault foca nas distinções dos discursos passados para explicitar as rupturas que ocorreram até o nosso discurso atual. Assim, Fuller busca mostrar que a incomensurabilidade não é uma hipótese empírica sobre a história da ciência. A incomensurabilidade é uma diretriz metodológica para a historiografia da ciência.

3.3.1 O silêncio inescrutável (*inescrutability of silence*)

Fuller destaca o problema do silêncio como uma das principais questões relativas à incomensurabilidade e à tradução. O problema é exposto da seguinte forma:

Is silence a mark of the familiar or the alien? Still more explicitly: If a “concept” (that is, a belief, a desire, or other intentional state using the concept) familiar to the humanist is missing from “the

record” of a culture, should he conclude that the culture found the concept so familiar as not to require mention, or that the culture simply lacked the concept? (FULLER, 1988, p. 139).

Ao tratar desse problema fica mais evidente que o termo “tradução” não parece apropriado. O trabalho sugerido por alguém que deseja identificar qual a natureza e o impacto dos silêncios de um discurso não se restringe a equivalência formal, claramente o trabalho de interpretação deve ser empregado.

A obra de Homero é utilizada como exemplo de identificação de um silêncio. Fuller (1988) destaca que Homero faz menção a partes do corpo humano, mas nunca chega a se referir ao corpo como uma unidade. O silêncio com relação à unidade do corpo faz com que o tradutor se pergunte se Homero tinha ou não o conceito de corpo como uma unidade. Para um tradutor a concepção de corpo como uma unidade está implícita, faz parte do seu conjunto de crenças, entretanto, para que esse silêncio seja considerado uma familiaridade, essa concepção deveria estar implícita para a audiência a qual o texto de Homero se dirigia. Caso a audiência de Homero também tivesse essa concepção em seu conjunto de crenças, o tradutor poderia atribuir o silêncio como uma característica familiar. Para Fuller o tradutor não tem condições de justificar esse silêncio como uma marca de familiaridade, nem conseguiria dizer que Homero não tem o conceito de totalidade corpórea (*bodily wholeness*). O tradutor deve suspender o juízo, não tem condições epistêmicas para defender uma dessas duas interpretações.

Novamente o objetivo de Fuller (1988) é destacar a falsidade ensejada pela noção de equivalência formal, de que existe apenas uma tradução adequada. Particularmente, busca mostrar que a indeterminação da tradução acarreta a incomensurabilidade. Fuller acredita que o problema da indeterminação da tradução reside no argumento transcendental utilizado pelos filósofos analíticos. Esse argumento, basicamente, estabelece que existe um caso X, entretanto não se preocupa em estabelecer como alguém identificaria se X é o caso.

Argumentando em favor da possibilidade de mais de uma tradução adequada, Fuller (1988) destaca o papel da audiência. Da mesma forma como apresentado no caso da interpretação da obra de Homero, o conjunto de crenças de fundo (contexto formado por silêncios do texto) que será considerado para avaliar uma obra como o

“*Principia Mathematica*” de Newton modificará o próprio texto. Ao modificar os pressupostos tácitos que estavam em jogo no diálogo de Newton com sua audiência no século XVII pelos pressupostos tácitos da ciência contemporânea teremos uma nova interpretação possível do texto:

Just as there is a fact of the matter as to what is said in *Principia Mathematica*, which is discovered in a rather direct manner by looking at the original text, there is also a fact of the matter as to what is not said in Newton’s text – though it is discovered in a rather indirect manner by identifying the communicative context of Newton’s original utterance. And though the “not-said” is less palpable than the “said”, it is no less real and no less indicative of how, why, when and for whom *Principia Mathematica* was written (FULLER, 1988, p. 144).

Fuller (1988) assere que os filósofos analíticos ignoram os silêncios em prol da equivalência formal e, por conta disso, defendem o argumento transcendental que postula apenas uma interpretação exata. Para Fuller o problema da indeterminação se estabelece pelo pressuposto de que a interpretação é um conceito mais primitivo que a comunicação. Essa relação entre interpretação e comunicação pode ser identificada nos casos apresentados pelos filósofos analíticos, onde não existe troca entre tradutor e falante. Os casos são sempre apresentados tendo um falante e um ouvinte. Muitos desses problemas seriam resolvidos caso o ouvinte perguntasse “O que você quis dizer?” ou “Qual o sentido disso?”. Essas perguntas fariam com que o ouvinte (tradutor) tornasse preciso qual é o contexto conversacional em que os dois estão inseridos. É justamente a impossibilidade de recuperar esse contexto em alguns casos que estabelece a incomensurabilidade. E essa incomensurabilidade impossibilita a realização de uma interpretação única e exata.

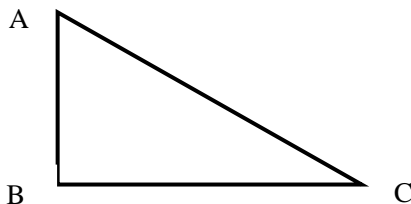
Uma razão para que os silêncios nunca tenham sido levados em conta é sua dificuldade de interpretação. Essa estratégia de ignorar os silêncios é respaldada pelo otimismo de que não parece ser um erro interpretar o silêncio como uma marca de familiaridade, ou seja, algo que qualquer um faria naquela circunstância. Assim, o silêncio não analisado é uma obviedade que qualquer um poderia entender. Caso

fosse uma sentença de significado fundamental, o autor não teria deixado de exprimi-la (FULLER, 1988).

Outra razão diz respeito aos benefícios que uma inspeção histórica pode trazer. Podemos utilizar um texto histórico ao contextualizá-lo com as discussões atuais. Essa tarefa busca identificar qual contribuição o texto têm para nossos fins atuais. Entretanto, outra interpretação possível seria a identificação do que ele queria dizer para a audiência à qual foi originalmente destinado. Mas quais seriam os benefícios de entender o significado desse texto dessa maneira? Um meio termo poderia ser alcançado utilizando-se o método *Verstehen* de Wilhelm Dilthey (FULLER, 1988). Através dessa abordagem poderíamos empreender uma fusão de horizontes decorrente da adoção do ponto de vista de outra pessoa ao nosso ponto de vista. Essa forma de interpretação é capaz de trazer benefícios para nossas discussões atuais, mas não é capaz de fornecer um “relato preciso” (“*accurate account*”) da história. Uma abordagem como essa não confere força para suplementar nossos registros históricos, mas pode falsificar interpretações tradicionais que sustentamos.

3.3.1.1 Exemplos: Aristóteles vs. Galileu

Com o objetivo de esclarecer o que até agora foi sugerido, Fuller (1988) nos convida a analisar um caso real de interpretação. O caso escolhido é a crítica de Galileu à confusão conceitual de Aristóteles sobre as velocidades. Esse caso é abordado por Kuhn em “*A Function for Thought Experiments*” (1977). O ponto que Galileu busca destacar é a diferença entre velocidade e movimento. Especificamente a diferença entre a velocidade total envolvida no movimento e a velocidade do objeto em um único ponto. Aristóteles, e seus seguidores na época de Galileu, não conseguiam distinguir essas duas características. O exemplo de Galileu diz respeito a dois corpos percorrendo dois planos, um vertical (AB) e o outro inclinado (AC):



Considerando-se que os corpos atinjam os pontos B e C com a mesma velocidade, isso é precisariam da mesma velocidade para retornar ao ponto original A, se pergunta qual corpo é mais rápido. A primeira resposta tende a atribuir maior rapidez ao corpo que percorreu o plano inclinado, AC. Entretanto, parece que temos um problema, pois o exemplo foi construído de forma que os dois corpos partem do repouso e finalizam seu movimento com a mesma velocidade. Assim, os dois parecem ser igualmente rápidos. Se ambos partiram com a mesma velocidade e chegaram com a mesma velocidade, devem ter a mesma velocidade média. Uma grande dificuldade deste caso é a análise de dois movimentos que desenvolveram uma trajetória diferente. Claramente o trecho AB é menor que AC.

Para equacionarmos essas distâncias, poderíamos tomar um trecho padrão, do tamanho AB, por exemplo. Assim, deveríamos escolher qual trecho de AC, equivalente a AB, deveria ser tomado para análise. Caso a distância padrão (tamanho AB) seja medida em AC partindo-se do topo da inclinação, a distância padrão será percorrida em menor tempo pelo objeto na trajetória perpendicular do que pelo objeto que realiza a trajetória AB vertical. Entretanto, se a distância padrão for medida em AC partindo-se da base da inclinação, o objeto na trajetória perpendicular levará mais tempo para percorrer uma distância AB que o objeto que realiza a trajetória AB vertical. Por fim, se escolhermos um trecho mediano no plano inclinado, podemos identificar um caso onde ambos os objetos levarão o mesmo tempo para percorrer a distância AB. A forma como o texto foi construída nos conduz a considerar três respostas diferentes e incompatíveis para uma mesma pergunta sobre um mesmo caso (KUHN, 1977).

O caso de Galileu busca apresentar uma confusão acerca do uso do conceito “rapidez”. Podemos dizer que um corpo pode ter uma velocidade instantânea mais “rápida” (maior) que outro corpo. Podemos dizer também que um corpo atravessa uma distância mais rapidamente que outro. Entretanto, essas duas declarações não se referem à mesma característica do movimento. “Rapidez” significa algo quando aplicado à comparação entre taxas instantâneas de movimento em algum momento particular e significa algo diferente quando utilizado na comparação dos tempos necessários para que se complete um movimento específico. Um corpo pode ser mais “rápido” em um sentido e não no outro (KUHN, 1977).

Fuller (1988) propõe que interpretemos esse caso. Galileu buscava mostrar a confusão conceitual que o conceito de “rapidez” apresentava na teoria de movimento de Aristóteles. Ao ver a exposição de Galileu, o que Aristóteles deveria fazer? Parece evidente que Aristóteles deveria definir sua teoria mais claramente. Essa abordagem interpretativa sugere que Aristóteles deve revisar suas crenças à luz do que Galileu apresentou ou mostrar que a interpretação de sua teoria do movimento por parte de Galileu estava equivocada (fornecer um esclarecimento sobre seus conceitos ou sobre os objetivos da teoria). Mas devemos ter o cuidado para não atribuir a Aristóteles a negação da distinção proposta por Galileu. Aristóteles apenas não foi capaz de asserir a distinção, em virtude do seu completo desconhecimento dela. Ou seja, para os atenienses do século IV A.C. a distinção entre velocidade instantânea e velocidade média era irrelevante.

Fuller (1988) acredita que os filósofos analíticos não conseguem atingir essa interpretação. Para eles a falha em asserir deve ser igualada a uma asserção implícita ou a uma negação implícita. Desta forma, a tese da incomensurabilidade é capaz de reconciliar duas interpretações incompatíveis para o projeto de tradução oferecido pela filosofia analítica:

- (a) If Galileo were in Aristotle’s presence, then it would be rational for Aristotle to concede at least that his concept of velocity required some clarification and perhaps even that he had been laboring under false beliefs about the nature of motion.
- (b) Unless Galileo, or someone like him, were in Aristotle’s presence, there would be no reason for Aristotle to clarify his concepts or revise his beliefs in the manner that Galileo would have him do (FULLER, 1988, p. 154).

Através dessa análise Fuller (1988) busca evidenciar que ao realizar uma interpretação com a abordagem analítica, imaginando os passos que poderíamos tomar para persuadir o autor de que ele tenha cometido um erro conceitual, corremos o risco de fazer uma interpretação errada do texto. No caso de Aristóteles, Fuller especula que os interesses do autor em formar sua teoria do movimento podem ser diferentes dos nossos. Esses interesses diferentes levaram Aristóteles

a desenvolver um esquema conceitual distinto do nosso, incompatível com o nosso. Dessa forma, Aristóteles poderia até mesmo conceder que o esquema conceitual de Galileu é adequado e, ainda assim, defender sua teoria do movimento, uma vez que, para seus propósitos, a distinção entre aquelas velocidades não é relevante.

Esse caso destaca a importância de se considerar o contexto em que a frase é dita para realizar uma interpretação adequada daquilo que a expressão em análise significa para o falante. Esse contexto opera ativamente na forma como tratamos os silêncios que existem no discurso. Fuller (1988) utiliza outros dois exemplos para esclarecer a importância do contexto conversacional na interpretação de significados: (1) A pergunta “Cadeiras existem?” realizada para um filósofo e para um engenheiro, mesmo que recebam a mesma resposta (“Sim.”), são recebidas e justificadas de forma muito diferente por esses dois indivíduos; (2) A pergunta “Você acredita em Deus?” para um inglês de 1688 seria recebida de forma muito diferente se comparada com a recepção que um inglês de 1988 teria. Fuller (1988) destaca que no caso (2) as diferentes recepções não derivariam tanto da relação do indivíduo com a crença (como no caso (1)), mas sim da relação sobre a crença atribuída ao inquiridor pelo respondente. Estaria em jogo o quão razoável é duvidar dessa crença a ponto de fazer a pergunta.

3.3.1.2 O Silêncio como Crítica à Abordagem Analítica

O trabalho desenvolvido por Fuller em explicitar os dilemas que os silêncios trazem para a tarefa da tradução é um contra-ataque aos críticos da incomensurabilidade. Em especial, Fuller busca atacar o argumento transcendental, atribuído a Donald Davidson, que seria assim formalizado:

(P1) If X were false, then Y could not be true.

(P2) But Y is clearly true.

(C) Therefore X must be true (FULLER, 1988, p. 158).

Onde X e Y seriam:

(X) We share most of the beliefs of the people we interpret.

(Y) Our interpretations are correct most of the time (Fuller, 1988, p. 159).

Com relação à (Y), Fuller (1988) destaca que as versões “revisionistas” de interpretações históricas estão ganhando credibilidade justamente por apontar que um grande número de erros de compreensão foi perpetrado ao longo dos anos. Assim, não parece que possamos sustentar a posição de que os erros de interpretação são facilmente reconhecidos e raros. Nossa dificuldade em encontrar os erros não confere confiabilidade ao processo de interpretação. Desta forma, a proposição de que nossas interpretações são corretas na maioria das vezes não parece ser verdadeira.

(X) é ainda mais controverso para Fuller (1988). A estratégia para defender o ponto (X) se pauta na identificação de casos onde tradutor e falante formam uma mesma crença que possa ser expressa por suas próprias linguagens. Uma tentativa empírica de construir um exemplo desse tipo é o experimento de percepção de cores. O experimento se dá através da apresentação de um espectro de cores a um indivíduo que não possui um conjunto de palavras tão vasto para distinguir cores. Apesar disso, esses indivíduos conseguem identificar as diferenças, mostrando que, de alguma forma, eles possuíam os conceitos das cores para as quais não possuíam palavras.

Fuller (1988) critica esse tipo de experimento, pois o protocolo de identificação de cores só ocorre por conta do próprio experimento. Isso é importante uma vez que não estamos buscando a capacidade do indivíduo em aprender a identificar diferenças em um espectro de cores, o resultado relevante é saber se ele iria desenvolver essa habilidade sem a intervenção do experimento. Relacionando ao problema levantado por (X), o indivíduo sob teste não está mobilizando sua linguagem para desempenhar o experimento, está usando a linguagem de protocolo do experimento. Uma forma de assegurar os resultados do teste seria acompanhar o comportamento do indivíduo após o experimento, verificando se ele incorporou essa “habilidade” em sua linguagem natural. Fuller (1988) assevera que geralmente essa confirmação não é obtida.

Caso o experimento tivesse resultados positivos para a suposição (X), ele poderia confirmar o princípio do holismo presente na teoria de Davidson. Segundo esse princípio, as pessoas têm uma estrutura integrada de regras inferenciais de dedução e indução com um sistema conceitual constituído por crenças, desejos e outros estados intencionais. Através do uso desse potencial básico, comum a todos os indivíduos, o

sujeito em análise no teste de percepção de cores articularia essa estrutura integrada para identificar as diferenças relevantes.

Contrário ao holismo, Fuller (1988) argumenta que é mais plausível que tenhamos uma estrutura modular ou molecular. Esse modelo defende que mobilizamos diferentes conjuntos de conceitos ou crenças para tratar de diferentes questões. Assim, Aristóteles poderia acessar um módulo para defender sua teoria do movimento e outro para reconhecer os sucessos da proposta de Galileu. Da mesma forma o sujeito em análise no teste de percepção de cores mobilizaria um módulo específico para seu desempenho dentro do laboratório de testes e outro para a forma como usualmente identifica as cores no seu dia-a-dia.

Concluindo, Fuller (1988) nega a plausibilidade das premissas defendidas por Davidson. Reconhece que essas premissas estão presentes no nosso processo usual de interpretação, entretanto a frequência e o automatismo com que são empregadas não garantem que a interpretação seja bem sucedida. Fuller volta a destacar que a principal falha da abordagem é a negligência com relação aos silêncios, o que pode esconder características muito importantes do texto. A ênfase nos silêncios é fundamental para a defesa do conceito de incomensurabilidade. Da forma como apresentado por Fuller, o conceito de incomensurabilidade é uma ferramenta de leitura histórica, uma diretriz metodológica para a historiografia da ciência.

3.4 QUESTÕES TEÓRICAS RELEVANTES PARA A ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO – ESTABELECENDO O QUE É “CIÊNCIA”

A influência dos debates acerca da Sociologia do Conhecimento Científico faz com que Fuller trabalhe extensivamente com temas relativos à história das ciências. Uma parte relevante de sua obra “*Social Epistemology*” é destinada à defesa do conceito de “incomensurabilidade”. Além desse instrumental teórico, Fuller aborda questões clássicas da Filosofia da Ciência: a Teoria da Demarcação; a divisão da ciência entre disciplinas; e a formação de consensos dentro da ciência. Esse conjunto de considerações teóricas auxiliará o autor a formular sua proposta normativa para a organização do conhecimento.

3.4.1 Teorias da Demarcação: como definir “ciência”?

A obra de Fuller tem como objetivo expor critérios de identificação das formas de organização social mais adequadas para a busca daquilo que uma comunidade específica chama de conhecimento. Ao discorrer sobre a questão da organização do conhecimento, o primeiro ponto tratado por Fuller diz respeito às teorias de demarcação. O debate acerca da demarcação se tornou importante com os avanços no campo da Filosofia da Ciência no século XX. Para delimitar quais grupos de conhecimentos podem ostentar o status de ciência, faz-se necessária a elaboração de critérios de demarcação. A demarcação é realizada para atender questões teóricas e práticas:

From a theoretical point of view, the demarcation issue is an illuminating perspective that contributes to the philosophy of science in the same way that the study of fallacies contributes to the study of informal logic and rational argumentation. From a practical point of view, the distinction is important for decision guidance in both private and public life. (HANSON, 2008)²¹.

Fuller (1988, p. 178) esboça duas possíveis interpretações para o termo “ciência”:

(a) in terms of the social practices that satisfy the definition of ‘science’ (namely, practices possessing the Baconian Virtues²²), regardless of

²¹ Um debate muito aprofundado sobre o tema foge ao escopo do presente trabalho. Hanson (2008) fornece uma introdução sobre o termo, bem como apresenta algumas teorias de demarcação.

²² Fuller alinha as consequências sociais benéficas do status de uma disciplina como ciência de Virtudes Baconianas. A inspiração vem de Thomas Gyerin (apud FULLER, 1988) que apresenta os seguintes argumentos em prol da autoridade cognitiva da ciência: (1) o conhecimento científico é necessário para o progresso tecnológico; (2) a ciência é não-emocional, não-enviesada e não-persuadida pelos apelos de autoridade ou tradição; (3) a ciência busca o conhecimento em prol do conhecimento (*for its own sake*). Uma vez atingido o status de ciência, uma disciplina goza dos benefícios sociais de ter autoridade de

whether a particular individual would call those practices ‘science’;
 (b) in terms of the social practices that a particular individual would identify as satisfying the definition of ‘science’.

A definição (a) possui um caráter objetivo, uma referência semântica enquanto a definição (b) é subjetiva, envolve a referência de alguém, um ponto de vista.

Preocupado com a forma como uma comunidade define as fronteiras da ciência (adota uma teoria da demarcação), Fuller concentra sua discussão na influência que as teorias da demarcação conferem para o trabalho do historiador da ciência. Fuller (1988) observa que o procedimento padrão, nos trabalhos de língua inglesa²³, é adotar uma postura progressista e presentista (*Whiggish*), onde a história é contada tendo como definição de ciência as práticas adotadas pelos cientistas do presente (pelas teorias da “fronteira da ciência”) e as teorias passadas são analisadas a luz desse modelo de ciência:

Se todas as contribuições positivas do passado encontram-se assimiladas ao estado presente da teoria, a história do pensamento converte-se em uma história de erros e antecipações. Erros quando a doutrina que se presumia verdadeira no passado afasta-se substantivamente daquela que integra o estado atual da teoria; antecipações quando a doutrina afirmada no passado prefigura o estado atual da teoria. E se muda o estado atual da teoria, muda a percepção do passado no jogo de iluminação retrospectiva de erros e antecipações (ARIDA, 1996, p. 15).

promulgar conhecimentos verdadeiros e confiáveis, controle sobre a educação e concessão de credenciais, acesso a dinheiro e pessoal, bem como um tipo de influência política advinda da posse deste conhecimento (ainda que o mesmo seja esotérico, um mistério para os demais membros da sociedade).

²³ Fuller escreve para um público de língua inglesa. Trabalhos de história e filosofia da ciência vinculados à tradições francesas e alemãs como Bachelard (1968), Canguilhem (2009), Foucault (1977, 2009) e Dilthey (2010) tratam do tema com outro viés e configuram exemplos de propostas condizentes com as orientações teóricas propostas por Fuller para uma maneira adequada de se empreender uma história da ciência.

Fuller sugere então uma história da ciência focada nas instituições, em especial na forma como a ciência se distingue de seus rivais. Essa abordagem teria duas principais variáveis históricas:

- (c) the strategies that the rival disciplines have had to deploy in their attempts at earning the title of science;
- (d) The strategies that the successful disciplines have had to deploy in order to maintain their title of science (FULLER, 1988, p. 179-180).

Fuller (1988) aponta a importância das grandes figuras em uma história com essa abordagem. Dependendo das crenças que defendem, os principais atores dos embates teóricos serão taxados de forma diferente. Como exemplo, Fuller destaca alguns atores centrais da Revolução Científica. Enquanto os antiexperimentalistas Hobbes e Descartes ficaram marcados como “filósofos”, os experimentalistas como Boyle e Newton são reconhecidos como “cientistas”. A partir do estudo da forma como esses autores defendiam o caráter científico de suas teorias e das estratégias mobilizadas para a manutenção desses status perante a sociedade, podemos identificar uma série de características comuns às disciplinas científicas.

Ao finalizar sua apresentação do problema da demarcação, o autor aponta três características que uma disciplina, tendo o status de “ciência” em determinada ordem social, tipicamente apresenta: (1) dualidade de objetividade – (a) “distanciamento pessoal” (“*personal detachment*”), uma vez que o cientista é um sujeito não-reflexivo, ou seja, não aplica seus métodos a si mesmo (um historiador não se vê como agente histórico, um psicólogo não monitora suas próprias atitudes diante de seus sujeitos, etc.). (b) os dados do cientista são objetivamente separados, não são criações elaboradas pela vontade do cientista; (2) exercício de poder sem força – através da retórica, os cientistas exercem poder sobre políticos e membros de disciplinas subordinadas (externamente), ou sobre seus sujeitos experimentais (*experimental subjects*) acerca de seu comportamento (internamente); (3) controle sobre o passado – através de uma história progressista (*Whig historian*) onde identifica apenas as ações de pesquisadores do passado que tiveram consequências para a teoria dominante ou ao ignorar as diferenças contextuais (adotar o *ceteris paribus*) em

diferentes casos em diferentes períodos de tempo para chegar a uma generalização adequada (FULLER, 1988).

3.4.2 Demarcação Dentro da Ciência: fronteiras entre as disciplinas

Um segundo ponto fundamental para a teoria sobre a organização e gerenciamento da produção de conhecimento é a demarcação entre as disciplinas, ou seja, as fronteiras entre as disciplinas que já ostentam o status de “ciência”; que já passaram pelo crivo anterior e foram reconhecidas pela sociedade como as mais indicadas para buscar o tipo de conhecimento de seu interesse. Para Fuller (1988), uma disciplina forma uma fronteira pela maneira como ela defende suas reivindicações de conhecimento, pelo formato argumentativo empregado: (i) pelo uso de palavras (jargões); (ii) pelos empréstimos realizados de outras disciplinas (analogias e diálogos que são permitidas); (iii) pelos casos apropriados de justificação e descoberta. Uma disciplina completamente limitada atinge a autonomia e com isso adquire alguns benefícios organizacionais como um departamento acadêmico próprio, um programa de pesquisa, uma linhagem histórica, etc.

Fuller (1988) oferece três técnicas para detectar fronteiras de disciplinas:

a) Examinar disciplinas que defendem reivindicações de conhecimento “ostensivamente similares” (“*ostensively similar*”): Algumas disciplinas sustentam crenças sobre os mesmos objetos, em geral existem outras diferenças significativas que justificam a separação dessas disciplinas. Essas diferenças podem estar no pano de fundo das teorias. Fuller cita a noção diferenciada que muitos pesquisadores de ciências sociais têm acerca de seu objeto de estudo, os seres humanos. Ao analisar detidamente qual a concepção que cada pesquisador usa para seu objeto, não é difícil encontrar características contraditórias, e incomensuráveis, que impossibilitam a comparação dos resultados.

b) Examinar a metaciência implícita no formato de argumentação de uma disciplina: especificamente analisar a relação entre duas disciplinas. Qual disciplina possui maior autoridade cognitiva em cada caso? Fuller alerta para a natural mudança da relação de poder ao longo do tempo, como a teologia natural e a filosofia natural na Idade Média em comparação com o status das duas no século XIX.

c) Examinar as estratégias utilizadas para sintetizar as pesquisas de duas ou mais disciplinas: Fuller observa que algumas

tentativas de sintetização de duas disciplinas em um “terreno comum” são orientadas para uma audiência específica e o uso de recursos linguísticos para alcançar essa audiência faz com que o texto seja transformado de forma a invalidá-lo para os padrões intradisciplinares. Esses exemplos sinalizam prováveis casos de incomensurabilidade. Entretanto, Fuller observa que podem existir casos de ortogonalidade, casos onde o diálogo e comparação entre as disciplinas não é possível, sem implicar que uma das teorias deva ser eliminada ao longo do tempo.

Dada a ênfase do autor na produção textual e, por consequência, nos recursos linguísticos utilizados pelos pesquisadores das disciplinas com o status de “ciência”, Fuller (1988, p. 201) destaca quatro funções linguísticas associadas a virtudes do discurso de uma disciplina:

(j) The virtue of signaling is efficiency. A discipline aims to convey the most (new) information per unit of discourse expended.

(k) The virtue of expressing is surveyability. A discipline aims to make each step of its reasoning evident in its discourse.

(l) The virtue of describing is accuracy. A discipline aims to maximize the total amount of truth conveyed in its discourse.

(m) The virtue of criticizing is precision. A discipline aims to maximize the total amount error eliminated from its discourse.

As duas primeiras virtudes são alcunhadas de “ambivalência Foucaultiana” (*Foucauldian Ambivalence*) e versam sobre os meios em que o conhecimento é utilizado para controlar a natureza e a cultura. A ambivalência linguística deste caso reside na preocupação de que o discurso se direcione para uma audiência específica, fazendo com que a acessibilidade a esse conteúdo seja diminuída. Esse hermetismo não é prejudicial para a disciplina, os “*insiders*” terão acesso às informações pertinentes, precisas e acuradas, enquanto esse conhecimento permanecerá um mistério para os “*outsiders*”: “This is the Cult of expertise, associated with the professionalization of knowledge” (FULLER, 1988, p. 202). O acesso é fundamental, uma vez que se faz necessária a introdução de neófitos na disciplina. Caso o acesso seja dificultado, existe o risco de que muitos desentendimentos criem novas “escolas” com produções incomensuráveis. Essas “escolas”, a longo

prazo, podem gerar novas disciplinas: “while a strategy of maximizing efficiency promises power outside a discipline, a strategy of minimizing of surveyability [acesso] adumbrates instability within that discipline” (FULLER, 1988, p. 202).

As virtudes (l) e (m), por sua vez, são alcunhadas de “ambivalência Popperiana” (*Popperian Ambivalence*). A ambivalência entre precisão e acurácia é fundamental para o critério de demarcação. Neste caso a incompatibilidade se dá pelos objetivos de curto e longo prazo. Acurácia (curto-prazo) exige segurança do conhecimento de acordo com a base de crenças existente, enquanto a precisão (longo-prazo) está relacionada com uma aposta de conhecimento futuro (alcance da verdade), envolvendo maior risco. A virtude da precisão é uma forma de aposta que divide a comunidade científica, uma vez que cada grupo considera um conjunto específico de elementos relevantes para se atingir a verdade, enquanto a acurácia direciona a comunidade para o consenso; forma uma base de conhecimento aceita por todos os membros (FULLER, 1988).

Essa discussão serve para mostrar que ao longo do tempo, ao menos na história do Ocidente, a organização do conhecimento se pautou na disciplinarização, ou seja, maximização da eficiência e da precisão em detrimento do acesso e da acurácia. Como alternativa a esse modelo, Fuller (1988) propõe o emprego da hermenêutica: “Maximize efficiency and accuracy in one’s discourse: so goes the imperative of the hermeneutical disciplines” (FULLER, 1988, p. 204). Hoje essa atividade perdeu espaço e seus praticantes parecem se contentar em defender uma abordagem emotiva ou pragmática e deixar de lado sua contribuição para a esfera cognitiva. A noção progressista de ciência, focada na fronteira do conhecimento, faz com que os trabalhos históricos (e, portanto, a importância do tratamento hermenêutico) sejam desconsiderados.

3.4.3 Consenso e Ciência

Após tratar da teoria da demarcação e das fronteiras entre as disciplinas, Fuller volta sua atenção para o conceito de “consenso” aplicado à ciência. A forma não-dogmática preconizada pelos praticantes da ciência faz com que o consenso não seja o objetivo da comunidade científica. Entretanto, um dissenso permanente parece ser prejudicial à busca pelo conhecimento; o meio termo parece ser o ideal para que o crescimento do conhecimento seja alcançado. Comentando as

obras de Laudan e Kuhn, Fuller (1988) destaca que a formação dos consensos (locais, paradigmáticos, dado que existe uma disputa entre diferentes consensos em estados revolucionários) parecem ser acidentais; como se uma “mão invisível” estivesse operando e não fosse possível aplicar qualquer fator explicativo de deliberação por parte dos cientistas objetivando o alcance do consenso, ou seja, não existe forma racional de se explicar como se dá o consenso na comunidade científica.

Para organizar a discussão, Fuller (1988, p. 208) define algumas formas de concordância para os grupos A e B: “(a) A comes to agreement by each individual deciding by himself to do the same thing; (b) B comes to agreement by a collective decision to do the same thing.” No grupo A a deliberação é individual; as razões para que todos os membros do grupo cheguem ao acordo não são negociadas; Fuller alcunha essa modalidade de acordo de “consenso acidental”. No grupo B as razões para se formar o consenso em torno de determinada questão são discutidas e todos os membros do grupo terão uma noção uniforme do que “significa” aquilo em que estão concordando; ou seja, terão um uso aceito e comum. Fuller alcunha essa modalidade de “consenso essencial” e enfatiza a uniformidade da sua dissolução; dada essa forma de se chegar ao consenso, o momento do dissenso também é inequívoco, uma vez que se espera que todos reconheçam as falhas (ou limitações) do que havia sido acordado e, juntos, passem a um novo momento de debate e negociação para a formação de novo consenso.

Tendo em vista que esses dois tipos de consenso são “tipos ideais”²⁴, Fuller (1988) propõe outras quatro modalidades de consenso

²⁴ Como exemplos de idealizações desses tipos de consenso, Fuller (1988) destaca o caso das descobertas múltiplas (ou simultâneas) e o caso paradigmático de comunidade científica de Peirce. No primeiro caso, observam-se pesquisadores de diferentes nacionalidades e tradições teóricas que chegam a resultados muito próximos (ou iguais) praticamente ao mesmo tempo. Fuller critica a explicação tradicional de que esses exemplos atestam a objetividade do empreendimento científico, uma vez que ele acredita em erros na caracterização desse “consenso acidental”, ou seja, a caracterização é demasiado abstrata para identificar o consenso e ignora uma série de outros elementos, fundamentais para o alcance dos resultados, que são radicalmente incompatíveis. O segundo caso, um exemplo de “consenso essencial”, é uma idealização de comunidade científica onde os indivíduos, apesar de manifestarem comportamento egoísta, estão inseridos em um ambiente de disputa e comunicação intensa, fazendo com que seus resultados sejam, obrigatoriamente, aceitos por todos os membros.

cuja caracterização cognitiva dos indivíduos é mais complexa e, portanto, mais próxima do real:

a) Consenso Quase-Essencial (*Near-Essential Consensus*): além de os membros do grupo reconhecerem que o convencimento dos demais membros é um pré-requisito para a aceitação da justificação de uma crença, esses membros devem se preocupar em considerar o contexto de justificação para indivíduos que não fazem parte do grupo. Fuller cita como exemplo os biólogos, por volta de 1870, que acreditavam na obrigatoriedade de que a teoria da origem das espécies pudesse ser explicada pelos padrões de justificação da teologia natural.

b) Consenso Quase-Acidental (*Near-Accidental Consensus*): mesmo quando não existe qualquer padrão de interação social grupos podem formar um consenso. Fuller cita como exemplo (fictício) o efeito Plank, onde os membros mais novos de uma disciplina apoiam uma teoria sem qualquer explicação plausível, onde estariam operando fatores que estão fora do contexto de justificação. Outro exemplo (mais realista) é a separação de duas disciplinas, onde são formados diferentes grupos que podem apresentar um avanço nos seus objetivos gerais de forma “acidental”.

c) Consenso forçado processualmente (*procedurally enforced consensus*): algumas modalidades de consenso são obtidas através da pressão exercida por uma modalidade de interação social. Fuller destaca a linguagem técnica como uma dessas interações sociais que limitam o desacordo, forçando o consenso. Entretanto, uma externalidade observada por esse caso seria a incapacidade dos membros do grupo em identificar más interpretações; nesse caso existira uma incomensurabilidade não captada e, por consequência, um consenso meramente aparente.

d) Consenso Essencial Subótimo (*Suboptimal Essential Consensus*): a última modalidade de consenso explorada por Fuller demonstra mais uma situação de consenso aparente. A modalidade subótima é estabelecida quando existe uma falha de interpretação no discurso da comunidade. Isso acontece pela recorrência de alguns debates em detrimento de outros. O mero fato de um tópico estar sendo debatido extensivamente pode fazer com que sua avaliação se prenda à repercussão em detrimento do conteúdo apresentado. O mesmo efeito vale para um tópico esquecido ou menosprezado pelo debate da comunidade: sua incapacidade de aparecer pode resultar em prejuízos

para sua avaliação. Para a função do historiador da ciência essa característica é fundamental:

since the only views on which he typically feels safe to comment are the ones that are actually expressed. But if indeed all the beliefs expressed are not necessarily all, or even most, of the beliefs held, then some embarrassing interpretive problems arise (FULLER, 1988, p. 215).

Uma das grandes dificuldades em se analisar quando um consenso é encontrado está no objeto que está sendo acordado. Os filósofos da ciência geralmente identificam como objetos de consenso elementos como teorias, métodos ou uma metafísica. Em um caso específico como as Leis de Newton, por exemplo, o cientista deve tomá-las como verdades auto-evidentes, hipóteses empíricas falseáveis, definições adotadas por conveniência, instruções parciais para a construção de um modelo mecânico do mundo ou como uma representação de como as coisas são? (FULLER, 1988).

Fuller (1988) crítica a forma como os filósofos da ciência identificam esses objetos de consenso. Por trabalharem com essa difícil missão, eles acabam elegendo as razões individuais comuns ao conjunto de cientistas que sustenta determinada teoria. Essa metodologia está incorreta, segundo Fuller, por desconsiderar uma série de outras razões relevantes e contraditórias que os cientistas apresentam. Fuller aponta que essa estratégia leva a uma interpretação de consenso do tipo C, consenso forçado processualmente, onde os textos dos cientistas serão coerentes, a comunidade parecerá racional, identificam-se esquemas conceituais apropriados nas produções de cada um dos cientistas. Entretanto, caso explorássemos de forma mais abrangente as ideias por eles veiculadas, identificaríamos incoerências, e o consenso não seria identificado.

Essa discussão se assemelha muito às observações levantadas por Fuller acerca da incomensurabilidade. A incomensurabilidade surge como decorrência desse caso de consenso forçado processualmente. Fuller toma cuidado para conceder a existência de consensos essenciais de forma local, como em um departamento, por exemplo, entretanto, argumentou até aqui contra a existência de um consenso racional a nível global, como defendido pelos filósofos da ciência. Apesar da

inexistência de um consenso racional a nível global, observamos os cientistas trabalhando com uma linguagem idêntica. Para Fuller (1988) essa é uma característica ilusória, visto que a interpretação que cada grupo de cientistas faz desse léxico comum é diferente. A variedade de interpretações faz com que a incomensurabilidade se estabeleça. Fuller (1988, p. 228) sintetiza o ponto da seguinte forma:

Until philosophers, or scientists in the guise of philosophers, get into the act of trying to legislate methodological rules for every research community, methodological differences – the source of incommensurability – can remain hidden as different communities perform linguistic functions appropriate to their respective research programs on the same theory.

* * *

As discussões propostas por Fuller na presente sessão visam caracterizar melhor o objeto sob análise: a ciência. Primeiramente, Fuller destaca que através das análises empíricas (históricas) podemos identificar (i) as formas como disciplinas receberam o status de “ciência” por parte das sociedades onde estavam inseridas, (ii) as estratégias empregadas por essas disciplinas para manter esse status e (iii) as características comuns que disciplinas tidas como científicas apresentam. Com base no levantamento dessas informações podemos caracterizar o empreendimento científico.

Outro conjunto de elementos fundamentais para essa caracterização diz respeito a processos internos dessas disciplinas científicas. Para fazer uma inspeção da organização da ciência em disciplinas, bem como da organização intra-disciplinar, Fuller elege a linguagem como ferramenta chave de análise. A forma como o discurso científico é construído por determinada disciplina vai estabelecer seu local na hierarquia epistêmica. O comportamento linguístico também é central para a identificação de consensos em torno de uma teoria científica. Ao tratar do tema, Fuller mostra preocupação com possíveis incompreensões não percebidas que resultam em formações de consensos aparentes. Essas incompreensões podem ser prolíficas quando geram novas interpretações sobre um objeto, novos campos de estudos, novas disciplinas científicas. Entretanto, esse é um problema negligenciado por teorias tradicionais de Filosofia da Ciência que

destacam o consenso racional como característica positiva do empreendimento científico.

3.5 A NORMATIVIDADE DA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: UMA PROPOSTA POLÍTICA PARA A CIÊNCIA

3.5.1 A Normatividade

A normatividade é um conceito chave na obra de Fuller. Goldman (2010) assevera que a preocupação normativa é o grande diferencial desta obra. Fuller (1988) descreve seu trabalho como um empreendimento conjunto de filosofia e sociologia; da primeira explorando o caráter normativo, da segunda o caráter empírico. Em Fuller (2004) o autor diz que a Epistemologia Social é a disciplina filosófica dos estudos da ciência, tecnologia e sociedade (STS). Ao falar de normatividade, Fuller (1988) se inspira na ética e aponta dois tipos de trabalhos normativos: (m) antes de alguém agir, para dirigir sua ação; (n) depois de alguém agir, para avaliar sua ação. Trazendo essas definições para o campo do conhecimento, Fuller interpreta os julgamentos normativos de tipo (n) como referentes à produção do conhecimento passado (base empírica) que serviriam de base para a formação dos julgamentos normativos de tipo (m) sobre a produção de conhecimento futuro (normatividade).

Para estabelecer seu critério de normatividade, Fuller (1988) distingue três possíveis formas: primeira pessoa, segunda pessoa e terceira pessoa. No caso da primeira pessoa, a obra moral de Kant é a referência, onde as normas são prescritas individualmente, de forma intrínseca, sem levar em conta as consequências da ação que eu devo tomar. No caso da terceira pessoa, a obra de Hume é a referência. A norma é criada por um observador crítico neutro que julga a forma como as pessoas devem agir. O exemplo de normatividade que Fuller (1988, p. 263) pretende adotar é definido da seguinte forma:

the second person perspective, in which I prescribe norms for my own actions, given that I know how others are likely to act under various conditions. My goal here is not to make myself as I ought to be (contra Kant), nor to judge whether

others are as they ought to be (contra Hume), but to judge whether I am as I ought to be, on the basis of whether I have made others as they ought to be.

Fuller critica os trabalhos tradicionais em epistemologia por sua orientação dirigida à normas ideais que precisariam de um ambiente controlado (*ceteris paribus*) para levar adiante a análise sobre uma característica específica. No caso do conhecimento, essas teorias parecem sugerir que o epistemólogo estaria autorizado em seguir o ideal cartesiano de racionalidade, ainda que esse pregue uma retirada da vida social. Essa perspectiva normativa confere grande relevância ao emprego de um método idealizado. Entretanto, a postura de negligência da esfera social acarreta em problemas para a norma proposta, dado que existe a importantíssima segunda etapa de identificar os meios sob os quais o método é aceito e utilizado, ou seja, na abordagem filosófica da normatividade a negligência dos aspectos empíricos é uma limitação grave.

No campo de estudos da ciência, Fuller não se conforma com a divisão de trabalhos sugerida pelos filósofos, onde o sociólogo se restringiria ao estudo de casos concretos e particulares, enquanto o epistemólogo cuida do que deveria ser considerado conhecimento em geral²⁵. A crítica de Fuller (1988, p. 268) ao trabalho do epistemólogo é a impraticabilidade de sua utopia cognitiva:

sociologists would be better advised to start addressing such questions by demonstrating that the various cognitive utopias proposed by philosophers are not only absent from actual scientific practice but, more importantly, are generally unfeasible given the social organization

²⁵ Muito semelhante a crítica feita por Bloor (1991, p. 3-4): “the sociology of knowledge might well have pressed more strongly into the area currently occupied by philosophers, who have been allowed to take upon themselves the task of defining the nature of knowledge. In fact sociologists have been only too eager to limit their concern with science to its institutional framework and external factors relating to its rate of growth or direction. This leaves untouched the nature of the knowledge thus created. (...) By these means sociologists express their conviction that science is a special case, and that contradictions and absurdities would befall them if they ignored this fact. Naturally philosophers are only too eager to encourage this act of self-abnegation. It will be the purpose of this book to combat these arguments and inhibitions. Fuller (1988, p. 268), entretanto, interpreta Bloor limitado a um trabalho metodológico no campo normativo: “Barnes and Bloor will pronounce only on how to regulate the sociology of knowledge, but not on how to regulate any other cognitive enterprise.”

of science. For if what makes a norm ‘normative’ is its ability to be enforced, then a necessary ingredient in the rational selection of a scientific norm is that the scientific community has the resources for enforcing the norm. And, as it turns out, most of the cognitive utopias of the philosophers involve activities such as inspecting the logical structure of arguments and replicating the experiments of one’s colleagues, which are simply impossible to enforce on a systematic basis in the world of Big Science. Therefore, if we assume that ‘ought implies can’ applies equally well to the rational selection of norms in science as elsewhere, then the sociologist of knowledge is in an ideal position to declare the normative pursuits of the philosopher irrational.

Assim, após defender uma abordagem normativa para o trabalho da sociologia, Fuller (1988) argumenta que esse trabalho deve ser realizado através da “sociologização” (“*sociologizing*”) de questões tradicionais da epistemologia. Basicamente o que Fuller defende é o fim da especulação teórica abstrata sobre ciência, sendo os esforços direcionados para o estudo de casos práticos que revelem a natureza social do crescimento do conhecimento. O autor critica tanto os teóricos dos Estudos Sociais da Ciência, quanto os filósofos da Filosofia da Ciência por negligenciarem essa dimensão normativa de orientação prática. Buscando resgatar uma formulação normativa adequada para casos reais de conhecimento da nossa sociedade, Fuller elabora uma proposta de gerenciamento do processo de produção de conhecimento guiado por decisões políticas.

3.5.2 Orientação Política para a Ciência

Grande parte do projeto de Fuller se concentra na crítica ao tipo de trabalho que vinha sendo realizado pela filosofia, em especial a Filosofia da Ciência. Pouco do que Fuller destacou em sua obra se apresenta como uma crítica aos projetos de epistemologia primária. Indo além das palavras do autor, podemos interpretar a opinião de Fuller com relação à uma Teoria do Conhecimento como um projeto excessivamente abstrato. Tão abstrato que é utópico, impraticável e,

portanto, de pouca utilidade, em especial quando estamos interessados com questões práticas que nos ajudem a gerir o processo de produção de conhecimento de forma eficiente.

Com relação à Filosofia da Ciência, a crítica de Fuller é mais clara. Apoiando as reivindicações das nascentes teorias da Sociologia do Conhecimento Científico, Fuller concorda que a ênfase da Filosofia da Ciência nos aspectos racionais e cognitivos não é capaz de fornecer uma interpretação adequada do empreendimento científico. Entretanto, Fuller mostra insatisfação com as abordagens sociológicas por conta de seu viés excessivamente empírico, centrado na análise de casos específicos. Buscando preencher essa lacuna, Fuller busca construir uma proposta de orientação política para a ciência. Assim, a esfera social que Fuller destaca na dimensão social do conhecimento é a política. Essa esfera ainda aparece muito tímida na obra “*Social Epistemology*” (1988), vindo a figurar de forma mais significativa na obra “*Philosophy, Rhetoric, and the End of Knowledge*” (2004).

Fuller (2002, p. xvi) explicita seu projeto normativo da seguinte forma:

In terms of normative theory (or meta-theory, more precisely), I am “rule utilitarian”. If the people subjected to an epistemic regime can live well with its consequences, then that is success enough. The difficult question is how long and widely should such a regime be in effect before its consequences are evaluated and its continuation questioned.

Assim, deveríamos ter mecanismos para melhorar nossa política de conhecimento (*knowledge policy*). Esses mecanismos deveriam remover os obstáculos sobre (1) a expressão dos interesses epistêmicos, bem como (2) da explicitação dos resultados das ações tomadas com base nesses interesses. Fuller (2002) reivindica que os interesses que levam uma comunidade a perseguir determinado tipo de conhecimento deveriam ser explicitados para toda a sociedade. Os resultados de implementação desses conhecimentos perseguidos também deveriam ser relatados. Com esse modelo, o que quer que seja o progresso científico, deveria ser guiado pelo aumento da participação e da transparência dos processos de tomada de decisão sobre seu futuro em detrimento de objetivos transcendentais e fixos ao longo do tempo, como a “verdade” ou o “bem-estar”.

Essa noção política do empreendimento científico é caracterizada por Fuller (2002) como sistema de conhecimento interessado não-participativo. Isso quer dizer que se considerara o conhecimento como um meio para outros fins humanos e onde a participação se dá em um meta-nível da investigação, na avaliação e modelagem de regimes de produção de conhecimento que serão implementados por outros indivíduos. Assim, a dimensão social é explicitada. O projeto de Fuller propõe uma política de conhecimento ou gestão do conhecimento que abarca uma série de variáveis como gestão fiscal, gestão de pessoas, responsabilidade social, formas de controle de qualidade baseadas em processo e produto etc.

3.5.2.1 Derrubando a inércia institucional: a possibilidade de gerir o processo de produção científico

Na obra “*Philosophy, Rhetoric, and the End of Knowledge*”, a principal mensagem que Fuller busca apresentar é a de que “theorizing is a politically significant practice” (FULLER, 2004, p. xi). Para Fuller a relação entre política e ciência tradicionalmente é dada pela inércia institucional (*institutional inertia*). A inércia institucional é pautada pela máxima de que qualquer pesquisa financiada por certo período de tempo dará algum resultado. Fuller critica essa relação por não levar em conta o custo de oportunidade nem a taxa de retorno desse tipo de investimento. Fuller observa ainda que a negligência quanto a essas variáveis não é uma atitude padrão quando se trata da formação e avaliação de outros programas sociais por parte de qualquer governo.

Essa postura é uma decorrência da negligência do decisor político quanto a como se dá o processo de produção científica. Fuller argumenta que não existe qualquer ligação entre o setor de produção de conhecimento e os gestores públicos responsáveis pelo direcionamento dos recursos para esse setor. De forma geral, acredita-se que as duas esferas trabalham muito bem isoladamente: “The institutional inertia currently gripping science policy reflects the policymaker's relative satisfaction with both our current knowledge of how science works and the policy ends toward which that knowledge is put” (FULLER, 2004, p. 189).

Para Fuller (2004) o decisor político está excessivamente arraigado a uma noção de senso comum do processo de produção científica. Nessa noção de senso comum uma característica de destaque

é a ideia de que os cientistas estão sempre imersos em projetos de investigação adotados livremente. Essa noção ingênua do trabalho da ciência apoia a postura de que investimentos em “pesquisa pura” ou “ciência básica” possuem retornos garantidos. Além de conduzir à maximização, o imperativo da liberdade de investigação mostraria a impossibilidade de controle ou gerenciamento sobre o processo de produção de conhecimento.

A influência das recentes teorias da Sociologia do Conhecimento (em especial a vertente alcunhada de estudos de ciência, tecnologia e sociedade [*science, technology and society*]) se faz sentir justamente nessa desmistificação da noção de ciência de senso comum. O principal tema dessa abordagem é a construção social de fatos e valores. Para Fuller (2004) o destaque teórico desse tema é a elucidação da diferença entre o que uma norma é e quando ela é aplicada. Uma norma, neste sentido, é um padrão de ação social roteirizado.

É na forma de abordar essa norma que filósofos e sociólogos se diferenciam. Essa diferença se dá, especificamente, na forma de explicar o sucesso das ações sociais pertinentes à esfera da ciência. Para o filósofo esse sucesso é decorrente das características do próprio roteiro, enquanto o sociólogo se debruça em minúcias do ato, ou seja, presta maior atenção na forma como o roteiro é, de fato, seguido pelos agentes sociais (a “encenação do roteiro”). Fuller (2004) encontra um espaço intermediário para sua teoria. O autor se autodenomina adepto de um “roteiro transcendental” (*script transcendentalist*). Para Fuller argumentos e reivindicações de conhecimento ou de ciência são necessários para a própria possibilidade da sociedade. Entretanto, as formas adequadas de se fazer esses argumentos e reivindicações devem ser alvo de investigação empírica (observando-se o passado) e negociação normativa (para decidir as formas adequadas no futuro).

Estabelecendo a crítica à noção de senso comum que o decisor político tem da ciência, Fuller (2004) aponta duas estratégias retóricas que tentam justificar essa posição: (i) a retórica da atribuição de racionalidade e (ii) a retórica da distinção de fato e valor. A retórica de atribuição da racionalidade é pautada na atribuição de crenças e desejos a indivíduos com o objetivo de explicar o seu comportamento. Fuller identifica que podemos aumentar, retoricamente, a racionalidade de um agente privilegiando desejos e negligenciando crenças. Para mostrar seu ponto oferece o exemplo de Maria. Maria saiu sem o guarda-chuva em um dia chuvoso. Podemos atribuir a ela a crença de que não iria chover ou o desejo de chegar mais cedo no local de destino. Na atribuição de

crença, somos levados a concluir que Maria estava errada. Maria sustentava uma crença falsa. No caso do desejo, podemos justificar os erros de Maria, apelando para a interpretação de que ela estava em uma situação de risco calculado, onde os prejuízos de curto-prazo, representados pela chuva, eram menores que os de longo prazo, como chegar atrasada no seu local de destino, por exemplo. Essa estratégia retórica é empregada para maximizar a aparente racionalidade de um programa de pesquisa, por exemplo, e justificar a continuidade de seu financiamento.

A retórica da distinção entre fato e valor é empregada para os mesmos fins:

If the policymaker wants to stick to a research trajectory despite resistance from the environment, she can appeal to the “value” of pushing onward. But if she is looking for an excuse to abandon the trajectory, an appeal to the countervailing “facts” of experience will typically figure in a winning strategy (FULLER, 2004, p. 208).

Na distinção entre fato e valor Fuller reencontra a normatividade. Valores seriam os ideais empregados para a direção da ação ou avaliação dos fatos. Fatos seriam os casos concretos e empiricamente observáveis. As normas seriam as codificações das regularidades da ação humana. Essas codificações seriam descobertas pelas ciências sociais. Numa visão pragmática, inspirada em John Dewey, essas normas configurariam imperativos hipotéticos (*hypothetical imperatives*) que nos guiam para certo fim de modo eficiente. Adotando essa inspiração, Fuller especula qual seria o fim da busca por conhecimento. Sua primeira resposta é a de que o conhecimento é um meio para o aumento da qualidade da vida humana. Argumenta também que para obtermos maior eficiência do uso desse item (conhecimento), com esse fim (aumento de qualidade de vida humana), deveríamos focar na distribuição do conhecimento e não em seu avanço: “if we want to expedite the growth of knowledge mainly because we thought that it would best promote the quality of human life, then we should stop expediting and start redistributing instead” (FULLER, 2004, p. 212).

A inspiração pragmática é adotada, pois auxilia Fuller a definir os critérios adequados para optar por um meio, para fazer uma escolha.

Tomada isoladamente, a teoria pragmática não consegue escapar da inércia institucional. Ela aponta uma série de meios e fins. Fuller (2004) propõe a análise de diferentes imperativos hipotéticos, isso é, a análise concreta de indivíduos ou grupos tentando atingir um fim através de um meio estipulado.

Em suma, Fuller credita à epistemologia social a tarefa de mostrar aos decisores políticos a falsidade dos “comportamentos estatisticamente normais” ou das “ações normativamente desejáveis”. As pesquisas do campo de estudos de ciência, tecnologia e sociedade fornecem base para desacreditarmos em sistemas autônomos de gestão da produção de conhecimento, em especial pela constatação de que aquilo que os cientistas dizem não condiz com aquilo que eles fazem. A partir da adoção de uma análise pragmática das diferentes configurações sociais que podemos organizar na busca pelo conhecimento, podemos escolher aquela que produzirá maiores benefícios para uma determinada sociedade. Essa avaliação é realizada com base nos valores que essa sociedade utiliza para avaliar o empreendimento científico.

3.5.2.2 Modelos normativos teóricos

Tendo estabelecido a validade de uma proposta normativa de regulação da atividade científica, Fuller busca um modelo normativo através de idealizações teóricas. O caso paradigmático é a “sociedade aberta” de Popper. O ideal popperiano de sociedade aberta parece condizente com a estrutura democrática. Entretanto, Fuller (2004) observa que a ciência como é hoje (*advanced science*) não parece compatível com o emprego máximo das características democráticas (*maximum democracy*).

A análise teórica de Fuller começa pela elucidação de dois modelos de “sociedade aberta”: a esquerda popperiana e a direita popperiana. A esquerda popperiana seria representada por Paul Feyerabend e se caracterizaria pelo elogio ao *ethos* da investigação livre na ciência, onde a ciência deveria ter mecanismos tão eficientes de prestação de contas ao público que poderia ser criticada por qualquer cidadão. A direita popperiana seria representada por Michael Polanyi e defenderia que os orçamentos destinados à ciência não deveriam sofrer influência do público, uma vez que o imediatismo exigido por outros setores da sociedade poderiam ameaçar o caminho espontâneo do desenvolvimento científico (FULLER, 2004).

Um problema central para empregar uma dessas alternativas é a forma como a ciência está organizada atualmente. Vivemos um momento onde a escala dos empreendimentos científicos se agigantou. O modelo de “sociedade aberta” proposto por Popper parece funcionar apenas para pequenos grupos e pode ser empiricamente constatado em um departamento, por exemplo. Entretanto, nossa realidade científica é caracterizada pela *Big Science*, grandes empreendimentos científicos que mobilizam recursos financeiros, materiais e pessoais em alta escala (FULLER, 2004).

O modelo *Big Science* seria criticado por um teórico da esquerda popperiana. Esse modelo é protegido e beneficiado por um aparato estatal inflado que extrai contribuições de um vasto número de pessoas que não é consultado sobre a forma como esse montante é aplicado. Essa assimetria seria criticada pela esquerda popperiana.

Fuller acredita que a *Big Science* poderia ser o destino de uma política inspirada pela direita popperiana. O emprego de recursos tenderia a ser cada vez mais especializado, menos pessoas teriam acesso ao empreendimento científico e os retornos ficariam cada vez mais obscuros ou protelados para o longo prazo. Para Fuller esse modelo sustentaria uma luxuriosa liberdade para o desperdício de recursos.

A *Big Science* fornece uma estrutura de programa de pesquisa que apresenta uma série de problemas. A estrutura com que se constitui a *Big Science* favorece a incorporação do trabalho alheio motivada por objetivos particulares. Esse movimento dificulta a identificação, o diagnóstico e a correção de erros: “In short, a tradeoff may exist between the free flow of information and the feasibility of rational criticism” (FULLER, 2004, p. 230).

Outro problema epistêmico derivado do modelo de organização da *Big Science* diz respeito à existência de especialistas. Segundo Fuller (2004) não existe a possibilidade de que alguém ocupe a posição de especialista, dada nossa impossibilidade de encontrar fundações seguras para nossos julgamentos acerca de opções divergentes. Entretanto não podemos cair em um ceticismo paralisante. A alternativa seria encontrar um substituto pragmático para epistemologia.

3.5.2.3 Regulando a esfera pública relativa ao conhecimento

A esfera pública relativa ao conhecimento deve levar em conta a nossa massificação da posição de não-especialistas, decorrente da

intensificação da divisão do trabalho cognitivo. Fuller (2004) assevera que não temos tempo ou habilidade para fazer julgamentos adequados do grande número de conjuntos de conhecimentos disponíveis. Através dessa dissonância cognitiva, rebaixamos as expectativas com relação ao desempenho dos outros, dada nossa incapacidade de avaliar corretamente esse desempenho. Com padrões mais baixos de avaliação, rompe-se a importância da especialização, dado que a performance de um indivíduo que careça de especialização pode atingir o padrão mais baixo esperado pela comunidade, estabelecido pela incapacidade de estabelecer critérios objetivos e seguros de julgamento. Novamente tem-se um argumento a favor da igualdade na esfera pública acerca do conhecimento.

Para a constituição de um espaço público adequado, Fuller assevera: “I conclude that the desired liberal forum is a communicative environment that simultaneously sustains epistemic discourses that are mutually adaptive, indefinitely alterable, and equally available to the public” (FULLER, 2004, p. 238). As bases teóricas que guiam a escolha dessas características vêm da proposta de três modelos de liberalismo: (1) Liberalismo da igualdade-em-princípio (*Equal-in-Principle Liberalism*): esse modelo se pauta no pressuposto de que todas as visões sustentadas em um fórum público são criadas da mesma forma, ou seja, não existe qualquer vantagem inicial para nenhuma das visões. As visões que obtêm maior sucesso são aquelas que se adaptam melhor às contingências do mercado das ideias; (2) Liberalismo de igualdade no tempo (*Equal-in-Principle Liberalism*): todas as partes envolvidas em uma conversação devem sempre ser tratadas como iguais, independente do que aconteça durante a conversação, inclusive mudanças radicais de atitude com relação às visões de outras partes; (3) Liberalismo separadomas-igual (*Separate-but-Equal Liberalism*): Visões culturais devem ser protegidas de interferências de outras visões. Deve-se garantir que uma visão possa ser aceita por uma cultura ao mesmo tempo em que seja inválida ou inapropriada para outra sem prejuízo para qualquer uma das posições.

Como norma reguladora de estabilização do ambiente de disputa de um fórum público de questões epistêmicas, Fuller elege a noção de fungibilidade. Esse é um conceito das Ciências Econômicas utilizado para identificar o quanto um bem é intercambiável por outro de acordo com a estrutura de preferências de um indivíduo. Um bem com alta fungibilidade é aquele que um indivíduo está propenso a trocar em dada circunstância. Tomando esse conceito como inspiração, Fuller cria o

Princípio de Fungibilidade Epistêmica: “In a democratic forum, an epistemic discourse must be aligned with practices whose fungibility increases as the demand that the discourse places on the cognitive and material resources of society increases” (FULLER, 2004, p. 239).

Discursos epistêmicos podem ser mais ou menos fungíveis. Sua fungibilidade depende do quão fácil é traduzir afirmações de conhecimento em linguagem não-nativa (*non-native*) sem incorrer em perda de valor epistêmico. Fuller (2004) utiliza a física moderna como exemplo de conjunto de afirmações de conhecimento de difícil tradução. O grau de especialização dessa área é tão grande que não teríamos substitutos adequados. Uma tentativa de mudar o discurso ou empreender projetos com os mesmos fins da física a menores custos produziriam alternativas muito inferiores. Fungibilidade requer uma nova configuração de práticas verbais e materiais.

Fuller (2004) descata que essa proposta de fórum público para questões relativas à ciência é um passo muito difícil e custoso, em especial pelo comportamento da comunidade acadêmica. Ainda que aparentemente a academia seja um local onde o debate se dá de maneira franca e aberta, Fuller identifica no comportamento real dos acadêmicos uma postura condenável. A comunicação acadêmica, para Fuller, é um protocolo. A audiência dos discursos acadêmicos é acrítica. Esse clima de complacência desestimula o desenvolvimento das capacidades retóricas dos acadêmicos, visto que a comunicação com o público não é uma característica valorizada nesse ambiente.

O que se inicia na comunicação dentro da esfera acadêmica se intensifica fora dela. Em decorrência da crescente inabilidade do acadêmico em se comunicar com seus pares, a comunicação com públicos fora da academia também é afetada. Fuller destaca que os decisores políticos dificilmente compreendem o que os acadêmicos querem dizer. Essa situação é pior ainda quando se toma o público leigo. Diante dessa dificuldade de comunicação entre as partes, a gestão da produção de conhecimento encontra outra barreira:

Ideally, policymakers would like the academic to offer advice as if it mattered to the academic herself, and thus assume a stake in the outcome of the policy issue under consideration. The academic's failure to take up the challenge is probably a greater source of disappointment and

resistance than any hidden agendas or ideological preconceptions on the part of the policymaker (FULLER, 2004, p. 247).

Fuller (2004) enfatiza que o modo como o discurso acadêmico é praticado advém do tipo de treinamento existente nesse ambiente. A ênfase do discurso acadêmico é na apresentação de fatos e argumentos que conduzam a audiência a aceitar a conclusão. Entretanto, o acadêmico não percebe que em alguns momentos ele deve falar outra linguagem. Quando estamos lidando com uma audiência não acadêmica (público ou político) o importante não é destacar as boas razões que sustentam nossa afirmação. O que está em jogo é a apresentação do porque queremos e porque devemos sustentar essas afirmações. A justificativa se desloca do sentido exclusivamente epistêmico e abrange uma série de outras dimensões relevantes para estabelecer os benefícios que a sustentação dessa afirmação trará para a sociedade. Falta ao acadêmico perceber sua função social e, diante dela, produzir uma modalidade de discurso que maximize os resultados dessa função.

É diante desses problemas que a figura do epistemólogo social surge. Basicamente, o epistemólogo social é um facilitador. A contribuição desse agente na produção de conhecimento estaria centrada no seu poder retórico, ou seja, atuando na melhor comunicação entre os agentes envolvidos no processo de produção de conhecimento.

A função de facilitador da comunicação seria desenvolvida em três níveis: (I) dentro da comunidade acadêmica (ou de pesquisa) – onde o epistemólogo social seria o responsável pela articulação interdisciplinar, auxiliando na delimitação das fronteiras entre as diferentes disciplinas (ou pesquisadores) que atuariam em um projeto complexo que necessitasse deste tipo de abordagem; (II) na relação entre universidade e financiadores - o epistemólogo social seria o responsável por auxiliar a direção dos investimentos dentro das instituições de pesquisa e ensino, visto que o autor enfatiza a falta de conhecimento específico nos agentes que empregam as políticas de investimentos na área. O epistemólogo social poderia informar o tomador de decisão para otimizar o investimento; (III) na relação universidade e sociedade – tendo em vista que a produção de conhecimentos afeta diretamente a sociedade, o autor crê que o avanço científico deve ter uma orientação política. Fuller exemplifica essa relação ao argumentar que os cidadãos deveriam ser capazes de optar por um avanço na química (produção de medicamentos) ou na física

(novas formas de produção de energia). Entretanto, como a discussão teórica possui jargões muito específicos, torna as publicações científicas inacessíveis a comunidade em geral, seria responsabilidade do epistemólogo social facilitar a comunicação entre os pesquisadores na fronteira da ciência e a comunidade que será afetada pelos desenvolvimentos do seu trabalho. Assim a comunidade poderia intervir na direção da ciência, orientando-a para a obtenção de resultados com maior impacto social, maior impacto no bem-estar da sociedade (FULLER, 2004).

4. ALVIN GOLDMAN: EPISTEMOLOGIA SOCIAL PAUTADA NA “VERDADE”

Alvin Goldman é um filósofo norte americano que trabalha com questões pertinentes à epistemologia primária (teoria do conhecimento). Sua atuação começou com a proposta de uma teoria causal do conhecimento e uma teoria da ação humana, sendo que uma das principais contribuições de Goldman para a epistemologia foi a apresentação do confiabilismo. O confiabilismo foi elaborado como uma resposta aos problemas de Gettier que, em 1963, apontou contraexemplos para derrubar a definição clássica de conhecimento como crença verdadeira justificada (HETHERINGTON, 2005). A proposta confiabilista enfatiza a condução à verdade de um fator epistêmico, sendo que o usual é proceder à análise de processos de formação de crença (GOLDMAN, 2011). Essa estratégia busca ligar os conceitos de “verdade” e “justificação”. Uma prática, processo, método é confiável quando conduz a formação da crença em direção a verdade enquanto a justificação da crença formada é obtida pelo emprego deste processo, método, prática confiável. Essa noção de confiabilismo é central nos demais projetos de Goldman.

Com a finalidade de fortalecer sua teoria confiabilista, Goldman empreende uma jornada rumo à aproximação da epistemologia com as ciências cognitivas. Esse passo de naturalização da epistemologia é extremamente condizente com sua teoria confiabilista, uma vez que a exploração das ciências cognitivas pode esclarecer quais são as práticas cognitivas mais confiáveis, aquelas que tendem a levar os indivíduos a formar crenças verdadeiras. O movimento de naturalização, a aproximação da filosofia com algum campo científico, é observado com grande frequência na filosofia contemporânea:

Contemporary philosophers can be classified in terms of the other—non-philosophical—fields of inquiry that most impact on their respective philosophical work. For present-day epistemologists and philosophers of science the most influential fields are cognitive science,

evolutionary biology, neuroscience, and physics (KUSCH, 2002, p.vii)²⁶.

Goldman não restringe seu processo de naturalização às ciências cognitivas, projeto desenvolvido e tendo como resultado a obra “*Epistemology and Cognition*” (1986). Para o autor a inter-relação entre filosofia e ciência cognitiva apenas esclarecia os processos internos de formação de crenças, sendo necessária uma análise detalhada da influência que o âmbito social tem sobre o status epistêmico de um indivíduo, uma vez que a visão de mundo de um ser humano adulto depende drasticamente de seu mundo social (GOLDMAN, 1992 e 1999).

A entrada de Goldman nos estudos da dimensão social do conhecimento se dá na edição especial da revista *Synthese* de 1987 com o artigo “*Foundations of Social Epistemics*”, sendo esse artigo republicado em uma coleção intitulada “*Liasons: Philosophy meets the cognitive and Social Sciences*” de 1992, onde o autor expõe seu grande projeto de identificar as inter-relações fundamentais entre as ciências sociais e cognitivas e a epistemologia social e individual, respectivamente.

Antes de investigar a obra de Goldman, cabe destacar que em 1994, Frederick F. Schmitt lança uma coletânea intitulada “*Socializing Epistemology: the social dimension of knowledge*”, onde busca, novamente, consolidar a relevância dos estudos da dimensão social do conhecimento para a epistemologia primária. A coletânea conta com alguns nomes da seminal edição da revista *Synthese* (como Margaret Gilbert, Alvin Goldman, Hilary Kornblith), sendo reforçado por uma tríade de filósofos da ciência (Philip Kitcher, Helen Longino e Miriam Solomon) e outros autores consagrados da epistemologia primária (William Alston, Richard Feldman, Richard Foley e Tony Coady).

Apesar dos esforços de Schmitt, é a obra de Goldman, intitulada “*Knowledge in a Social World*” (1999) que vai marcar a presença da epistemologia social na comunidade acadêmica. Segundo Martin Kusch (2011, p. 875) “Goldman’s *Knowledge in a Social World* (1999) has been crucial in giving structure and inspiration to the contemporary field

²⁶ A abordagem de epistemologia naturalizada foi proposta por Quine (1975). A ideia de Quine era delegar o trabalho epistemológico para a psicologia, disciplina que conseguiria dar melhores respostas para como nossas crenças são formadas. As correntes mais recentes de epistemologia naturalizada não adotam o radicalismo de seu precursor, vindo na cooperação entre teorias científicas (com grande destaque para as ciências cognitivas) e filosóficas a solução para alguns dos problemas da epistemologia (WREN, 2005).

of philosophical SE [Social Epistemology]”. A preocupação central de Goldman nessa obra é conferir uma estrutura que viabilize a adoção de um projeto prático em epistemologia social. Essa característica é um ponto central da contribuição do autor e condiz com a visão que ele tem da epistemologia primária: “the central aim of epistemology is normative, evaluative, or critical” (GOLDAMN, 1992, p. 180). Além disso, o caráter normativo, com um viés prático, perscrutado por Goldman se mostra muito distinto das demais produções sobre a dimensão social do conhecimento produzidas pela epistemologia primária.

Para melhor compreensão do projeto proposto por Goldman (1992), desde o surgimento do confiabilismo até suas contribuições mais recentes em epistemologia social, destaca-se sua lista de fatores pertinentes ao campo da epistemologia: (1) objetos e eventos ambientais – conjunto de estímulos perceptivos que fazem parte da determinação de crenças, mas não são passíveis de avaliação epistêmica; (2) processos cognitivos básicos – processos de percepção, memória, atenção, formação de conceitos, solução de problemas, aprendizado e raciocínio; (3) métodos não-sociais de formação de crenças – tais como técnicas e algoritmos, que se diferenciam dos processos básicos por se tratar de métodos, mecanismos, ferramentas utilizadas para atingir crenças; (4) métodos sociais de formação de crença – basicamente padrões assentados em argumentação, retórica, métodos de avaliação de confiabilidade em outros. Goldman lembra que o importante para a classificação desse fator é a entrada (*input*) do processo, ou seja, opiniões e atos comunicacionais, visto que a saída (*output*) pode não conter caráter social, ser uma crença individual, por exemplo; (5) padrões comportamentais de comunicação – estratégias e técnicas utilizadas na comunicação; (6) regras e estruturas institucionais – em especial a influência das instituições ao longo do processo comunicativo, na distribuição de informações; e (7) regularidades nomológicas – leis de outras disciplinas (como economia, psicologia) que influenciam no processo causal dos demais fatores. Talvez não sejam objetos de avaliação de uma epistemologia social, mas também não podem ser negligenciados por essa abordagem.

Essa formulação primitiva do projeto de Goldman apresenta seu diálogo com a abordagem da naturalização, através da aproximação da epistemologia com algumas ciências empíricas, em especial as ciências cognitivas e as ciências sociais. Visivelmente os fatores (2) e (3) seriam

de competência da inter-relação entre epistemologia e ciências cognitivas, cabendo à epistemologia social os fatores (4), (5) e (6). Segundo Goldman a epistemologia e a filosofia da ciência se concentram nos fatores (2) e (3) e os estudos sociológicos pertinentes à formação de conhecimento abordam os fatores (4), (5) e (6), entretanto não configuram uma epistemologia social adequada por não adotarem uma abordagem orientada para a verdade (*veristic approach*).

No final da década de 1990, a obra “*Knowledge in a Social World*” vai desenvolver esses três pontos pertinentes à epistemologia social: (4), (5) e (6). Eles figuram como o suporte teórico que o autor sugere para os trabalhos práticos realizados no campo. Partindo de uma análise atomista (Goldman apenas considera a inter-relação de dois ou mais indivíduos) o autor apresenta um modelo Bayesiano de testemunho, onde se considera o grau de veracidade do relato testemunhado e avalia-se a relevância epistêmica do testemunho com base na aferição da variação de um indicador de verdade. Caso haja ganho epistêmico, ou seja, caso o indicador de verdade seja positivamente alterado, o processo é confiável. Aliado a isso, Goldman expõe um modelo ideal de argumentação com as posições, ações e reações ótimas que os indivíduos deveriam sustentar em uma argumentação orientada para a verdade. Com base nas práticas teoricamente confiáveis, Goldman encerra o livro com análises institucionais em casos reais, aplicando o arcabouço teórico desenvolvido. Seus exemplos práticos focam a ciência, o sistema judiciário, a política e a educação.

4.1 EM DEFESA DA EPISTEMOLOGIA PRIMÁRIA: A MOTIVAÇÃO DO PROJETO VERÍSTICO EM EPISTEMOLOGIA SOCIAL

Goldman chega atrasado na disputa pelo termo “epistemologia social”. Steve Fuller conseguiu criar um periódico e lançar um livro no final da década de 1980 com esse nome. As tentativas da epistemologia primária para se fixar no campo contornaram essa disputa pelo nome utilizando alternativas como “*social epistemics*” (GOLDMAN, 1987, 1992) ou “*socializing epistemology*” (SCHMIDT, 1994), mas o termo “*social epistemology*” acabou sendo empregado ainda assim. Essa estratégia demonstra que havia uma tentativa de demarcar os diferentes tipos de trabalhos que são realizados sob a mesma nomenclatura. Goldman destaca que as principais disputas são relativas à mobilização

de conceitos como “verdade”, “razão” e “objetividade”. Diante das diferenças, Goldman questiona se as correntes do pós-modernismo e do construtivismo social radical são, de fato, alternativas à epistemologia primária, como seus integrantes costumam reivindicar. Desta forma, o primeiro passo de Goldman é fazer a defesa do tipo de trabalho a que está filiado por sua tradição filosófica.

O autor começa apontando para nossa intuição de que o conceito de verdade não é relativo como defendido por algumas correntes contrárias aos trabalhos da epistemologia primária. Goldman sustenta essa intuição fazendo referência à uma prática muito familiar: o ato de fazer perguntas. Fazer perguntas é uma característica da comunicação humana que se configura como uma prática de busca pela verdade. Ao fazer uma pergunta, estamos interessados na resposta e essa resposta deve ser verdadeira (ao menos na maioria dos casos, visto que existem exceções, mas elas não comprometem o ponto intuitivo que o exemplo busca destacar).

Uma vez que existe o interesse pela busca de verdades, Goldman (1999) se compromete em investigar as formas como empreendemos essa busca. Essa investigação é empreendida com o desenvolvimento de uma epistemologia “verística” (*veristic epistemology*) onde o conhecimento que se busca é definido simplesmente como crença verdadeira. Além dessa modalidade de conhecimento, uma epistemologia “verística” está preocupada com a identificação de erros (crenças falsas) e casos de ignorância (a ausência de crenças verdadeiras). Observa-se que Goldman (1999) credita a epistemologia “verística” como uma disciplina especializada. Ela não precisa ser suprema, primordial ou esgotar todas as possibilidades de avaliação de um tema. No caso da epistemologia, o foco da vertente “verística” é na adoção de um esquema conceitual que faça a seleção de conhecimento como algo bom e a seleção de erro e ignorância como algo ruim. Nos debates da epistemologia primária contemporânea a noção de justificação costuma ser mais relevante. Nesses debates, por exemplo, a avaliação da epistemologia “verística” fica de fora, ou é tida como menos relevante. Esse ponto é importante, pois corrobora a necessidade de que os projetos dentro da epistemologia primária se desenvolvam através de uma divisão do trabalho, onde cada disciplina especializada se concentra em diferentes variáveis que impactam positiva ou negativamente no objeto de pesquisa.

4.2 O QUE É A VERDADE?

Uma vez que a “verdade” figura como conceito central da proposta, Goldman (1999) dedica parte de sua obra para explicitar qual noção de verdade é adotada em seu trabalho. O autor observa que podemos criar diferentes teorias da verdade, com objetivos diferentes. A preocupação inicial de Goldman se concentra no conceito expresso pela palavra, ou seja, busca fornecer uma definição de verdade. Outros projetos relacionados à verdade se concentram na forma como a palavra é utilizada na linguagem ou na elaboração de métodos ou testes com objetivo de aplicação prática, se dedicam a oferecer meios de identificar se uma proposição é verdadeira.

Goldman (1999) defenderá uma noção de verdade originada das nossas intuições básicas: a teoria da correspondência. A intuição básica por trás dessa teoria pode ser sintetizada da seguinte forma: “According to a standard version of this theory, a proposition (or sentence, statement, belief, etc.) is true just in case there exists a fact or state of affairs that corresponds to it” (GOLDMAN, 1999, p. 42). Os principais problemas que os críticos dessa teoria apontam são: a) a falta de clareza acerca do que são “fatos” e, principalmente, da misteriosa relação metafísica que a correspondência estabelece entre uma proposição e o mundo; e b) alguns casos levantam dúvidas acerca da capacidade humana de identificar essa verdade. A crítica b) tem origem na nossa frequente experiência de sustentar crenças que julgamos verdadeiras (correspondiam com os fatos), mas, posteriormente, descobrimos que estávamos enganados. Nossa incapacidade de produzir certezas absolutas, e a conseqüente adoção do falibilismo, torna difícil sustentar que alguém sabe que alguma proposição é verdadeira. Ainda assim, nossa ignorância em saber se aquilo em que acreditamos é, de fato, uma verdade, não impede que nossas crenças sejam verdadeiras.

Diante dos problemas com a teoria da correspondência, alguns críticos tentaram desenvolver outras teorias da verdade. Para defender a noção correspondentista, Goldman discute essas teorias alternativas:

1 - Instrumentalismo (ou Pragmatismo) – Essa teoria tenta conectar a verdade com o resultado de uma ação, tornando a avaliação muito mais fácil. Basicamente a teoria defende que crenças verdadeiras nos conduzem a resultados desejáveis. De forma simplificada, a teoria pode ser definida da seguinte forma: “(I-1) A proposition is true if and only if it is useful to believe it, that is, useful to the prospective believer” (GOLDMAN, 1999, p. 42). Essa definição não parece

satisfatória, visto que: a) crenças falsas podem ser úteis; b) crenças verdadeiras podem trazer infelicidade ou até mesmo desastres; e o mais grave, essa definição c) possibilita que uma proposição e sua negação sejam verdadeiras, quando a negação é útil para alguém e a afirmação é útil para um terceiro, por exemplo.

Visando escapar desse último problema, pode-se redefinir a teoria da seguinte forma: “(I-2) P is true if and only if believing P would have net benefit for all concerned” (GOLDMAN, 1999, p. 43). Entretanto, essa reformulação apresenta problemas ao não identificar o sujeito que crê. Goldman (2009) mostra que em alguns casos, devemos esconder crenças verdadeiras (no sentido correspondentista). Como exemplo, o autor cita a fonte de recursos de uma campanha política. Nesse caso, seria melhor que os candidatos não soubessem quem foram seus financiadores para não serem influenciados por isso na hora de tomar alguma decisão. No exemplo, os financiadores da campanha saberiam qual candidato teriam auxiliado economicamente e isso não afetaria o bem comum. Entretanto, caso o sujeito que sabe seja o político financiado, existiria o risco de que tivéssemos consequências negativas em decorrência de uma crença verdadeira.

Diante desse ponto, o teórico poderia fazer uma nova versão da teoria: “(I-3) P is true if and only if everyone's believing P would be beneficial for all concerned” (GOLDMAN, 1999, p. 44). Essa reformulação cuida das críticas relativas ao sujeito, mas deixa em aberto as primeiras críticas levantadas por Goldman. Parece que a intuição correspondentista não consegue ser vencida pelas estratégias pragmáticas. Em última instância:

“P is true for me” means “P is true by my lights,” that is, “I take P to be true,” or “I believe P.” These statements, however, withdraw any claim to genuine truth by signaling that P is (just) one's personal opinion. Our subject, however, is not personal opinion but actual truth (GOLDMAN, 1999, p. 43).

2 - Abordagem Epistêmica (ou Verificacionista) – Essa teoria tenta igualar a noção de verdade com a noção de justificação. Para que uma proposição seja verdadeira, basta ter indício ou justificação para sustentá-la. Ao elucidar diferentes questões que podemos tratar quando

estamos investigando a “verdade”, Goldman (1999) distinguiu os trabalhos que buscam uma definição daqueles que buscam um teste (ou método). Claramente essa proposta se encontra no segundo grupo e Goldman está interessado no primeiro. Mesmo assim, será que essa abordagem epistêmica da verdade pode ser uma boa candidata para oferecer uma definição?

Um problema evidente dessa proposta é que podemos perder justificação de proposições. Da mesma forma que a estratégia anterior, de apelo à utilidade, apresentava uma variabilidade inconsistente com nossas intuições sobre o termo “verdade”, o conceito de justificação também não se sai melhor. Proposições úteis em dado momento se tornam inúteis e proposições justificadas em um momento podem vir a perder justificação; proposições inúteis e até mesmo maléficas podem ser verdadeiras assim como proposições não justificadas podem ser verdadeiras.

Os problemas de sujeito também são encontrados em uma teoria epistêmica da verdade. Predicados como “estar justificado” ou “ter garantia” requerem indicações de sujeito e tempo. Novamente a noção de verdade como um termo absoluto parece apresentar uma forte objeção à alternativa verificacionista que é relativa a sujeito e tempo, como explicitado na formulação: “(E-1) P is true if and only if there is a person X and a time t such that X is justified in believing P at t” (GOLDMAN, 1999, p. 45). Teorias coerentistas da verdade apresentam estrutura semelhante: “(E-2) P is true if and only if there is some person X and some time t such that P coheres with the rest of the propositions X believes at t” (GOLDMAN, 1999, p. 45). Para Goldman uma teoria da verdade relativa a um sujeito enseja o relativismo e a contradição, uma vez que podemos atribuir verdade às crenças contraditórias. Isso fica evidente em um caso onde um indivíduo acredita em P e P é coerente com seu sistema de crenças enquanto outro indivíduo acredita em não-P e não-P é coerente com seu sistema de crenças.

Uma resposta a essa objeção é a seguinte reformulação: “(E-2') P is true if and only if for every person X who believes P at some time t, P coheres with the rest of the propositions X believes at t” (GOLDMAN, 1999, p.45). A estratégia de (E - 2') é apelar a um sujeito coletivo ou a uma garantia de apoio inter-subjetivo (apesar de não estar claro qual dos dois movimentos foi adotado, o ponto não é comprometido). No entanto, essa estratégia não evita os problemas da versão (E-2), apenas torna mais difícil encontrar um caso de coerência, dado que a exigência de um consenso entre as crenças sustentadas por dois ou mais indivíduos vai

deixando de ser alcançada à medida que o conjunto de crenças analisadas cresce. Mas, o mais grave é que o problema da contradição persiste. Todos aqueles que acreditam em P podem ter um sistema de crenças coerente com P, enquanto todos aqueles que acreditam em não-P podem ter um sistema de crenças coerente com não-P. Além disso, uma teoria coerentista não parece captar nossas intuições acerca da verdade. A falta de coerência de uma proposição com indícios ou com outras crenças não parece ser motivo suficiente para lhe atribuir falsidade, uma vez que não sabemos qual é o conjunto de indícios ideal para fazer a avaliação.

Goldman (1999) apresenta outra proposta que tenta vincular justificação e verdade através de uma investigação bem conduzida. Uma maneira de formular essa alternativa é: "(IJC) To say of a belief that it is true is to say that it would be justifiable in a situation in which all relevant evidence (reasons, considerations) is readily available" (GOLDMAN, 1999, p. 46). A principal objeção de Goldman a essa proposta é a circularidade presente na definição. Parece que (IJC) oferece uma explicação de justificação epistêmica baseada na verdade. Mesmo concedendo que um proponente de (IJC) conseguiria, à primeira vista, explicar a justificação sem qualquer apelo a verdade, para sustentar a relação entre verdade e justificação em uma situação epistêmica ideal (a proposta dessa noção de verdade) precisaria recorrer a alusões de condução à verdade no conceito de justificação empregado. Para esclarecer o ponto, Goldman utiliza o contraexemplo de um conceito de justificação deontica. Caso o proponente de (IJC) apelasse para um conceito de justificação deontica, aquele que atribui justificação ao sujeito quando esse não viola qualquer obrigação intelectual ao sustentar uma crença, não conseguiria explicar casos onde o sujeito cumpre todas as obrigações intelectuais e tem todos os indícios disponíveis, mas por uma falha metodológica ou psicológica acaba sustentando uma crença falsa. Para solucionar esse contraexemplo, reforça-se, seria necessário construir uma noção de justificação que fosse conducente à verdade, corroborando com a crítica de Goldman de que os conceitos significam características diferentes de uma crença ou proposição.

3 - Realismo, Antirrealismo e Verdade – Ainda que teorias que tratam do embate realismo/antirrealismo sejam usualmente teorias de significado e não teorias da verdade, o que pode ser verificado pela diferença do conceito de "real" não dizer a mesma coisa que o conceito

de “verdadeiro”, essas discussões acabam de alguma forma sendo relevantes para as discussões acerca da verdade. Alston (apud GOLDMAN, 1999, p. 49) estabelece o ponto de ligação entre o debate realismo/antirrealismo e a noção de verdade: “Though a particular realist or antirealist metaphysical position . . . has implications for what propositions are true or false, they have no implications for what it is for a proposition to be true or false”.

O estabelecimento do embate realismo/antirrealismo como uma disputa do campo semântico, ou seja, disputa de doutrinas que propõem diferentes origens ou naturezas para o significado, foi realizado por Michael Dummett (GOLDMAN, 1999). Para Dummett o antirrealismo defende a doutrina de que o significado de uma declaração deve ser dado de tal forma que possibilite a verificação de sua verdade, ou seja, deve explicitar as condições sob as quais nós podemos reconhecer sua verdade. Essa doutrina é contrária à doutrina realista de significado, cujo maior expoente é Frege. Na doutrina realista o significado de uma declaração deve ser dado em termos das condições sob as quais ela seria verdadeira. Da forma como o embate se estabelece, ele pertence ao campo do significado e não da verdade (ainda que a verdade seja uma ferramenta importante, em especial para a doutrina realista), sendo que o problema da verdade pode ser tratado de forma separada à disputa entre as doutrinas realistas e antirrealistas do significado.

4 - Deflacionismo – O deflacionismo é um conjunto de teorias que sustentam ser um erro supor que sentenças que utilizam a palavra “verdade” envolvem a predicação de uma propriedade (uma propriedade “substantiva” [*“substantive” property*]) à uma proposição. A forma clássica de deflacionismo é chamada de teoria da redundância e exemplifica de maneira apropriada essa tese geral. A teoria da redundância defende que não há diferença entre (a asserção de) “É verdade que p” e (a asserção de) “p”. Essa tese fica mais evidente com um exemplo: não existe diferença entre (a asserção de) “É verdade que Júlio César foi assassinado” e (a asserção de) “Júlio César foi assassinado”. O que o deflacionista quer defender é que dizer “verdade” é uma ferramenta linguística conveniente, mas não expressa qualquer relação metafísica entre declarações e o mundo. O termo “verdade” não adiciona qualquer “conteúdo” novo para a declaração. Reforçando o ponto: “<P>” refere-se à proposição de que P. Então, o termo “verdade” em “<P> é verdade” não tem qualquer função; “P” e “<P> é verdade” é a mesma asserção. Desta forma, a frase “É verdade” é uma ferramenta conversacional conveniente, em especial quando utilizada após alguém

dizer “<P>”, como aprovação dessa asserção (“<P>”), sem necessidade de repeti-la (GOLDMAN, 1999).

Como dito, o deflacionismo é um conjunto de teorias. Goldman (1999) trata especificamente de três delas: (a) teorias performativas; (b) teoria prosentencial (*prosentential*); e (c) minimalismo.

(a) Teorias performativas – Os defensores da teoria performativa afirmam que o conteúdo das atribuições de verdade são sentenças performativas, ou seja, nossos usos do termo “verdade” são ações. Ações efetuadas com a linguagem, como prometer, declarar, assereir, apostar, nomear etc. Desta forma, quando alguém profere a frase “O que Pedro disse é verdade” não está dizendo algo, está fazendo alguma coisa: está concordando com Pedro sobre aquilo que ele disse.

Goldman (1999) acredita que essa teoria pode ser comparada com a teoria expressivista em ética. Assim, o ato de dizer que algo é verdadeiro é análogo ao ato de dizer que algo é bom. Segundo o expressivista, dizer que algo é bom não é atribuir-lhe uma propriedade. Na frase “Cuidar dos indefesos é bom” o expressivista diz que o sujeito está elogiando a ação de cuidar de indefesos, mas cuidar dos indefesos não é uma ação “boa”. Da mesma forma, com a noção expressivista da nossa linguagem acerca da verdade, dizer que “Julio César morreu assassinado é verdade” apenas manifesta a concordância do falante sobre o fato, mas não existe possibilidade de qualificar o fato como verdadeiro, essa qualificação carece de sentido.

Entretanto, observamos que nosso uso de “verdade” não está limitado a atribuições simples, como no caso conversacional padrão, onde concordamos com aquilo que nos dizem. Para tentar adequar a outras formas do uso de “é verdade”, os defensores da teoria performativa tentam equiparar “é verdade” com “realmente” (“*really*”), onde mais do que expressar concordância com o que haviam nos dito, podemos expressar surpresa, dúvida ou descrença acerca do que foi dito.

Essa alternativa gera outro grande problema que a teoria enfrenta. Levando em conta a versatilidade que nosso uso de “verdade” teria, ficaria difícil explicar o que acontece em argumentos como o seguinte:

Argumento Modus Ponens envolvendo verdade:

Se X é verdade, então P;

X é verdade;

Logo, P.

Nesse caso o uso que o defensor da teoria performativa atribui ao termo “verdade” contamina a dedução lógica. Na primeira premissa “verdade” expressa dúvida, na segunda acordo. A aprovação da dedução por parte desse teórico estaria aprovando uma falácia de ambiguidade (onde a mesma palavra é utilizada com significados diferentes). Outro problema da aprovação dessa dedução por parte dos defensores dessa teoria seria considerar uma ação como uma premissa. Pode-se dizer que em “X é verdade”, por exemplo, o termo “verdade” não acrescenta nada ao conteúdo da proposição “X”. “X é verdade” é apenas a manifestação de alguém que está de acordo com X ser o caso. Não podemos tratar essa declaração como uma premissa, pois, assim como na abordagem expressivista da ética, as declarações não possuem valor de verdade (GOLDMAN, 1999).

(b) Teoria prosentencial – o foco desse tipo de abordagem é a particularidade de que os nossos usos linguísticos de “verdade” são importantes ferramentas, mas não significam nada. Ao contrário das teorias performativas, os prosentencialistas não acreditam que estamos fazendo alguma coisa quando empregamos os termos relativos à “verdade”. Esses termos apenas são uma ferramenta linguística conveniente o bastante para empregarmos (GOLDMAN, 1999).

Os teóricos prosentenciais partem do uso anafórico de pronomes e verbos para estabelecer seu ponto. Nossos usos de alguns desses elementos linguísticos servem para simplificar nossa fala, utilizando termos mais curtos para nos referir a outros pronomes ou verbos já mobilizados em nossas conversações. O uso de pronomes nesse sentido pode ser verificado em frases do tipo: “Eu gosto do meu casaco, *ele* me protege do frio”; “A piscina da casa dela é gigante, *nela* podemos colocar até dois elefantes”; e “O papa é a autoridade máxima da Igreja, *ele* têm muitos poderes dentro da instituição”. Já o uso de verbos de maneira anafórica pode ser visto em frases como: “O avião deve partir às 8 horas, o ônibus também *deve*”; “Pedro está comendo, Maria também *está*”. O que esses teóricos buscam defender é a função anafórica de sentenças, por isso o nome de teoria prosentencial. No caso de “é verdade”, temos o seguinte exemplo:

Uso prosentencial de “verdade”:

Maria: Minha irmã acha o tempo úmido debilitante.

João : Se isso é verdade, ela deve mudar para um local de clima mais seco.

Nesse exemplo, o termo “isso é verdade” se refere inteiramente ao conteúdo proposicional presente na fala de Maria. Assim, usos de “isso é verdade” não são predicados, não expressam uma propriedade genuína. “Isso é verdade” apenas permite que as pessoas repitam outros conteúdos proposicionais de forma mais curta.

O primeiro problema que as teorias prosentenciais enfrentam é o tratamento adequado de frases com termos sensíveis ao contexto. Uma frase como “Eu estou com fome” não é verdadeira se e somente se eu estou com fome. Ela pode ser utilizada por outro indivíduo com fome e estar correta, mesmo quando eu não estou com fome. Outro problema surge de situações contrafactuais que mostram a diferença de significado entre as frases “A neve é branca” e “‘A neve é branca’ é verdadeiro”. A primeira declaração apenas depende da cor da neve, enquanto a segunda depende da cor da neve e do significado da frase “A neve é branca”. A frase “A neve é branca” poderia ser falsa, ainda que a neve fosse branca, caso utilizássemos a palavra “neve” para nos referir à grama, por exemplo. E em um mundo onde a neve fosse preta, ainda assim a frase “A neve é branca” poderia ser verdadeira caso “neve”, nessa frase, fosse utilizada para referir sorvete de baunilha (GOLDMAN, 1999).

Os críticos do prosentencialismo ainda advertem que existem casos de uso anafórico onde o conteúdo de sua referência é alterado. Podemos constatar isso nos seguintes casos: (1) Alcione era uma criança travessa, mas ele/ela era muito inteligente; (2) Nós não sairemos do gabinete do Chanceler até que aquele traste fale conosco. No primeiro caso, o pronome anafórico “ele/ela” indica um gênero que o nome próprio “Alcione” não é capaz de indicar. No segundo caso, “aquele traste” se refere a “Chanceler”, mas tem um significado bem diferente. Diante desses casos, fica a dúvida se toda relação anafórica envolvendo uma sentença, de fato, preserva exatamente o mesmo conteúdo da sentença sendo referida.

Outro contra exemplo formulado para atacar essa teoria, envolvendo o termo “verdade”, pode ser o seguinte:

Exemplo de falha do prosentencialismo:

A: Ideias verdes dormem furiosamente.

B: Isso é verdade.

Nesse exemplo não é possível entender qual é o sentido daquilo que é dito por A, entretanto, entendemos o que B diz. Desta forma, o

prosentencialista não consegue explicar nossa compreensão do que é dito por B, uma vez que para o defensor dessa teoria, o significado de “Isso é verdade” depende do conteúdo daquilo que A disse, uma vez que aquilo que é expresso por B apenas tem função anafórica em relação àquilo que A disse (GOLDMAN, 1999).

(c) Minimalismo - A proposta minimalista mantém que “verdade” é uma propriedade de uma proposição, entretanto, ela não confere propriedade substantiva, complexa ou naturalista, não podendo nos dizer qualquer informação adicional acerca da natureza da verdade. Essa proposta pode ser definida da seguinte forma: (T) <P> é verdade se e somente se P (GOLDMAN, 1999).

5 – Teoria Correspondentista - após discutir cada uma das propostas alternativas para uma teoria da verdade, Goldman (1999) esclarece a proposta correspondentista. A teoria correspondentista da verdade está fundamentalmente preocupada em fornecer uma ligação entre proposições e a realidade. Proposições candidatas à verdade são aquelas que propõem descrever a realidade. Até mesmo desejos podem ser verdadeiros nesse sentido, caso tenham uma relação de correspondência adequada com a realidade, isso é, uma porção da realidade coincide com o conteúdo do desejo. O exemplo com desejos é muito esclarecedor, uma vez que a verdade desse desejo não provém da forma como o sujeito quer que a realidade seja, mas da forma como o sujeito descreve a realidade. Com base nesses esclarecimentos, Goldman (1999, p. 59) oferece a formalização para uma teoria da verdade: “(DS) An item X (a proposition, a sentence, a belief, etc.) is true if and only if X is descriptively successful, that is, X purports to describe reality and its content fits reality”²⁷.

Goldman (1999) chama sua teoria de DS (*descriptively successful*) “pois” ela é uma teoria fundamentada no fato de que a palavra “verdade” é um termo de sucesso. “Verdade” caracteriza o sucesso de uma proposição, crença ou sentença em descrever a realidade. Dizer que uma crença é “verdadeira” é muito semelhante a dizer que um plano foi “executado” ou uma meta “alcançada”. O que separa “verdade” de “execução” e “alcance” é que “verdade” é um termo de avaliação descritiva. Verdade e falsidade são categorias para classificação de projetos de descrição em sucesso ou falha. Um conteúdo alcança sucesso descritivo se e somente se ele se equipara a

²⁷ Goldman acredita que sua definição é análoga à proposta por Alston (apud GOLDMAN, 1999, p. 60): “A statement is true if and only if what the statement says to be the case actually is the case.”

realidade, correspondência à realidade é exatamente no que consiste uma descrição ser bem sucedida.

Um dos grandes desafios da teoria correspondentista é estabelecer com precisão como se dá essa relação entre proposições, crenças, sentenças com a realidade. Uma tentativa de fornecer essa explicação se pauta na existência de “fazedores de verdade” (“*truth makers*”). Goldman (1999) define “fazedores de verdade” como entidades do mundo de alguma espécie que fazem proposições ou outros portadores de verdade (*truth bearers*) verdadeiros. Os fatos são usualmente os candidatos mais apropriados para servir de “fazedor de verdade”. Entretanto, a generalização dessa intuição aparentemente simples e evidente começa a apresentar problemas ontológicos. Fatos são muito apelativos por representarem uma estrutura semelhante a sentenças, eles parecem ser “pedaços não linguísticos da realidade com formato de sentenças” (GOLDMAN, 1999). Mas como podem existir pedaços da realidade com estruturas de negação, disjunção, condicionais, quantificadores existenciais, dentre outros elementos sentenciais?

Na frase “Ou João correu esta manhã ou Maria correu esta manhã”, será que uma teoria correspondentista deverá se comprometer com a existência de um fato disjuntivo? Obviamente que a teoria correspondentista não se comprometerá com esse tipo de reificação estranha. Mais que isso, uma teoria correspondentista não precisa restringir o conjunto de “fazedores de verdade” a uma categoria de objetos. Algumas proposições serão verdadeiras por conta de eventos concretos, enquanto outras serão verdadeiras por uma relação entre entidades abstratas. Toda essa discussão é da ordem da metafísica e a defesa da teoria correspondentista não exige o tratamento dessa questão. Aliás, (DS) é uma teoria que comporta qualquer tipo de metafísica. (DS) é metafisicamente neutra, ela não estabelece em que consiste a “realidade”. Desta forma, (DS) é compatível com metafísicas fisicalistas, dualistas e até mesmo idealistas.

Essa discussão é importante, pois busca evidenciar o comprometimento de uma teoria correspondentista com os “fazedores de verdade” e como esse elemento é importante para que uma teoria da verdade tenha poder explicativo. Por exemplo, o compromisso com a existência de “fazedores de verdade” faz com que teorias correspondentistas expliquem melhor do que as teorias deflacionistas a existência de sentenças defeituosas. Para algumas teorias deflacionistas a mera existência de significado ou possibilidade de declaração de

sentenças as torna passíveis de atribuição de verdade. Em algumas áreas como ética e estética podemos construir sentenças que careçam de função factual. Expressar uma emoção ou sentimento não é buscar descrever algo. Nesses casos, um deflacionista deveria se comprometer com a possibilidade de atribuir a verdade a esse tipo de sentença, enquanto a ausência de um “fazedor de verdade” faz com que um correspondentista justifique a impossibilidade de atribuição de verdade a essa sentença (GOLDMAN, 1999).

Uma teoria correspondentista (em especial (DS)) também parece ser mais adequada que as outras concorrentes. Ao comparar (DS) com as demais teorias, Goldman (1999) responde a crítica de que (DS) seria muito óbvia, trivial ou banal. Quanto à teoria verificacionista da verdade, (DS) parece apontar para a correspondência a um objeto mais adequado: a descrição bem sucedida da realidade. Teorias verificacionistas são epistêmicas e invocam estados epistêmicos de crenças como “fazedores de verdade”. Ainda que estados epistêmicos dos crenças sejam uma parte da realidade, não são a parte da realidade que torna o conteúdo da descrição bem sucedido. Eles apenas são eventos de verificação de que o conteúdo da descrição foi bem sucedido. Da mesma forma, o instrumentalismo não se compromete com uma descrição bem sucedida da realidade, apenas com o sucesso instrumental de portadores de verdade (proposições, sentenças, crenças).

Quanto às teorias performativas e prosentenciais, além de não incorrer nos mesmos problemas já apontados, uma teoria como (DS) pode derivar os principais pontos levantados por essas rivais. (DS) não considera que uma atribuição de verdade seja apenas um ato de endosso, quando utilizamos “isso é verdade” estamos também afirmando aquilo que é dito, carregamos o conteúdo da asserção anterior: fazemos uma declaração, não apenas uma performance (GOLDMAN, 1999).

(DS) também explica o apelo que motiva a abordagem deflacionária prosentencial. (DS) consegue explicar porque “‘A neve é branca’ é verdadeiro” é extensionalmente equivalente, possui os mesmos objetos aos quais a expressão linguística se aplica, a “A neve é branca”, ao mesmo tempo em que explica que o significado de “‘A neve é branca’ é verdadeiro” difere de “A neve é branca”.

Ao nos apresentar essa lista de teorias da verdade, o foco de Goldman (1999) foi mostrar diferentes definições para o conceito de “verdade”. Ao final, o autor sustenta uma teoria que não parece satisfatória para esse desafio. A teoria correspondentista parece mais apropriada para nos conceder alguns fatos não definíveis a respeito da

verdade, ou seja, aponta algumas propriedades relevantes do conceito. Desta forma, Goldman sugere que uma teoria da verdade promissora deveria acoplar teorias deflacionárias e a correspondentista. As teorias deflacionárias conseguem ampliar nossa compreensão acerca da verdade fornecendo um significado para o termo. Ao empreender essa tarefa, o deflacionista mostra como o termo “verdade” funciona na nossa linguagem, explicitando suas funções de ascensão semântica e operador de formação de propositivas, por exemplo. Entretanto, a inexistência de qualquer comentário acerca da relação entre as sentenças estudadas e a realidade parece uma limitação importante dessa teoria. Essa falha poderia ser reparada com a adoção de uma noção correspondentista. Goldman (1999) observa que não é o primeiro a apontar esse caminho. Aponta que renomados deflacionistas já afirmaram a importância da realidade ou dos “fazedores de verdade” para complementar sua teoria. Em suma, a característica mais importante da noção de verdade para Goldman é a ideia básica da correspondência: aquilo que torna uma sentença ou proposição verdadeira é um “fazedor de verdade” do mundo real. Para o tratamento das questões epistemológicas orientadas para a verdade, é esse o sentido básico que importa.

4.3 ESTRUTURA GERAL DE UMA EPISTEMOLOGIA SOCIAL

A base da estrutura de uma epistemologia social nos moldes de Goldman é a sua visão do que é epistemologia. Goldman (1999) concebe epistemologia como a disciplina que avalia práticas de acordo com dimensões verísticas²⁸. O papel da epistemologia é inspecionar o grau de ligação com a verdade (*truth-linked*) que essas práticas fornecem, isto é, uma avaliação da confiabilidade das práticas utilizadas na formação de crenças. Uma epistemologia social seria uma disciplina

²⁸ Goldman utiliza os termos “veritistic”, “veritism”, “veristically” que traduzimos como “verístico”, “veritismo” e “veristicamente” quando necessário. Os termos do inglês são criados pelo autor. A Wikipédia (2013) apresenta o verbete “Veritism” com um significado muito diferente daquele utilizado por Goldman: “Veritism was a socio-philosophical ideology promoted by the ‘Veritism Foundation’ (apparently now defunct). It advocates that man has been presented with no conclusive evidence lending credence to the existence of a specific deity, or supreme entity and thus has no justification for reaching any kind of conclusions on the nature of such a being other than that (as represented by humanities current state) it is a benign force”. Para este trabalho o importante é a interpretação de “verístico” e suas derivações como “orientado para a verdade”.

que avaliaria especificamente práticas sociais sob o aspecto verístico. O primeiro passo para defender uma epistemologia social nesses moldes é responder a duas objeções a abordagens verísticas: (a) o problema do veritismo ser uma abordagem normativa e (b) o veritismo apresentar uma argumentação circular.

O processo de inspeção normativa é guiado pelos nossos objetivos. O objetivo do autor ao erigir uma proposta de epistemologia social é avaliar as práticas sociais de acordo com suas ligações com a verdade (suas propriedades verísticas). Desta forma, a epistemologia social de abordagem verística pode prosperar ao mostrar como práticas sociais podem, em princípio, ser identificadas e aperfeiçoadas. Como essa tarefa não parece ser impossível de ser realizada, não existe razão para descartar a pretensão normativa do veritismo (GOLDMAN, 1999).

O problema da circularidade se estabelece como uma crítica ao confiabilismo. O confiabilismo é uma abordagem epistemológica que enfatiza a ligação com a verdade de processos (ou métodos) de formação de crença (GOLDMAN, 2011). Caso o processo tenha uma relação adequada com a verdade ele é uma fonte confiável de formação de crenças e o fato de que a crença é formada através desse processo confiável confere justificação a essa crença. O problema entre circularidade e confiabilismo está na formação do argumento que atesta a confiabilidade de um processo. Goldman (1999) exemplifica esse problema com o argumento a favor da confiabilidade da percepção.

Como determinamos se a percepção é uma fonte de crenças confiável? Ou seja, como determinamos se a percepção nos fornece crenças verdadeiras? Uma maneira de realizar essa tarefa é apelar para o histórico (“*track record*”) do nosso uso da percepção, isso é, identificar o quão frequentemente a percepção nos conduziu a crenças verdadeiras no passado. Um argumento pautado nessa estratégia poderia ser construído da seguinte forma:

On occasion O 1 , person S 1 perceptually formed the belief that P 1 , and P 1 was true.

On occasion O 2 , person S 2 perceptually formed the belief that P 2 , and P 2 was true.

...

Therefore, sense perception is a reliable source of belief (GOLDMAN, 1999, p. 83).

O problema com esse argumento é que a estratégia do histórico da percepção apela tacitamente para a percepção. O tipo de circularidade

aqui presente não envolve a noção usual de circularidade, uma vez que a conclusão (“Percepção é uma fonte confiável de crenças”) não está presente nas premissas do argumento. Entretanto, usamos a percepção para determinar a verdade das crenças citadas nas premissas, ou seja, estamos pressupondo a verdade de nossa conclusão.

Para defender essa estratégia de argumentação Goldman (1999), primeiramente, distingue circularidade direta de indireta. Em uma circularidade direta é impossível validar a confiabilidade de uma prática sem apelo a ela mesma. Claramente esse não é o caso da visão, por exemplo, visto que podemos utilizar outros sentidos para validar uma crença originada por esse processo. Quão problemático é um argumento indiretamente circular? Considerando que nossos dotes cognitivos básicos são finitos, temos um conjunto finito de práticas. Dessa forma é impossível exigir que uma prática seja confirmada ou endossada por outra prática. Caso isso fosse requerido, chegaríamos a um momento em que a prática X não encontraria uma prática X+1 para validá-la. Dado que o número de práticas disponíveis é finito, é de se esperar que exista uma circularidade, seja uma circularidade à própria prática em consideração, seja a outra prática que somente poderá ser validade com circularidade direta ou indireta. Dado que existe a necessidade lógica de algum tipo de circularidade, em virtude de nossos recursos limitados de práticas cognitivas, não deve ser problemática a existência dessa circularidade nesse tipo de argumentação (GOLDMAN, 1999).

A permissividade de circularidade direta fica mais óbvia quando analisamos “super-práticas” (“*superpractice*”) (GOLDMAN, 1999). Uma “super-prática” é uma prática que reúne um conjunto de outras práticas. Já apontamos um exemplo bem comum: a percepção. A percepção é composta pelas práticas de nossos cinco sentidos: visão, tato, olfato, paladar e audição. Como visto anteriormente, uma forma de contornar a circularidade é confirmar ou endossar as percepções oriundas da visão com as percepções oriundas do tato. Entretanto, vimos também que nosso conjunto de práticas cognitivas é limitado, logo não podemos formular argumentos que defendam a confiabilidade de uma prática específica sem nos reportarmos ao nosso conjunto de práticas cognitivas disponíveis. Sendo assim, ao tratarmos de “super-práticas” a objeção de circularidade perde força. No caso da confiabilidade da visão atestada pelo tato, a “super-prática” da percepção estaria sofrendo circularidade direta. E o que dizer de uma “super-prática” que englobe todas as nossas práticas, como a “super-prática” da cognição humana?

O que a crítica da circularidade busca apontar é uma aparente falta de valor no argumento. Se uma prática é usada para checar o comportamento dessa mesma prática e confirma que a maioria dos relatos checados é verdadeira, parece que o argumento não tem valor algum. O argumento parece ser incapaz de sustentar a confiabilidade desta prática. Entretanto, essa é uma visão muito superficial do processo de avaliação de uma prática. O que escapa a visão deste crítico é a independência de cada uma das checagens. As premissas que sustentam a confiabilidade de uma prática são independentes. As premissas seguintes não se relacionam com a possível constatação de sucesso das premissas anteriores. Não existe uma repetição indefinida de auto-corroboração. É perfeitamente possível que uma prática produza relatos conflitantes. Um conjunto de relatos conflitantes demonstra a inconfiabilidade da prática. Entretanto, ainda que o conjunto de relatos que se corroboram não prove que a prática seja realmente confiável, produz alguma evidência em favor disso (GOLDMAN, 1999).

4.3.1 Operacionalizando a análise verística de práticas sociais

Até aqui Goldman (1999) enfatizou a tarefa principal da Epistemologia Social: a avaliação de práticas sociais no que diz respeito à produção de verdades. A produção de verdade das práticas sociais pode ser classificada em três tipos de resultados: conhecimento, erro e ignorância. Esses três tipos de resultados têm valor verístico fundamental. As práticas sociais, os objetos de avaliação por parte de um epistemólogo dedicado a Epistemologia Social, têm valor verístico instrumental, uma vez que elas promovem ou impedem a aquisição de valor verístico fundamental. Para esclarecer essa distinção, Goldman (1999) recorre à analogia com a estrutura de esquemas consequencialistas na teoria moral. Nessa vertente de teoria moral estados de felicidade ou utilidade têm valor fundamental (ou intrinsecamente moral), enquanto ações, regras e instituições têm valor instrumental à medida que tendem a produzir estados de valor fundamental. Da mesma forma, as práticas sociais analisadas terão valor verístico instrumental à medida que tendem a produzir estados de valor verístico fundamental: conhecimento, erro e ignorância.

Para medir esse valor fundamental da verdade (valor-V) em uma prática, Goldman (1999) mescla critérios objetivos e subjetivos. A referência base do valor-V é a verdade da proposição em questão, critério objetivo. Mas estamos avaliando uma prática em relação à

verdade, logo devemos levar em conta como essa prática está ligada (nos conduz) à proposição verdadeira. Essa estratégia fica mais clara quando analisamos o valor-V de um sujeito, critério subjetivo. Quando analisamos o valor-V de um sujeito em relação a uma proposição estamos buscando classificar a crença do sujeito em relação à proposição. Os três resultados de avaliação são: conhecimento, erro e ignorância.

Supondo que a proposição em questão seja verdadeira, caso o sujeito acredite nela, o valor-V será 1,0; caso o sujeito rejeite a crença na proposição, o valor-V será 0; e se o sujeito suspende o juízo acerca da proposição, seu valor-V será 0,5. Nesse caso analisamos a crença do sujeito com relação à proposição, ou seja, se a crença do sujeito condiz com a verdade da proposição. Dependendo da posição do sujeito em relação à proposição (seu grau de crença na proposição) credita-se maior ou menor valor-V a ele. Com base no crédito de valor-V concedido ao sujeito, pode-se caracterizar a crença dele como um estado de conhecimento (quando o valor-V é 1), erro (quando o valor-V é 0) ou ignorância (quando o valor-V é 0,5). O mesmo aconteceria para a análise da crença do sujeito caso a proposição fosse falsa. Nesse caso, se o sujeito acreditasse na proposição, o valor-V seria 0 (e portanto seria um erro); se o sujeito rejeitasse a proposição, o valor-V seria 1 (consistindo em conhecimento); e, se o sujeito suspendesse o juízo com relação a proposição, o valor-V seria 0,5 (onde o sujeito permanecerá ignorante com relação a proposição).

A análise do valor-V é a peça chave da Epistemologia Social de Goldman, em especial quando utilizada ao longo do tempo com o objetivo de identificar mudanças no valor-V (GOLDMAN, 1999). Quando um indivíduo se depara com uma nova questão, parece apropriado que ele suspenda o juízo. Caso a questão seja relevante, o sujeito vai atrás de informações para sustentar um estado de crença apropriado. Ao obter informações suficientes, o sujeito assume uma posição diferente com relação à proposição, podendo acreditá-la ou rejeitá-la. Caso a crença seja verdadeira, ao passar da suspensão de juízo para a crença o sujeito aumenta o valor-V; caso as informações coletadas o conduzam da suspensão de juízo para a rejeição da crença o sujeito diminui o valor-V.

Assim, o objetivo da Epistemologia Social é a avaliação do valor-V de práticas sociais. Considerando o caso acima onde um sujeito se depara com uma questão do seu interesse, as práticas estão ligadas ao

que nos referimos anteriormente como coleta de informações, ou seja, essas informações serão coletadas por práticas cognitivas empreendidas pelo sujeito. Essa prática pode ser a verificação visual do ambiente ou a busca de testemunho de um amigo ou especialista, por exemplo. A busca de informações através do emprego de uma prática cognitiva pode alterar o estado de crença do sujeito. Caso o novo estado de crença resulte em um aumento do valor-V, a prática recebe crédito positivo; caso o novo estado de crença resulte em uma diminuição do valor-V, a prática recebe crédito negativo (descrédito); e, caso o estado de crença não se modifique, a prática não possui crédito ou descrédito nessa aplicação. Mas nosso interesse não é particularizar a aplicação de práticas a uma situação específica, queremos definir a confiabilidade da prática para um número vasto de aplicações efetivas ou possíveis (GOLDMAN, 1999).

Neste ponto Goldman (1999) reconhece uma das grandes dificuldades do projeto da Epistemologia Social Verística. A escolha de quais casos de aplicação são relevantes é difícil de ser definida e sua avaliação difícil de ser realizada. Uma vez que essas aplicações podem ser formuladas a partir de conjecturas (aplicações possíveis), observação empírica direta não é uma forma exitosa de se proceder à avaliação. Parece que a melhor alternativa é através de considerações teóricas aliadas a uma base de informações empíricas. Talvez um problema mais grave dessa abordagem seja o pressuposto de que crenças possuem um valor de verdade objetivo, dado que o teórico não necessariamente saiba esse valor de verdade e nem que seja uma tarefa fácil determinar esse valor de verdade (GOLDMAN, 1999).

Diante desses problemas, de que serve uma abordagem verística? Goldman defende a validade de sua abordagem por conta da busca por clareza conceitual. Ainda que seja muito difícil encontrar casos que se enquadrem nos moldes do que a teoria propõe, identificar quais são as virtudes de uma prática para que ela seja considerada uma boa prática parece ser digno de investigação.

Recapitulando, o espírito geral do projeto de Epistemologia Social de Goldman consiste em medir o valor-V de uma prática social, ou seja, identificar o grau de confiabilidade dessa prática em nos conduzir à verdade. Mais especificamente, a capacidade da prática em nos proporcionar conhecimento, e nos distanciar do erro ou da ignorância. Para isso precisamos, primeiramente, destacar qual é o campo de aplicação dessa prática, ou seja, quais casos são pertinentes para que essa prática seja avaliada. Em seguida, avaliamos o valor-V da

prática como uma média da performance dessa prática ao ser aplicada no conjunto de casos pertinentes escolhidos. Com esse dado, podemos identificar se a prática em questão aumenta o valor-V do estado de crença daquele que a usou, se a prática diminui o valor-V do estado de crença do sujeito ou se a prática não altera o valor-V do estado de crença do sujeito. No primeiro caso, a prática possui um valor-V positivo; no segundo, um valor-V negativo; e no terceiro, um valor-V neutro.

Até aqui Goldman exemplifica a avaliação de práticas sob orientação verística numa ótica individualista, ou seja, focada nos estado de crença de um sujeito. Entretanto, uma Epistemologia Social deve realizar o trabalho de avaliação do impacto de uma prática junto a um conjunto de indivíduos, uma comunidade de agentes. Para empreender essa tarefa, devemos oferecer um meio de avaliar o nível agregado de conhecimento de uma comunidade. Goldman (1999) não oferece uma única solução para a determinação do nível agregado de conhecimento de um conjunto de indivíduos, entretanto, todas suas sugestões se concentram na determinação de uma média dos valores-V do conjunto de indivíduos que compõem a comunidade. O que Goldman deixa aberto é a definição de qual metodologia de aferição de médias é mais indicada (média aritmética, média geométrica, média harmônica, média ponderada).

Goldman (1999) exemplifica a aplicação de uma avaliação de grupo do seguinte modo: suponha que temos uma comunidade de quatro agentes (S1, S2, S3 e S4). Todos eles estão interessados em saber se uma proposição P é o caso. Suponha ainda que P seja verdadeira. Em t1 o grau de crença dos sujeitos é apresentado no quadro abaixo. Uma prática específica é aplicada, resultando em uma mudança no grau de crença dos sujeitos, como observado no quadro:

Quadro 1 – Variação do Grau de Crença no tempo

Sujeito	Grau de Crença em P no tempo T1	Grau de Crença em P no tempo T2
S1	0,40	0,70
S2	0,70	0,90
S3	0,90	0,60
S4	0,20	0,80

Fonte: Goldman (1999).

Realizando uma média aritmética simples, temos que o valor-V (que pode ser equiparado ao grau de crença em P dos indivíduos) da comunidade em t1 era de 0,55 e, em t2, após a aplicação da prática, subiu para 0,75. Tendo em vista que o valor-V da comunidade foi aumentado em 0,2, concluí-se que a prática empregada por essa comunidade possui valor-V positivo em sua aplicação nesse caso (GOLDMAN, 1999).

4.3.2 Testemunho

Agora que foi apresentada uma forma de avaliar uma prática social de acordo com sua capacidade de nos conduzir ao conhecimento, pode-se escolher uma prática específica e começar a analisá-la. A primeira prática selecionada para análise em uma Epistemologia Social deve ser o testemunho (GOLDMAN, 1999). Talvez o testemunho seja a prática social mais elementar e universal em direção ao conhecimento. De forma muito grosseira, o testemunho compreende, de um lado, um observador que decide se deve ou não fazer um relato, bem como o conteúdo desse relato e, de outro lado, um ouvinte que decide qual crédito será dado aos relatos por ele recebidos.

O testemunho é um meio de compartilhamento de informações muito eficiente, pois é fácil, rápido e muito menos custoso do que ter o retrabalho de redescobrir algo que outro indivíduo já sabe. Graças ao testemunho podemos empreender a divisão do trabalho cognitivo que se apresenta com uma marca distintiva da cultura humana (ainda que possamos identificar algum tipo de comunicação entre os animais, a sofisticação do nosso mecanismo de comunicação destoa de qualquer outro processo observável no reino animal). Diante do peso da divisão do trabalho cognitivo para nossa cultura, a prática do testemunho pode ser uma ótima oportunidade para o aumento do valor-V de nossos estados de crença (GOLDMAN, 1999).

Entretanto, o testemunho não é uma prática inviolável. Até aqui foram elencados alguns benefícios intuitivos que essa prática confere, mas não precisamos ir muito longo para percebermos que as pessoas nem sempre compartilham aquilo que descobrem, compartilham o que acreditam ter descoberto, quando na verdade nada descobriram, ou seja, compartilham uma falsidade e ainda temos os casos de impostura, o ato de enganar, iludir, que é uma característica humana tão comum quanto o

testemunho. Diante desses problemas deve-se inspecionar com maior cuidado as particularidades dessa prática social (GOLDMAN, 1999).

Não são claros quais os incentivos de um conhecedor em disseminar o conhecimento. Analisando friamente, no geral, quem se beneficia do processo de testemunho é o ouvinte e não a testemunha, aquela pessoa que possui o item de valor do processo: o conhecimento. Um primeiro argumento mobilizado para responder a essa questão é a defesa de Thomas Reid ao testemunho (GOLDMAN, 1999). Para Reid nós temos uma propensão inata de transmitir verdades em oposição a falsidades. Segundo Reid até mesmo os grandes mentirosos falam cem verdades para cada mentira. Esse argumento não parece ser cogente. Uma razão, muito mais plausível, e que parece implícita nesse argumento, é a ideia de que existem técnicas de recompensa e punição envolvidas no processo de transmissão do conhecimento (GOLDMAN, 1999).

Essas recompensas e punições não precisam ser explícitas. Na cultura humana recompensas informais a testemunhos são práticas usuais. Essas recompensas informais podem ser vistas em sorrisos de agradecimento ou atribuição de respeito ou status às testemunhas confiáveis. Também parecem existir regras informais para o compartilhamento de informações, onde uma ação de informar gera outra, onde os papéis de falante e ouvinte são trocados e conhecimentos dos dois sujeitos são veiculados, aumentando o grau de conhecimento da comunidade. Isso sem contar no retorno financeiro que as atividades formais de disseminação de informações (mídia) obtêm nas sociedades modernas. A retaliação também pode ser empregada. Sujeitos são punidos por veicularem informações erradas ou pela não divulgação de informações. Esse comportamento de punição também é verificado em animais (GOLDMAN, 1999).

4.3.2.1 Definindo o valor-V do testemunho: Epistemologia Social Bayesiana

Diante dessa caracterização da prática do testemunho, devemos buscar uma forma apropriada para medir seu valor-V. Goldman (1999) elege o seguinte problema como base para a definição do valor-V do testemunho: Em que circunstâncias um receptor deve aceitar um relato, rejeitá-lo, ou ignorá-lo, de acordo com um grau específico de crença?

Apesar do foco na ação do receptor, variáveis externas, relacionadas ao ambiente em que o processo do testemunho ocorre, interferem no valor-V dessa prática. Isso fica claro em cenários extremos. Uma prática como a fé cega (*blind trust*) é aconselhável em ambientes onde os testemunhos correspondem exatamente ao mundo, ou seja, onde não existe qualquer erro na percepção e na memória da testemunha, bem como não existe qualquer possibilidade de que a testemunha distorça deliberadamente os fatos. Neste ambiente, a prática da fé cega conduziria a um aumento do valor-V, provando ser uma prática que otimiza o acesso da comunidade ao conhecimento. Obviamente esse não é o ambiente em que estamos inseridos. Entretanto, uma prática contrária como uma postura de desconfiança extrema (*blind contrarust*) só poderia ser um comportamento que conduz ao aumento do valor-V, e, portanto, ser uma prática desejável, caso o ambiente fosse tal que todos os relatos fossem falsos (GOLDMAN, 1999).

Uma vez que nossa realidade é muito complexa, com ambientes onde os relatos são verdadeiros e outros em que os relatos são falsos, a identificação de cada um desses ambientes é muito difícil. Assim, parece adequado que a epistemologia social desenvolva um projeto modesto para a aceitação do testemunho. Esse projeto deve buscar uma prática de aceitação ótima para qualquer tipo de ambiente. Devemos buscar uma prática veristicamente boa, mesmo que ela não seja a melhor prática para cada ambiente específico. Como discutido anteriormente, uma prática satisfatória é aquela que produz um resultado verístico positivo na média, quando considerado um conjunto de aplicações reais ou possíveis. Goldman (1999) acredita que pode demonstrar a existência de uma prática que seja objetivamente provável de produzir algum resultado verístico positivo em qualquer ambiente.

A prática que Goldman (1999) sugere é uma versão de inferência Bayesiana aplicada ao caso do testemunho. A Teoria Bayesiana é uma ferramenta que tem sido utilizada na epistemologia recentemente²⁹. O teorema de Bayes é uma fórmula matemática utilizada para calcular probabilidades condicionais. O objetivo do teorema é tratar de casos

²⁹ O teorema de Bayes é aplicado em epistemologia por introduzir um aparato formal para uma lógica indutiva e de um teste pragmático auto-derrotável para a racionalidade epistêmica como uma forma de estender a justificação das regras de lógica dedutiva para incluir a justificação de regras de lógica indutiva. Esse aparato formal compreende dois elementos: (a) o uso de leis de probabilidade como limites de coerência sobre graus racionais de crença e (b) a introdução de uma regra de inferência probabilística, uma regra ou princípio de condicionalização (*conditionalization*) (TALBOTT, 2011).

onde a probabilidade de uma hipótese (H) é condicionada por um corpo evidencial (E). Para tanto, realiza-se a razão entre a probabilidade incondicional do conjunto da hipótese com o corpo evidencial pela probabilidade incondicional do corpo evidencial. Joyce (2008) propõe uma definição introdutória do teorema nos seguintes termos: “The probability of H conditional on E is defined as $P_E(H) = P(H \& E)/P(E)$, provided that both terms of this ratio exist and $P(E) > 0$ ”.

Para ilustrar a ideia, Joyce (2008) oferece um exemplo. Suponha que John Doe seja um cidadão norte-americano vivo em 1 de Janeiro de 2000 escolhido aleatoriamente. De acordo com o órgão de controle de doenças norte-americano, aproximadamente 2,4 milhões dos 275 milhões de habitantes dos Estados Unidos vivos na data de 1 de janeiro de 2000 morreram ao longo do ano. Dentre os 16,6 milhões de idosos (com idade igual ou superior a 75), cerca de 1,36 milhão morreram. A probabilidade incondicional da hipótese de que John Doe morreu durante 2000, H, é aferida através da simples taxa de mortalidade: $P(H) = 2,4 \text{ Milhões}/275 \text{ Milhões} = 0,00873$. Entretanto, se temos uma informação adicional (E) de que John Doe é idoso, nossa probabilidade condicional, diante dessa informação adicional, deve ser aferida através da divisão da probabilidade de um idoso morrer ($P(H\&E) = 1,36 \text{ Milhões}/275 \text{ Milhões} = 0,00495$) pela probabilidade de que ele seja um idoso ($P(E) = 16,6 \text{ Milhões}/275 \text{ Milhões} = 0,06036$). Ou seja, a probabilidade de que John Doe morra, dado que ele é idoso, pode ser calculada através da fórmula: $P_E(H) = P(H\&E)/P(E) = 0,00495/0,06036 = 0,082$.

O que o teorema de Bayes busca evidenciar é que a probabilidade de um dado evento (a hipótese H) dado outro evento (informações adicionais de um corpo evidencial, como E) depende não apenas da relação entre a hipótese (H) e o corpo evidencial (E), mas também da probabilidade marginal da ocorrência de cada evento. Um atrativo do teorema de Bayes é explicitar a relação da probabilidade “direta” da hipótese, $P_E(H)$, com a probabilidade “inversa”, ou seja, do corpo evidencial com relação à hipótese, $P_H(E)$. $P_H(E)$ oferece a probabilidade de H em E, ela oferece o grau em que a hipótese prevê o corpo evidencial dadas as informações de fundo codificadas na probabilidade P (JOYCE, 2008).

Voltando novamente ao exemplo anterior, podemos calcular a probabilidade “inversa” de E condicionada por H do seguinte modo: $P_H(E) = P(H\&E)/P(H) = 0,00495/0,00873 = 0,57$. Esse valor se refere à

proporção de mortes no período que correspondem a mortes de idosos. $P(H|E)$ sendo 0,57 nos diz que 57% do total de mortes que ocorreram no ano 2000 foram mortes de idosos. O teorema de Bayes nos permite usar essa informação para calcular a probabilidade direta de que John Doe tenha morrido, caso ele fosse idoso. Fazemos isso pela multiplicação do “termo de predição”, $P(H|E)$ (0,57), pela razão do total de número de mortes na população pelo número de idosos na população ($P(H)/P(E) = 2,4 \text{ Milhões}/16,6 \text{ Milhões} = 0,144$). Operando a conta por esse caminho, chegamos a $P(H) = 0,57 \times 0,144 = 0,082$, obviamente o mesmo resultado que havíamos encontrado anteriormente (JOYCE, 2008).

Para introduzir a aplicação do teorema de Bayes em questões epistemológicas, Goldman (1999) apresenta o caso do tempo na cidade de Onfalos. O problema em jogo nesse exemplo é saber se o tempo na cidade, no período da manhã, estava nublado ou não. Como informação adicional, temos a nossa percepção de que está chovendo em Onfalos pela tarde. De forma objetiva, a pergunta que queremos responder é: dado uma tarde chuvosa, qual é a probabilidade de que a manhã tenha sido nublada? ($p(\text{NUBLADO} \text{ dado } \text{CHUVA})$). As fórmulas para chegar a uma resposta são (substituindo “dado” por “/”):

Cálculo da probabilidade de CHUVA dado NUBLADO:

$$P(\text{NUBLADO}/\text{CHUVA}) = \frac{p(\text{CHUVA}/\text{NUBLADO}) \times p(\text{NUBLADO})}{p(\text{CHUVA})}$$

OU

$$P(\text{NUBLADO}/\text{CHUVA}) = \frac{p(\text{CHUVA}/\text{NUBLADO}) \times p(\text{NUBLADO})}{p(\text{CHUVA}/\text{NUBLADO}) \times p(\text{NUBLADO}) + p(\text{CHUVA}/\text{LIMPO}) \times p(\text{LIMPO})}$$

O importante de notar aqui é que estamos avaliando dois caminhos para que o estado NUBLADO tenha se efetivado. A tarefa na qual estamos envolvidos é estimar retrospectivamente, dado que sabemos que o estado CHUVA se efetivou, a probabilidade de que o caminho NUBLADO tenha sido seguido, o outro caminho é dado por LIMPO, ou seja, pela manhã o céu estava limpo, mas a tarde choveu. Essa tarefa pode ser empreendida de quatro formas: (a) uma probabilidade a priori de NUBLADO; (b) uma probabilidade a priori de LIMPO (uma vez que ela é igual à $1 -$ probabilidade de NUBLADO);

(c) a probabilidade condicional de CHUVA dado NUBLADO; (d) a probabilidade condicional de CHUVA dado LIMPO (GOLDMAN, 1999).

Esse é exatamente o mesmo tratamento que Goldman (1999) sugere para os casos de testemunho. Nestes casos CHUVA (o resultado efetivado) é substituída pelo relato de uma testemunha de que um evento específico (X) tenha ocorrido (TESTEMUNHO (X)). O problema nos casos de testemunho é identificar a probabilidade de que o evento X tenha, de fato, ocorrido tendo por base o TESTEMUNHO(X). Assim como no caso anterior, nossa análise é retrospectiva. Temos o evento final CHUVA ou TESTEMUNHO (X) e queremos saber qual o caminho de eventos que nos levou a esse evento final: LIMPO/NUBLADO ou X/não-X. Para operar esse caso, adapta-se a fórmula anterior:

Cálculo da probabilidade da ocorrência de X dado o relato de que X pela testemunha:

$$P(X/\text{TESTEMUNHO}(X)) = \frac{p(\text{TESTEMUNHO}(X)/X) \times p(X)}{p(\text{TESTEMUNHO}(X)/X) \times p(X) + p(\text{TESTEMUNHO}(X)/\text{NÃO-X}) \times p(\text{NÃO-X})}$$

Da mesma forma que no caso anterior, temos quatro formas de calcular a probabilidade de X dado TESTEMUNHO(X): (a) $p(X)$, a probabilidade a priori da ocorrência de X; (b) $p(\text{NÃO-X})$, a probabilidade a priori de não ocorrer X (uma vez que ela é igual a $1-p(X)$); (c) a probabilidade condicional de a testemunha relatar X, dado que X tenha ocorrido; (d) a probabilidade condicional de a testemunha relatar X, dado que X não tenha ocorrido (GOLDMAN, 1999).

Goldman (1999) confere maior atenção aos dois últimos modos, onde se busca calcular a probabilidade de X dado o TESTEMUNHO(X). De forma genérica, o objetivo é identificar a função de verossimilhança (*likelihood function*). Uma função de verossimilhança para uma proposição evidencial Y é calculada pelo quociente $p(Y/X)/P(Y/\text{NÃO-X})$. Essa função serve para mostrar se a verdade de Y é mais ou menos provável dada a verdade de X em comparação com a falsidade de X. Caso a probabilidade evidencial da proposição Y seja maior dado X do que NÃO-X (quando a função de

verossimilhança for maior do que um), então a evidência tem valor probatório positivo para X. Entretanto, caso a probabilidade evidencial da proposição Y seja menor dado X do que NÃO-X (quando a função de verossimilhança for menor do que um), então a evidência tem valor probatório negativo para X. Para o caso do testemunho, a relação será entre o TESTEMUNHO(X) e a ocorrência de X. Estamos interessados em precisar a função de verossimilhança da relação entre TESTEMUNHO(X) e X para verificar se a assunção de que X tenha ocorrido possui probabilidade maior depois de ouvirmos um TESTEMUNHO(X).

Até então foi mostrada uma estrutura geral da avaliação do processo de testemunho através do Teorema de Bayes. Agora se deve identificar como o Teorema de Bayes pode se relacionar com uma análise verística. Foi visto que uma prática de recepção de testemunhos como a fé-cega ou a descrença extrema possui bom desempenho verístico em alguns ambientes, mas não se sai tão bem em outros. Goldman (1999) busca argumentar que o Teorema de Bayes oferece uma prática adequada para qualquer ambiente. Entretanto, o mérito verístico do emprego do Teorema de Bayes para informar um ouvinte acerca de sua posição em relação a um testemunho não é tão grande a ponto de garantir a posição de conhecimento todas as vezes em que é empregada. De forma mais modesta, essa abordagem apresenta um efeito verístico positivo. Ela tem a habilidade de aumentar o grau de conhecimento do sujeito em relação à proposição alvo reportada, ainda que o grau atingido não seja suficiente para garantir a posição de conhecimento.

O argumento a favor da prática do testemunho inspirada no Teorema de Bayes é desenvolvido analogamente a sustentação de uma argumentação dedutiva (GOLDMAN, 1999). Em uma argumentação dedutiva espera-se derivar uma conclusão verdadeira de premissas verdadeira. Uma prática avaliada pelo Teorema de Bayes busca oferecer uma argumentação análoga por um processo de inferência probabilística, por meio de uma indução. O argumento principal é de que quando um ouvinte tem a disposição probabilidades acuradas (análogas a premissas verdadeiras) é objetivamente provável que a aplicação de uma inferência Bayesiana resulte em um aumento no seu grau de conhecimento (posse de verdades, deriva-se uma conclusão verdadeira) com relação à proposição alvo. Assim, uma prática de testemunho realizada através da inferência Bayesiana oferece um resultado verístico positivo, ou seja, tem um valor-V positivo. Isso nos

permite concluir que é uma prática adequada em termos verísticos, ou seja, uma prática que nos conduz ao conhecimento e nos distância dos erros.

O argumento é demonstrado a partir de um caso. O exemplo ilustrativo de Goldman (1999) compreende um testemunho acerca da ocorrência do evento X e a questão em jogo é se X realmente ocorreu. O testemunho pode ter ocorrido em quatro circunstâncias onde se analisa o conteúdo do testemunho e o comportamento da testemunha: (1) testemunho de que X ocorreu, dado com confiança ($T_c(X)$); (2) testemunho de que X ocorreu, dado com nervosismo ($T_n(X)$); (3) testemunho de que X não ocorreu, dado com confiança ($T_c(\text{NÃO-X})$); e (4) testemunho de que X não ocorreu, dado com nervosismo ($T_n(\text{NÃO-X})$). Além disso, precisamos do conjunto de probabilidades objetivas³⁰ para cada um dos casos, oferecido pelo quadro abaixo:

Quadro 2 – Probabilidades Objetivas do caso de Testemunho

	$T_c(X)$	$T_n(X)$	$T_c(\text{NÃO-X})$	$T_n(\text{NÃO-X})$
X	0,6	0,1	0,1	0,2
NÃO-X	0,1	0,2	0,6	0,1

Fonte: Goldman (1999).

³⁰ Uma condição essencial para que o resultado do Teorema de Bayes aplicado ao caso de testemunho seja bem sucedido em uma abordagem verística é que o sujeito, aplicando o teorema, consiga precisar as probabilidades objetivas. Goldman (1999) destaca que isso é praticamente impossível, entretanto, aponta algumas evidências que podem nos auxiliar a obter probabilidades próximas às objetivas. Para tanto, devemos analisar três elementos: (1) a competência da testemunha; (B) a oportunidade da testemunha, e (C) a sinceridade ou honestidade da testemunha. (1) A competência da testemunha deve ser inspecionada pela combinação de habilidades perceptuais, inferenciais e de memória que o sujeito tem. Caso a questão em jogo fuja das habilidades que o sujeito dispõe (um objeto muito distante, um evento com o qual o sujeito não tenha familiaridade ou um fato ocorrido a muito tempo) não se pode esperar um testemunho muito confiável. (2) A forma como a testemunha identificou a questão também é importante. Caso uma testemunha seja selecionada para reportar a observação de um fato, mas sabe-se que sua visão no momento estava obstruída ou que a testemunha nem estava no local no momento em que o fato ocorreu, parece que esse testemunho não terá valor algum. (3) Deve-se ainda levar em conta quais razões a testemunha pode ter para mentir e quão forte essas razões são. Todos esses elementos são pertinentes à testemunha. Entretanto, algumas vezes confiamos em testemunhos dados por pessoas totalmente desconhecidas, como quando solicitamos uma informação na rua. Nos casos onde não conhecemos nada sobre a testemunha, outras variáveis estão em jogo, como nosso pressuposto de que aquela pessoa frequentemente transita ali por perto, por exemplo. Ainda que Goldman tente fornecer razões para que possamos formar probabilidades próximas às objetivas, críticos não acreditam que essa questão esteja satisfatoriamente resolvida (KUSCH, 2002).

Esse exemplo busca mostrar o que ocorre com o grau de posse de verdade de um indivíduo após receber um testemunho. Para que o exemplo funcione, Goldman lembra que as probabilidades subjetivas (aquelas adotadas pelo sujeito, quando da avaliação do testemunho) devem coincidir com as probabilidades objetivas (aquelas relativas ao comportamento efetivo da testemunha). Não precisamos delimitar um ponto de partida no que diz respeito ao posicionamento do sujeito com relação à proposição, ou seja, o grau de posse de verdade do sujeito antes de receber o testemunho é indiferente. Na verdade, a análise deve mostrar que, seja qual for a posição inicial, a aplicação do Teorema de Bayes derivará uma probabilidade a posteriori, uma probabilidade condicionada ao relato da testemunha, que aumente a posse de verdade por parte do ouvinte. Em outras palavras, caso X seja verdade, a aplicação do Teorema de Bayes conduzirá o sujeito a um maior grau de crença em X; e caso NÃO-X seja verdade, a aplicação do Teorema de Bayes conduzirá o sujeito a um maior grau de crença em NÃO-X.

No exemplo anteriormente construído, aplica-se o Teorema de Bayes a um ouvinte para identificar as variações no seu grau de crença em X e NÃO-X depois do relato da testemunha. As condições iniciais são indiferentes, Goldman (1999) atribui aleatoriamente uma condição inicial tal que o grau de crença em X de um sujeito antes do relato da testemunha é 0,2 e, dada a coerência probabilística, seu grau de crença em NÃO-X é $1-0,2 = 0,8$. Para calcular o impacto do testemunho no grau de crença do sujeito, o Teorema de Bayes utilizará o resultado da função de verossimilhança. Quando o resultado dessa função for maior que um, ou seja, quando a probabilidade de X exceder a probabilidade de NÃO-X, haverá um acréscimo do grau de crença em X e um decréscimo em NÃO-X. De forma recíproca, quando o resultado da função for menor que um, ou seja, quando a probabilidade de X for menor que a probabilidade de NÃO-X, haverá um decréscimo do grau de crença em X e um acréscimo do grau de crença em NÃO-X.

A aplicação da função de verossimilhança se dá pela divisão da probabilidade de X relativo a um conteúdo do relato e comportamento da testemunha pela probabilidade de NÃO-X relativo ao mesmo conteúdo do relato e comportamento da testemunha (valores fornecidos pelo quadro de probabilidades objetivas). Por exemplo, para o caso $Tc(X)$ teremos: $Tc(X)$ quando $X = 0,6$ dividido por $Tc(X)$ quando NÃO-X = 0,1, resultando em $0,6/0,1 = 6$. Ao realizarmos os cálculos, teremos resultados maiores que um nos casos $Tc(X)$ ($0,6/0,1=6$) e $Tn(NÃO-X)$ ($0,2/0,1=2$) e resultados menores que um nos casos $Tn(X)$ ($0,1/0,2 =$

0,5) e $Tc(\tilde{N}\tilde{A}\tilde{O}-X)$ ($0,1/0,6 = 0,167$). Isso quer dizer que nos casos $Tc(X)$ e $Tn(\tilde{N}\tilde{A}\tilde{O}-X)$ espera-se que o grau de crença em X seja aumentado e nos casos $Tn(X)$ e $Tc(\tilde{N}\tilde{A}\tilde{O}-X)$ espera-se que o grau de crença em $\tilde{N}\tilde{A}\tilde{O}-X$ seja aumentado. Esses cálculos nos informam como os graus de crença podem aumentar ou diminuir, entretanto ainda é necessário relacionar esse comportamento às variações na posse de verdade (o valor- V) dos sujeitos.

As variações na posse de verdade por parte dos sujeitos são calculadas através da medição de magnitudes e direção das mudanças nos graus de crença do sujeito. Para tanto se utiliza o Teorema de Bayes, adequando-o ao caso, onde “E” representa o evento alvo (X ou $\tilde{N}\tilde{A}\tilde{O}-X$) e “T” representa o testemunho que serve como nova evidência:

Aplicação do Teorema de Bayes para o caso de Testemunho:

$$P(E/T) = \frac{p(T/E) \times p(E)}{P(T/E) \times p(E) + p(T/\tilde{N}\tilde{A}\tilde{O}-E) \times p(\tilde{N}\tilde{A}\tilde{O}-E)}$$

Utilizando-se essa fórmula, pode-se identificar a variação no grau de crença do ouvinte em cada um dos casos envolvendo o conteúdo do relato e o comportamento da testemunha que fazem parte do exemplo. No caso de $Tc(X)$, precisamos dos dados: $P(X) = 0,2$; e $P(\tilde{N}\tilde{A}\tilde{O}-X) = 0,8$, ambos valores aleatórios que identificam o grau de crença inicial do sujeito com relação aos eventos X e $\tilde{N}\tilde{A}\tilde{O}-X$; bem como, $Tc(X)$ dado $X = 0,6$; e $Tc(X)$ dado $\tilde{N}\tilde{A}\tilde{O}-X = 0,1$, retirados do quadro de probabilidades objetivas que relaciona o Evento (X ou $\tilde{N}\tilde{A}\tilde{O}-X$) com o conteúdo do relato e comportamento da testemunha ($Tc(X)$; $Tn(X)$; $Tc(\tilde{N}\tilde{A}\tilde{O}-X)$; ou $Tn(\tilde{N}\tilde{A}\tilde{O}-X)$):

Aplicação do Teorema de Bayes para o caso $Tc(X)$:

$$P(X/Tc(X)) = \frac{p(Tc(X)/X) \times p(X)}{P(Tc(X)/X) \times p(X) + p(Tc(X)/\tilde{N}\tilde{A}\tilde{O}-X) \times p(\tilde{N}\tilde{A}\tilde{O}-X)}$$

$$\frac{(0,6) \times (0,2)}{(0,6) \times (0,2) + (0,1) \times (0,8)} = \frac{0,12}{0,12 + 0,08} = \frac{0,12}{0,20} = 0,6$$

O que essa conta nos mostra é que o grau de crença do ouvinte em X , que era 0,2, vai se tornar 0,6 depois do testemunho de tipo $Tc(X)$. Isso significa que o grau de crença do ouvinte em X teve um acréscimo

de 0,4. Através da aplicação dessa fórmula para os outros casos, temos que:

Cálculo de mudança no grau de crença para cada tipo de testemunho:

Tc(X): mudança no grau de crença em X de 0,2 para 0,6 = acréscimo de 0,4;

Tn(X): mudança no grau de crença em X de 0,2 para 0,111 = decréscimo de 0,089;

Tc(NÃO-X): mudança no grau de crença em X de 0,2 para 0,04 = decréscimo de 0,16;

Tn(NÃO-X): mudança no grau de crença em X de 0,2 para 0,333 = acréscimo de 0,133.

Dessa forma torna-se explícita a mudança no grau de crença para cada caso. Antes já havia sido identificado, através da fórmula da verossimilhança, que os casos Tc(X) e Tn(NÃO-X) conduziam a um aumento no grau de crença em X, enquanto Tn(X) e Tc(NÃO-X) conduziam a uma diminuição no grau de crença em X. Agora, aplicando o Teorema de Bayes, consegue-se precisar a magnitude dessas mudanças. Essas magnitudes vão determinar o quanto a prática do testemunho, no nosso exemplo, é capaz de alterar a posse de verdade (valor-V) do ouvinte.

Antes de proceder a essa aferição, deve-se saber se X ou NÃO-X é o caso, ou seja, se o evento que ocorreu foi X ou NÃO-X. Por via das dúvidas, leva-se em conta as duas possibilidades, tanto de que X tenha ocorrido quanto de que NÃO-X tenha ocorrido, e observa-se o que acontece. Caso X tenha ocorrido, um aumento no grau de crença do ouvinte em X é considerado um aumento no valor-V, de forma recíproca, uma diminuição no grau de crença do ouvinte em X é considerada uma diminuição no valor-V. Podemos calcular a mudança esperada no valor-V (MEVV) da prática do testemunho, dada a ocorrência de X (MEVV(X)), relacionando as probabilidades do caso de testemunho (conteúdo e comportamento) dado X com a magnitude da mudança no grau de crença em X. O primeiro dado está no quadro das probabilidades objetivas, enquanto o segundo foi calculado logo acima:

Cálculo de MEVV(X):

$$MEVV(X) = p(Tc(X)/X) \times (p(X/Tc(X)) - p(X)) + p(Tn(X)/X) \times (p(X/Tn(X)) - p(X)) + p(Tc(NÃO-X)/X) \times (p(X/Tc(NÃO-X)) - p(X)) + p(Tn(NÃO-X)/X) \times (p(X/Tn(NÃO-X)) - p(X))$$

$$\text{MEVV}(X) = 0,6 \times 0,4 + 0,1 \times (-0,089) + 0,1 \times (-0,16) + 0,2 \times 0,133 = +0,2417$$

A aplicação de $\text{MEVV}(X)$ mostra que a mudança esperada de valor- V , caso X seja verdadeiro, é positiva. Ainda que nos casos de testemunho do tipo $T_c(\tilde{N}\tilde{A}\tilde{O}-X)$ e $T_n(X)$ ocorra uma diminuição no valor- V quando X é verdadeiro, tomando-se a média ($\text{MEVV}(X)$), espera-se que haja um aumento no valor- V . Isso ocorre em virtude do maior aumento do valor- V quando X é verdadeiro nos casos $T_c(X)$ e $T_n(\tilde{N}\tilde{A}\tilde{O}-X)$ em comparação com a diminuição do valor- V nos casos $T_c(\tilde{N}\tilde{A}\tilde{O}-X)$ e $T_n(X)$. Para comprovarmos a eficiência da prática do testemunho, precisamos também levar em conta o que acontece quando $\tilde{N}\tilde{A}\tilde{O}-X$ ocorre. Para o cálculo de $\text{MEVV}(\tilde{N}\tilde{A}\tilde{O}-X)$, utilizamos:

Fórmula para cálculo de $\text{MEVV}(\tilde{N}\tilde{A}\tilde{O}-X)$:

$$\begin{aligned} \text{MEVV}(\tilde{N}\tilde{A}\tilde{O}-X) = & p(T_c(X)/\tilde{N}\tilde{A}\tilde{O}-X) \times (p(\tilde{N}\tilde{A}\tilde{O}-X/T_c(X)) - p(\tilde{N}\tilde{A}\tilde{O}-X)) + \\ & p(T_n(X)/\tilde{N}\tilde{A}\tilde{O}-X) \times (p(\tilde{N}\tilde{A}\tilde{O}-X/T_n(X)) - p(\tilde{N}\tilde{A}\tilde{O}-X)) + \\ & p(T_c(\tilde{N}\tilde{A}\tilde{O}-X)/\tilde{N}\tilde{A}\tilde{O}-X) \times (p(\tilde{N}\tilde{A}\tilde{O}-X/T_c(\tilde{N}\tilde{A}\tilde{O}-X)) - p(\tilde{N}\tilde{A}\tilde{O}-X)) + \\ & p(T_n(\tilde{N}\tilde{A}\tilde{O}-X)/\tilde{N}\tilde{A}\tilde{O}-X) \times (p(\tilde{N}\tilde{A}\tilde{O}-X/T_n(\tilde{N}\tilde{A}\tilde{O}-X)) - p(\tilde{N}\tilde{A}\tilde{O}-X)) \end{aligned}$$

Como para o caso de $\text{MEVV}(X)$, os valores das probabilidades objetivas que nos oferecem as probabilidades do caso de testemunho (relacionado a conteúdo e comportamento) dado $\tilde{N}\tilde{A}\tilde{O}-X$, estão disponíveis no quadro de probabilidades objetivas. Para o cálculo da magnitude e direção das mudanças de grau de crença utilizaremos a coerência probabilística. A coerência probabilística diz que para o caso de $\tilde{N}\tilde{A}\tilde{O}-X$, basta utilizar o oposto dos cálculos de magnitude e direção das mudanças de grau de crença em X :

Conversão de magnitude e direção das mudanças de grau de crença em X para $\tilde{N}\tilde{A}\tilde{O}-X$:

$$P(X/T_c(X)) - p(X) = 0,6 - 0,2 = 0,4 \rightarrow p(\tilde{N}\tilde{A}\tilde{O}-X/T_c(X)) = (-0,4)$$

$$P(X/T_n(X)) - p(X) = 0,111 - 0,2 = (-0,089) \rightarrow p(\tilde{N}\tilde{A}\tilde{O}-X/T_n(X)) = 0,089$$

$$P(X/T_c(\tilde{N}\tilde{A}\tilde{O}-X)) - p(X) = 0,04 - 0,2 = (-0,16) \rightarrow p(\tilde{N}\tilde{A}\tilde{O}-X/T_c(\tilde{N}\tilde{A}\tilde{O}-X)) = 0,16$$

$$P(X/T_n(\tilde{N}\tilde{A}\tilde{O}-X)) - p(X) = 0,333 - 0,2 = 0,133 \rightarrow p(\tilde{N}\tilde{A}\tilde{O}-X/T_n(\tilde{N}\tilde{A}\tilde{O}-X)) = (-0,133)$$

Com esses valores, podemos calcular $MEVV(\tilde{N}\tilde{A}\tilde{O}-X)$:

Cálculo de $MEVV(\tilde{N}\tilde{A}\tilde{O}-X)$:

$$MEVV(\tilde{N}\tilde{A}\tilde{O}-X) = 0,1 \times (-0,4) + 0,2 \times 0,089 + 0,6 \times 0,16 + 0,1 \times (-0,133) = + 0,0605$$

O que $MEVV(\tilde{N}\tilde{A}\tilde{O}-X)$ mostra é que seja qual for o estado de coisas que se efetivou, X ou $\tilde{N}\tilde{A}\tilde{O}-X$, o processo de revisão do grau de crença do ouvinte, através do uso do Teorema de Bayes condicionado pelo testemunho, tem um valor esperado que gera um aumento no valor- V . Um teorema geral pode ser assim descrito:

Teorema (1):

Suppose an agent observes the value of a certain variable (for example, the testimony of a witness), which depends probabilistically on the true answer to the question $Q(X/-X)$. Suppose the agent uses Bayesian conditionalization to update her DB vis-à-vis the question $Q(X/-X)$. Finally, suppose that her subjective likelihoods match the objective likelihoods; the likelihood ratios fi 1.0; and her prior DB fi 1.0 or 0. Then the objectively expected change in truth possession (V -value) vis-à-vis $Q(X/-X)$ is positive (GOLDMAN, 1999, p.121).

Além do Teorema (1), a análise desse exemplo de caso de testemunho permite provar outro teorema. Esse outro teorema trata da relação comparativa entre dois testemunhos. Nem todos os testemunhos possuem o mesmo peso evidencial. O peso evidencial dos testemunhos pode ser aferido pela função de verossimilhança. Quanto mais extrema for a função de verossimilhança, maior será a expectativa de aumento na posse de verdade. Para ilustrar essa conclusão, Goldman (1999) apresenta um novo caso. Considerando duas testemunhas e duas formas de testemunho (envolvendo quaisquer variáveis que possam afetar um caso de testemunho: conteúdo, comportamento, etc. Essas variáveis não serão relevantes para o caso), sendo a questão relevante decidir sobre a ocorrência de X ou de $\tilde{N}\tilde{A}\tilde{O}-X$, temos o seguinte quadro:

Quadro 3 – Probabilidades Objetivas do caso com duas Testemunhas

	Testemunha 1			Testemunha 2	
	T1	T2		T1	T2
X	0,6	0,4	X	0,8	0,2
NÃO-X	0,2	0,8	NÃO-X	0,1	0,9

Fonte: Adaptado de Goldman (1999).

Podemos verificar que a função de verossimilhança (FV) da testemunha 2 é maior que a da testemunha 1:

Quadro 4 – Função de Verossimilhança do caso com duas Testemunhas

	Testemunha 1	Testemunha 2
$FV(T1) = \frac{p(T1/X)}{p(T1/NÃO-X)}$	$0,6/0,2 = 3$	$0,8/0,1 = 8$
$FV(T2) = \frac{p(T2/X)}{p(T2/NÃO-X)}$	$0,2/0,8 = 0,5$	$0,2/0,9 = 0,22$

Fonte: Adaptado de Goldman (1999).

O quadro mostra que a Função de Verossimilhança da Testemunha 2 é mais extrema, os resultados da função são mais distantes quando comparados com o resultado da Testemunha 1 ($8 > 3$; $0,22 < 0,5$). Logo, espera-se que a magnitude de mudança no grau de crença seja maior quando o ouvinte levar em conta o relato da Testemunha 2 em comparação com a magnitude da mudança no grau de crença quando levar em conta o relato da Testemunha 1. Supondo que o grau de crença inicial em X seja 0,5 (dada a coerência probabilística, o grau de crença inicial em NÃO-X também será 0,5), o aumento esperado no grau de crença e, por consequência, no valor-V, será de 0,083 no caso de ouvir a Testemunha 1 e 0,247 no caso de ouvir a Testemunha 2. Dado que $0,247 > 0,083$, comprova-se que, na média, o aumento no valor-V será maior no caso de se ouvir a Testemunha 2 do que no caso de se ouvir a Testemunha 1. Essas conclusões nos permitem formular outro teorema:

Teorema (2):

Let two different variables (for example, the testimony of two different witnesses), each with two possible values, depend probabilistically on

the true answer to the question $Q(X/-X)$, and let the likelihood ratios associated with one variable be more extreme than the likelihood ratios associated with the other. Suppose that an agent can observe the value of either variable and use Bayesian conditionalization to update her current DB vis-à-vis $Q(X/-X)$ based on this observation. If the conditions specified in Theorem (1) are met for both variables, then conditionalizing from an observation of the variable with the more extreme likelihood ratios has a greater expected increase in truth possession (V-value) than conditionalizing from an observation of the other variable (GOLDMAN, 1999, p. 122).

Nessa sessão sobre o testemunho procurou-se mostrar como Goldman pretende provar que uma prática Bayesiana aplicada com probabilidades precisas (onde as especificações técnicas são encontradas, bem como onde as probabilidades subjetivas são idênticas às probabilidades objetivas) gera um valor-V positivo e, portanto, é uma prática veristicamente meritória, ou seja, seu uso é aconselhável para casos onde o interesse relevante é a condução à verdade.

4.3.2 Argumentação

Feita a análise do testemunho, Goldman (1999) passa a analisar processos conversacionais mais complexos. Os testemunhos se concentravam na análise de questões do tipo $Q(X/-X)$ onde um fato, um relato simples de uma observação, estava em jogo. Além disso, o foco da análise estava centrado no ouvinte. Para empreender uma análise da promoção ou impedimento de verdades por parte da prática argumentativa, o foco deve se voltar para o falante.

Para iniciar a inspeção desse tipo mais refinado de prática social Goldman (1999) sugere a análise de uma argumentação monológica, um trecho de argumentação onde apenas consideraremos o falante. Depois analisa casos mais complexos, de argumentações dialógicas, onde dois ou mais falantes tomam posições contrárias acerca da verdade de uma conclusão.

A prática de argumentação monológica é análoga ao testemunho simples apresentado anteriormente. Nos dois casos o falante representa-se ou anuncia-se como um informante potencial, alguém que conhece certa proposição (argumentação, nesse caso) e deseja transmiti-la para

uma audiência. Mais que isso, o falante acredita na proposição asserida e acredita nela com uma base confiável (GOLDMAN, 1999).

Em uma argumentação monológica, a proposição acreditada é uma conclusão e o proponente dessa proposição apresenta como base confiável para a crença nessa proposição um conjunto de evidências, as premissas. Assim a posição epistêmica do falante pode ser descrita da seguinte forma: (1) he believes the asserted conclusion, (2) he believes all of the cited premises, (3) he is justified in having those beliefs, and (4) those premises lend strong support to the conclusion (GOLDMAN, 1999, p. 133). Caso o falante se apresente nessa posição epistêmica, ele será um informante genuíno e a conclusão asserida por ele é provavelmente verdadeira.

Assim como a prática de testemunho (a prática de um relato observacional), a argumentação monológica é uma atividade social que aumenta o grau de conhecimento de uma comunidade, aumenta o valor-V da comunidade. Isso ocorre uma vez que o processo de argumentação monológica, quando o falante está na posição epistêmica adequada, é confiável, ou seja, conduz à verdade. Quando uma audiência aceita as evidências apresentadas pelo falante e concorda com a conclusão asserida, espera-se um aumento no nível social de conhecimento, comprovando que a argumentação monológica é uma prática com mérito verístico (GOLDMAN, 1999).

As características da posição epistêmica do falante devem ser cumpridas para que o processo seja realmente confiável. Caso uma dessas condições não seja cumprida, o processo perde sua confiabilidade. A crença na conclusão de uma argumentação monológica que não cumpre essas condições tem como resultado mais provável uma redução de valor-V. Casos usuais de não cumprimento afetam, principalmente, as condições (1) e (2). Esses casos apresentam o comportamento de impostura por parte do falante, quando ele não acredita na conclusão ou nas premissas do argumento e, ainda assim, se apresenta como um informante potencial. Acreditar na conclusão de uma argumentação monológica que fere as condições (1)-(4) tende a diminuir o nível social de conhecimento (GOLDMAN, 1999).

Essas quatro condições não foram inventadas por Goldman, elas são regras de senso-comum (“*folk rules*”) pertinentes à conversação. Teóricos que buscam codificar essas regras implícitas do nosso comportamento conversacional identificam que esse procedimento é derivado de um esforço cooperativo da comunidade, mais

especificamente, um esforço cooperativo de compartilhamento de informações. As regras da boa argumentação são inspiradas por uma busca comum pelo aumento do grau de conhecimento (GOLDMAN, 1999).

4.3.2.1 A Audiência

As regras de conversação até aqui expostas dizem respeito, tão somente, ao falante. Mesmo em uma argumentação monológica, a audiência desempenha um papel importante. As práticas sociais não são sociais caso sejam desempenhadas em isolamento. Uma vez que a audiência é parte relevante do processo, existem algumas regras que a audiência também deve seguir para que o processo seja veristicamente positivo. A condição inicial mais fundamental que a audiência deve preencher para que o processo se mostre veristicamente positivo é não acreditar na conclusão antes da apresentação da argumentação monológica. Caso a audiência já acredite na conclusão, não existe nenhum ganho verístico. Isso quer dizer que o processo de argumentação monológica deve ser informativo: “(5) At least some members of the audience to which the argumentation is addressed do not already believe the asserted conclusion (the fewer such members believe it, the better)” (GOLDMAN, 1999, p. 136).

Uma segunda condição relativa à audiência diz respeito à crença da audiência nas premissas. Para que a conclusão seja aceita, a audiência deve acreditar ou estar preparada para acreditar nas premissas. Caso a audiência não acredite nas premissas previamente, deve acreditar nelas quando forem apresentadas pelo falante. Isso pode ocorrer devido à confiança que a audiência tenha no falante, ao menos sobre o assunto que está sendo tratado. Podemos sintetizar essa condição da seguinte forma: “(6) All the premises presented in the argument are credible to at least some members of the intended audience (the more such members, the better)” (GOLDMAN, 1999, p. 137). Essa condição não é contrária à condição (5). Mesmo que a audiência seja composta por membros que já acreditam nas premissas, o que está em jogo nessa prática social é o compartilhamento da conclusão. É perfeitamente possível que a audiência acredite nas premissas, mas não tenha inferido a conclusão.

Outro ponto importante da argumentação é sua recepção. A condição (6) nos mostra que os melhores casos de argumentação monológica são aqueles onde a audiência somente carece da ligação inferencial entre as premissas e a conclusão. Logo, uma boa

argumentação deve prover essa ligação inferencial: “(7) The premises–conclusion relationship is displayed or explained in a fashion that promotes its comprehension by the audience” (GOLDMAN, 1999, p. 138).

A condição (7) é, tão somente, o bom uso da retórica. A palavra “retórica” ganhou uma conotação negativa que significa o emprego de subterfúgios para camuflar as fraquezas de um argumento, entretanto, uma argumentação persuasiva utiliza-se da retórica de forma adequada, salientando a ligação inferencial entre premissas e conclusões objetivando uma maior compreensão por parte da audiência. Dependendo da audiência, a estratégia retórica empregada deve ser modificada. Públicos diferentes reagirão de maneira diversa à mesma estratégia retórica (GOLDMAN, 1999).

A última condição referente à audiência de uma argumentação monológica diz respeito à existência de “derrotadores” (*defeaters*). Um derrotador é uma premissa adicional acreditada pela audiência que derrota o argumento apresentado pelo falante. Goldman (1999) apresenta um exemplo de derrotador: Maria e Sara estão conversando. Maria assere que choverá hoje (conclusão) pautada na crença de que a previsão do tempo, ontem à noite, dizia que hoje choverá (premissa). Sara também conferiu a previsão do tempo ontem à noite e concorda que a premissa “A previsão do tempo ontem a noite dizia que hoje choverá” é verdadeira. Além disso, Sara também concede que o argumento é cogente. Dada a verdade da premissa, se segue a conclusão de que “Hoje choverá”. Apesar disso, Sara conferiu a previsão do tempo pela manhã e ela foi alterada dizendo que não choverá hoje. Essa premissa adicional (“A previsão do tempo pela manhã dizia que não choverá hoje”) age como um derrotador para o argumento de Maria.

O importante de se notar no exemplo citado é que uma audiência pode acreditar nas premissas apresentadas pelo falante. Mais que isso, concordar que as premissas oferecem uma forte sustentação para a conclusão, entretanto, a audiência pode racionalmente negar a conclusão caso tenha uma premissa adicional que derrote o argumento. Uma argumentação monológica só será uma prática adequada caso o argumento apresentado pelo falante não possa ser derrotado pela audiência: “(8) The audience has no defeater for the argument that the speaker endorses” (GOLDMAN, 1999, p. 139).

Com as condições (1)-(8) concluí-se a análise de uma argumentação monológica. As condições (1)-(4) mostraram

características pertinentes ao falante, enquanto as condições (5)-(8) mostraram características pertinentes à audiência. Caso alguma dessas características não seja cumprida, a prática da argumentação monológica perde força verística, ou seja, pode deixar de ser uma prática adequada para elevar o nível social de conhecimento.

4.3.2.2 A Audiência Crítica: Argumentação Dialógica

Uma argumentação dialógica se estabelece quando a audiência rompe o dever epistêmico básico de não acreditar na conclusão de um argumento aparentemente falho exposto pelo falante e empreende uma resposta crítica ao falante, manifestando qual ponto do argumento acredita ser falho. Uma argumentação crítica pode se dar de três formas: a) apresentando um derrotador; b) negando uma (ou mais) premissa(s) do argumento; ou c) indicando a fraqueza da relação inferencial entre premissas e conclusão. A argumentação crítica pode conduzir a comunidade a um nível maior de conhecimento caso impeça as pessoas de acreditar em uma conclusão que pode ser falsa, que careça de suporte adequado. Sintetizando, formamos uma nova condição:

(9) Critical argumentation may challenge or rebut a speaker's argument by either (A) presenting a defeater, (B) denying the truth of some premises, or (C) denying the strength of the premises–conclusion relationship. Such criticism or rebuttal is generally veristically beneficial, so long as it conforms with the preceding conditions, especially (1)–(4) (GOLDMAN, 1999, 140).

Entretanto, não é qualquer crítica que gera consequências verísticas positivas. Como observado pela ênfase no cumprimento das condições (1)-(4), o crítico deve estar justificado em acreditar que o argumento apresentado pelo proponente tenha problemas. Um dos principais pontos para realizar uma boa crítica é representar o argumento adversário de forma adequada. Podemos oferecer uma nova condição: “(10) Rebuttals of a speaker's argument should be accurate” (GOLDMAN, 1999, p. 141). A crítica deve ser pertinente. Não podemos, por exemplo, atacar premissas que nunca forma asseridas³¹.

³¹ O não cumprimento dessa condição acarreta em uma falácia, a falácia do do espantalho (*straw man fallacy*). Essa falácia é empregada para reconstruir o argumento do adversário de forma a fazê-lo mais vulnerável, como trocar um oponente de carne e osso por um de madeira.

Outro cuidado que um crítico deve ter ao realizar sua argumentação crítica é a escolha das refutações que vai apresentar. Em linhas gerais, pode-se dizer que: “(11) More effective rebuttals of a speaker's argument are to be chosen over less effective rebuttals” (GOLDMAN, 1999, p. 141). Infelizmente essa condição deve ser mantida nessa forma genérica. Goldman (1999) aponta que a efetividade de uma refutação depende de duas variáveis: (i) quão grave será a crítica para enfraquecer a força do argumento; e (ii) quão receptiva a audiência será à crítica. De maneira geral, existem premissas cruciais para um argumento. Espera-se que ao criticar essas premissas a efetividade da crítica seja maior, entretanto, a segunda variável insere a subjetividade da audiência na avaliação da efetividade da crítica.

A generalidade da condição (11) é explicada pela possibilidade de algumas audiências serem mais sensíveis a críticas a premissas específicas que não necessariamente são aquelas mais importantes para o argumento. Assim como ressaltado em (9), não é apenas o grau de efetividade que deve ser levado em conta. É fundamental que o crítico esteja justificado em levantar a objeção. Deve se restringir a criticar aquelas premissas cujas objeções sejam devidamente justificadas.

Até aqui a análise da argumentação dialógica se concentrou no caso onde um membro de uma audiência crítica empreende a tarefa de refutar a argumentação inicialmente oferecida (pelo primeiro falante). Entretanto, existem outras formas pelas quais uma argumentação dialógica pode se desenvolver. Uma forma alternativa é empreender uma argumentação positiva, não negativa (crítica), visando sustentar a negação da conclusão apresentada pelo primeiro falante. Esse formato de argumentação dialógica não apresenta nenhuma novidade. A argumentação positiva será desenvolvida respeitando as condições (1)-(8) (GOLDMAN, 1999).

Ainda assim, essa apresentação se limitou a esboçar o estágio inicial da argumentação dialógica, a argumentação do primeiro falante e a reação crítica. Uma característica da argumentação dialógica é a possibilidade de desenvolver uma série de críticas e refutações entre os envolvidos. Analisam-se agora as respostas que o articulador da primeira argumentação dá às críticas recebidas. Uma primeira forma de resposta é refutar a crítica. Para tanto, o proponente do argumento inicial pode refutar as críticas utilizando-se das condições (9)-(11). Entretanto, a ênfase em refutações de refutações pode ser uma postura menos adequada quando estamos preocupados com a capacidade verística do

processo de argumentação dialógica. Em muitas das situações cotidianas de argumentação dialógica é comum que o falante faça a retratação de parte ou de todo argumento até então endossado. A atitude de se retratar pode ser veristicamente valiosa (GOLDMAN, 1999).

Em geral, a retratação afeta as condições (1)-(4). Após ouvir as críticas, um falante pode (a) deixar de acreditar em sua conclusão original; (b) pode deixar de acreditar em uma das premissas; ou (c) pode não mais acreditar ou estar justificado na força da relação inferencial entre premissas e conclusão. Quando uma dessas alterações se dá, é apropriado, do ponto de vista verístico, que o falante faça a retratação pública daquilo que ele mesmo não está mais em condições de endossar (GOLDMAN, 1999).

A retratação deve seguir uma condição: “(12) When a proponent's credal or epistemic situation changes as a result of criticisms of his argument, he ought to offer a public retraction of his earlier claims (especially when there is a listening audience)” (GOLDMAN, 1999, p. 143). Dado que o interesse da Epistemologia Social é analisar o impacto das práticas no nível social de conhecimento, a argumentação dialógica tem resultado verístico potencializado quando existe uma audiência. Quando a argumentação dialógica se torna complexa, com um conjunto grande de afirmações, críticas, refutações por ambas as partes, fica complicado para a audiência acompanhar todo esse conjunto de afirmações. As atitudes de retratação por parte dos falantes auxilia o processo de revisão de crenças da audiência. Caso todas as condições sejam cumpridas, tem-se a expectativa de que o resultado verístico seja positivo (GOLDMAN, 1999).

Nem sempre as críticas surtem efeito. Algumas críticas não têm força suficiente para abalar a crença (e/ou a justificação) de um proponente acerca de seu argumento. Para responder às críticas, o proponente deve seguir uma condição semelhante a (11):

(13) In selecting responses to critics, a justifiably undissuaded proponent should weigh both the perceived seriousness of the criticisms by the audience and the audience's comparative receptivity to the potential responses available to him (GOLDMAN, 1999, p. 143).

Assim como em (11), as variáveis subjetivas, relativas à audiência tornam a condição (13) excessivamente genérica. Dado que uma argumentação dialógica não oferece espaço para a apresentação

refinada do argumento das posições, é imprescindível que os falantes selecionem aquelas partes da argumentação que são mais decisivas para convencer a audiência. Caso os falantes da argumentação dialógica sigam as condições até aqui apresentadas, espera-se que o resultado verístico dessa prática seja positivo.

A última condição da argumentação dialógica exposta por Goldman é:

(14) When there are existing or foreseeable criticisms of one's main argument, a speaker should embed that argument in an extended argumentative discourse that contains replies to as many of these (important) criticisms as is feasible (GOLDMAN, 1999, p. 144).

Essa condição elimina muitas restrições existentes até então. Ao seguir, tão somente, as condições (1)-(13) a argumentação se limitaria a um argumento com apenas uma conclusão. A disputa de argumentos isolados é rara. É comum que as argumentações dialógicas se desenvolvam em discursos argumentativos estendidos que compreendem argumentos subsidiários ao argumento principal. Através dessa estratégia de exposição, um proponente pode articular melhor sua defesa, em especial perante objeções já previstas. Ao adotar a condição (14) observa-se um impacto no resultado verístico do processo de argumentação dialógica, em especial pela facilitação de acompanhamento da discussão por parte da audiência. Ao invés de apresentar um conjunto de argumentos independentes, essa estratégia oferece uma linha argumentativa em um único discurso, articulando todo o conjunto de argumentos relevantes para a questão em disputa (GOLDMAN, 1999).

4.4 OUTROS CONCEITOS RELEVANTES PARA A EPISTEMOLOGIA SOCIAL

Na sessão precedente analisaram-se as duas principais práticas sociais relativas ao conhecimento: o testemunho e a argumentação dialógica. Essas duas práticas nos possibilitam realizar a análise de práticas sociais mais complexas. Entretanto, outros conceitos relevantes

auxiliam o processo de avaliação de práticas sociais direcionadas para a obtenção de conhecimento.

4.4.1 Princípio da Verdade-na-Evidência (*truth-in-evidence principle*)

Um pressuposto teórico muito aceito diz respeito aos benefícios de debates vigorosos. Goldman (1999) ratifica essa intuição defendendo a utilização de derrotadores como forma de potencializar a crítica. Anteriormente utilizamos a discussão entre Maria e Sara acerca do tempo para exemplificar o uso de derrotadores. Uma maneira mais formal de estabelecer seu uso pode ser apresentada da seguinte forma: um proponente apresenta um argumento cuja conclusão é C e suas premissas evidenciais são R1-Rn.

Argumento genérico do Proponente:

R1

R2

R3

...

Rn

Provavelmente,

C

Um oponente desse argumento pode até conceder que as premissas, de fato, tornam C provável. Entretanto, ao introduzir uma nova premissa, D, a conjunção de R1-Rn com D torna não-C provável:

Argumento genérico de um Crítico ao argumento do Proponente:

R1

R2

R3

...

Rn

D

Provavelmente,

Não-C

Esse modelo de argumento crítico é elogiado por Goldman por apelar para uma modalidade de princípio da evidência total. Esse princípio pertence ao campo da filosofia da ciência e diz respeito à racionalidade. Especificamente, ele defende que o grau de crença em uma proposição

deve levar em conta o total de evidências disponíveis para o sujeito. O princípio diz que é irracional utilizar somente uma parte das evidências disponíveis. Goldman se inspira no princípio da evidência total para sugerir o princípio da verdade-na-evidência (PVE): “A larger body of evidence is generally a better indicator of the truth-value of a hypothesis than a smaller, contained body of evidence, as long as all the evidence propositions are true and what they indicate is correctly interpreted” (GOLDMAN, 1999. P. 146).

(PVE) confere suporte para uma argumentação crítica que se utiliza de derrotadores uma vez que sugere um postulado metodológico onde a hipótese verdadeira é aquela sustentada pelo corpo evidencial maior. Esse postulado metodológico diz que existem mais casos de hipóteses verdadeiras sustentadas pelo corpo evidencial maior do que hipóteses verdadeiras sustentadas pelo corpo evidencial menor. A relação direta com a argumentação crítica que utiliza derrotadores se estabelece, uma vez que (PVE) implica que casos onde há uma adição de evidências (como a adição de D, no argumento crítico) há uma probabilidade maior de que a conclusão seja verdadeira. Uma vez que o argumento do crítico possui a evidência adicional D, portanto apresenta um corpo evidencial maior que aquela oferecida pelo proponente, a probabilidade de que a conclusão não-C do crítico seja verdadeira é maior que a probabilidade de que a conclusão C seja verdadeira. Essa análise de (PVE) é semelhante ao Teorema (1) que também assevera a tendência de evidências adicionais nos direcionar para a verdade, ao menos na média (GOLDMAN, 1999).

4.4.2 Argumentação e Falácias de Autoridade e *Ad Hominem*

A teoria da argumentação confere grande atenção às falácias. Falácias são estratégias argumentativas ilegítimas ou inapropriadas. Para a Epistemologia Social a identificação de falácias é importante uma vez que sua presença tende a diminuir o impacto verístico da prática argumentativa. Padrões de argumentação falaciosos não são confiáveis, suas premissas não garantem a verdade da conclusão. Entretanto, nem todas as falácias são genuinamente falaciosas (GOLDMAN,1999). Precisamos inspecionar algumas delas para identificar quais suspeitas elas levantam e explicar porque sua má reputação é, em alguns casos, um equívoco.

A falácia mais relevante para a Epistemologia Social é o *argumentum ad verecundiam*: o apelo à autoridade. Uma formulação adequada de um argumento que se utiliza dessa estratégia segue a seguinte forma:

Apelo à autoridade não falacioso:

X é uma autoridade confiável a respeito de P.

X assere P.

Portanto, P.

O problema nessa argumentação só existe em casos onde o falante não acredita ou não está justificado na primeira premissa (“X é uma autoridade confiável a respeito de P”). Entretanto, esse comportamento é uma violação às condições (2) e (3) da prática de boa argumentação, analisada nas sessões anteriores. A violação a essas condições afeta a confiabilidade da prática argumentativa e torna a conclusão provavelmente falsa. Uma estratégia de apelo à autoridade adequadamente efetuada é um caso de boa argumentação. Pode-se refinar o apelo à autoridade da seguinte forma:

Apelo à autoridade não falacioso refinado:

A maior parte das declarações de um sujeito X a respeito de um assunto A é verdadeira.

P é uma declaração feita por X a respeito do assunto A.

Portanto, P é verdadeira.

Com pequenas alterações podemos fazer um bom argumento um pouco diferente:

Argumento ad hominem:

A maior parte das declarações de um sujeito X a respeito de um assunto A é falsa.

P é uma declaração feita por X a respeito do assunto A.

Portanto, P é falsa.

Essa versão negativa do apelo à autoridade pode ser interpretado como uma outra falácia: *argumentum ad hominem*. Em uma falácia *ad hominem* a estratégia argumentativa se dirige no ataque ao oponente, ao invés de atacar o argumento que o oponente mobiliza. Goldman (1999) elenca três variedades de argumentos *ad hominem*: (a) abusivo, onde se ataca o indivíduo que defende um argumento taxando-o de estúpido ou não confiável; (b) circunstancial, onde se busca expor que a defesa do

argumento por parte do oponente se dá motivada por interesse; e (c) *tu quoque*, onde se aponta uma inconsistência ou discrepância do adversário quando se analisa o argumento atualmente defendido e outras posições defendidas em outros momentos.

Nos casos onde a mobilização do argumento *ad hominem* é realizada sem conhecimento apropriado da situação do oponente, devemos taxar a estratégia como falaciosa. Entretanto, quando se consegue levantar evidências de que o oponente não é competente para tratar da questão ou que ele poderia se beneficiar da verdade do argumento que defende, essa crítica pode ser relevante para que tenhamos um cuidado maior em considerar aquilo que ele nos fala. Passamos a ele o ônus da prova, temos razões *prima facie* para desconsiderar o argumento por ele proposto.

Por fim, Goldman (1999) ataca o pressuposto de que devemos sempre prestar atenção, tão somente, no argumento e não no argumentador. Algumas pessoas são mais eloquentes e conduzem melhor o conjunto de estratégias argumentativas. A forma como um argumentador expõe o argumento deve ser levada em conta na nossa decisão de acreditar ou não na conclusão proposta. Argumentadores brilhantes podem nos conduzir a acreditar em P com a mesma destreza que nos conduziriam a acreditar em não-P. Levar em conta características do argumentador é tão relevante quanto a análise do argumento. Devemos levar em conta o histórico que possuímos em relação ao argumentador quando estamos decidindo no que acreditar. Além do argumento, alguns fatores externos são relevantes, inclusive aqueles que dizem respeito ao argumentador. Desta forma, o pressuposto que nos motiva a negar uma falácia *ad hominem* parece ser falho. Obviamente isso não quer dizer que não existam casos de falácia *ad hominem*, apenas faz-se o alerta de que nem todo apelo *ad hominem* é incorreto ou inapropriado.

5. CONCLUSÃO: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS

O trabalho até aqui se concentrou em três pontos: a) uma breve introdução histórica das tradições teóricas que abordam a dimensão social do conhecimento; b) uma descrição da proposta de Epistemologia Social defendida por Steve Fuller; e c) uma descrição da proposta de Epistemologia Social defendida por Alvin Goldman. Desde a introdução histórica, tentou-se distanciar os trabalhos de Fuller e Goldman. Ao expor essas duas propostas de Epistemologia Social para o estudo da dimensão social do conhecimento destacam-se duas características destoantes: (1) o conceito de conhecimento utilizado e (2) o escopo de aplicação da proposta oferecida.

5.1 O CONCEITO DE CONHECIMENTO

Quanto à diferença na noção de conhecimento mobilizada, grande parte do capítulo acerca do histórico das tradições teóricas que abordam a dimensão social do conhecimento já tratava dessa questão. Observou-se que as tradições teóricas que motivam os projetos específicos de Epistemologia Social dos dois autores analisados tratam o termo “conhecimento” de modo diferente. Uma prévia do que esses dois autores consideram como conhecimento já foi dada na descrição de suas obras. Para Fuller a noção de conhecimento que devemos empregar é aquela “circunstância normal” que pode ser universalizada, histórica e culturalmente; uma espécie de “fato bruto” sobre a natureza das nossas capacidades cognitivas. Para Goldman conhecimento é crença verdadeira. Exploraremos com mais atenção o que os autores dizem sobre o termo.

Fuller (2002) reconhece que essa divergência conceitual é relevante para demarcar os dois tipos de trabalhos que reivindicam o nome de “epistemologia social”. O autor aponta que a origem do termo “epistemologia social” está na edição especial do periódico *Synthese* de 1987, edição esta da qual participou e de onde surgiu a ideia de publicar sua obra e lançar um periódico com esse nome, tarefas empreendidas no ano de 1988. Fuller reconhece ainda que a edição especial do periódico *Synthese* era constituída em sua maioria por filósofos anglo-americanos treinados na tradição analítica, filósofos que abordam a Epistemologia Primária ou Teoria do Conhecimento. Fuller caracteriza essa tradição

por sua conexão com o paradigma cartesiano onde o indivíduo é o objeto de análise privilegiado.

Fuller argumenta que o uso do termo “conhecimento” em língua inglesa (“*knowledge*” e “*know*”) abre espaço para imprecisões. Para ele as línguas francesas e germânicas possuem outras palavras que elucidam essa confusão conceitual. Nessas línguas temos dois conjuntos de palavras distintos para tratar de dimensões diferentes do conhecimento. O primeiro conjunto comporta os termos “*connaissance*” e “*Erkenntnis*”. Nesse conjunto existe implícita uma referência a um estado mental, essas palavras significam algo similar à palavra “cognição” (“*cognition*”). O segundo conjunto comporta os termos “*savoir*” e “*Wissenschaft*”. Nesse outro conjunto está implícita uma noção de controle sobre algo fora da mente e não implica qualquer estado mental particular, esse tipo de conhecimento pode estar em livros, por exemplo. Esse conjunto se assemelha à palavra “ciência” (“*science*”). Fuller busca mostrar que não existe espaço para um campo independente da epistemologia, ao menos na tradição continental da filosofia (particularmente as tradições francesas e alemãs). Nessa tradição, a epistemologia é uma parte da filosofia da mente (*connaissance/Erkenntnis*) ou da filosofia da ciência (*savoir/Wissenschaft*).

Justamente essa inexistência de um campo independente da epistemologia é que faz Fuller se distanciar do projeto de epistemologia propugnado pela tradição analítica. Para Fuller (2002) a ênfase em uma epistemologia verística (orientada para a verdade), como aquela oferecida por Goldman, faz com que os projetos em epistemologia social comportarem-se como os modelos neoclássicos da economia, excessivamente especializados, concentrando-se em análises de oferta e demanda para definir preço, produção e distribuição. O que Fuller quer destacar é a ausência da influência política, moral, dentre outras esferas da realidade social nessa análise. Uma epistemologia social excessivamente especializada resulta em projetos com traços sincréticos, onde as componentes filosóficas e sociológicas não estão harmonicamente integradas.

Fuller (2002) também critica a ênfase confiabilista dos projetos analíticos de epistemologia social. Para ele o confiabilismo apresenta dois problemas. O primeiro problema é a inability de adequar a confiabilidade com a “*deriva epistêmica*” (“*epistemic drift*”). A deriva epistêmica é a tendência de mudança nos critérios epistêmicos, em especial, por conta de conflitos entre a fronteira da ciência (o avanço

científico) e a implementação do conhecimento para fins socialmente desejáveis. O principal problema que Fuller aponta é a possibilidade da confiabilidade se tornar um critério de validação. O receio é de que a confiabilidade possa validar qualquer caminho que queremos seguir ao se fechar na avaliação de um modelo ideal de busca da realidade, modelo ideal esse proposto pelo defensor do confiabilismo.

O outro problema do confiabilismo é derivado do primeiro. Dada a “deriva epistêmica”, fica difícil precisar o que é a confiabilidade. Fuller concorda que a introdução de definições baseadas em probabilidade (como a Teoria Bayesiana utilizada por Goldman) tem contribuído para compreender melhor o que confiabilidade realmente significa. Entretanto, ainda não existem modos de aplicar essas definições em casos reais para determinar o histórico das práticas analisadas. Fuller argumenta que os confiabilistas ainda não conseguiram desenvolver instituições apropriadas que consigam aferir a confiabilidade de uma afirmação de conhecimento, resultando em um projeto impraticável.

5.1.1 Seis críticas ao projeto clássico em epistemologia

Goldman produziu suas obras em Epistemologia Social depois do emprego do termo por Fuller no fim da década de 1980. Além disso, a década de 1980 foi muito popular para abordagens alternativas que tratam da esfera do conhecimento. Goldman (1999) identifica essas “abordagens não-verísticas” nos projetos do construtivismo social, do pós-modernismo, do pragmatismo, dos estudos de cultura e dos estudos críticos do direito. Goldman argumenta que esses projetos transcendem o escopo da epistemologia, conferem ênfase a outras variáveis. Essas abordagens não parecem estar trabalhando com a noção de conhecimento da mesma forma que a epistemologia primária. O conceito de crença tem grande importância para esses teóricos, mas alguns deles parecem tentar equiparar esse conceito ao conceito de verdade. Goldman (1999, p. 7) utiliza Steven Shapin como exemplo de teóricos que realizam esse movimento:

In the first chapter Shapin takes issue with “a special community of language-users called ‘academic philosophers’” who want to mark a distinction between what is true and what is

merely taken to be so (1994: 3). He calls this a “restrictive” notion of truth, and pleads for a more “liberal” sensibility in which truth is simply accepted belief (1994: 4).

Goldman argumenta que os conceitos “crença” e “verdade” são diferentes. Além disso, já temos essas definições bem demarcadas. Porque devemos equiparar “crença verdadeira” a “crença aceita” se elas representam conceitos diferentes? Trocar esses conceitos parece trazer consequências muito desastrosas, em especial para a lógica. Goldman ressalva que Shapin afirma não argumentar contra a legitimidade do conceito restrito de verdade e, portanto, não seria contrário à abordagem verística. Entretanto, existem outros teóricos que pretendem reformar a epistemologia por esse caminho e Goldman (1999) tenta responder a esse grupo. Para tanto, apresenta seis críticas sustentadas pelos teóricos reformistas e argumenta contra elas:

Crítica: (1)

There is no such thing as transcendent truth. What we call “true” is simply what we agree with. So-called truths or facts are merely negotiated beliefs, the products of social construction and fabrication, not ‘objective’ or ‘external’ features of the world (GOLDMAN, 1999, p. 10).

Resposta: (1.a) crenças verdadeiras não podem ser igualadas a crenças consensuais. Logo, o fato de haver negociação em torno de uma crença não a torna verdadeira; (1.b) construtivistas não conseguem explicar suas reivindicações acerca da não existência de elementos externos que não estejam envolvidos em uma interação humana. Logo, a noção de “fabricação” como a construção de um mito, sem qualquer relação com características “objetivas” ou “externas” do mundo não se sustenta. É difícil conceder uma alternativa a nossa metafísica de senso comum e esses teóricos não nos mostram nenhuma boa razão para abandonarmos essa postura.

Crítica: (2) “Knowledge, reality, and truth are the products of language. There is no language independent reality that can make our thoughts true or false” (GOLDMAN, 1999, p. 10).

Resposta: (2.a) a noção inflada de linguagem como central em tudo parece estar equivocada. Claramente a linguagem não deve interferir nas noções de realidade e verdade, ao menos quando adotamos um ponto de vista realista, isto é, aquele que se compromete com a

existência de alguma coisa fora da nossa mente. Quanto ao conhecimento e ao pensamento, encontramos exemplos que distanciam essas faculdades da linguagem (como recém-nascidos capazes de fazer adição e subtração ou a capacidade deles de aprender a primeira língua); (2.b) quanto aos limites de intervenção na realidade, não parece ser adequado dizer que diferentes jogos de linguagem criam “mundos” diferentes, apenas fazem descrições diferentes que podem ou não se adequar ao mundo real. Assim como descrições são candidatas a se adequar a realidade, crenças podem ser verdadeiras ou falsas, são candidatas a verdade.

Crítica: (3) “If there were any transcendent or objective truths, they would be inaccessible and unknowable by human beings, hence unavailable for any practical epistemological purposes” (GOLDMAN, 1999, p. 10).

Resposta: (3) fatos, verdades transcendentais ou objetivas parecem não estar fora do alcance dos seres humanos pelo simples fato de não dependerem de crenças, linguagem ou qualquer outra característica humana. Ainda que sejam muito difíceis de serem confirmados, casos de acesso à verdade não parecem itens tão raros de nossa realidade. Esse ceticismo parece exagerado.

Crítica: (4) There are no privileged epistemic positions, and no certain foundations for beliefs. All claims are judged by conventions or language games, which have no deeper grounding. There are no neutral, transcultural standards for settling disagreements (GOLDMAN, 1999, p. 10).

Resposta: (4.a) Essa crítica ataca a história da epistemologia primária, o já abandonado projeto cartesiano de fundacionalismo infalibilista. Os epistemólogos já criaram alternativas a esse projeto, tais como o fundacionalismo falibilista, o coerentismo e o confiabilismo; (4.b) Goldman (1999) acredita que os críticos que adotam esse argumento sobrevalorizam a importância do acordo interpessoal. Eles acreditam que para obter justificação, faz-se necessário o acordo, onde o acordo não existe a racionalidade está comprometida. Para Goldman a verdade é uma meta boa o suficiente para derivar fundamentos. A busca pela verdade parece ser uma característica geral dos seres humanos, podendo ser encontrada nos mais diversos estudos antropológicos e

linguísticos, adotando-se os mais diversos métodos. Além disso, ainda que o conceito de verdade figura como peça central para qualquer avaliação genuinamente epistêmica ou intelectual, ele não é uma característica absoluta, nem sempre a verdade é a variável que importa em uma questão. Dependendo do que estiver em jogo características morais, políticas, psicológicas etc. podem tomar primazia na análise.

Crítica: (5) “Appeals to truth are merely instruments of domination or repression, which should be replaced by practices with progressive social value” (GOLDMAN, 1999, p. 10).

Resposta: (5.a) Goldman (1999) não nega que algumas reivindicações de verdades causam danos. De fato existem movimentos de justificação científica que são utilizados como instrumentos de dominação política e social. Entretanto, daí não se segue que devemos abandonar qualquer noção de verdade ou que devemos adotar a generalização de que toda verdade acarreta em dominação. Goldman também observa que muitas das teorias usadas para exercer dominação são falsas, imprecisas ou fraudulentas e a forma de corrigi-las é buscando a verdade. Até mesmo os defensores dessa crítica dependem da reivindicação de verdade. Eles buscam mostrar que suas críticas são verdadeiras e mobilizam indícios para sustentar sua reivindicação que, quando bem sucedida, não se caracteriza como um instrumento de dominação; (5.b) Goldman argumenta ainda que existem declarações de verdade que claramente não são instrumentos de dominação, como: “Há um coitado atrás do arbusto” e “Sua amiga Molly ligou esta tarde”. Tendo em vista que nem todas as declarações de verdade devem ser proibidas, justifica-se o desenvolvimento de uma epistemologia orientada para a verdade; (5.c) Por fim, Goldman mostra que o conhecimento, por si, não é uma fonte de opressão ou dominação. O que é feito com o conhecimento, a ação de oprimir e dominar, não está dado a partir do valor de verdade de uma proposição. A eugenia, por exemplo, parece poder ser sustentada cientificamente, mas, ainda assim, não parece praticável moralmente.

Crítica: (6) “Truth cannot be attained because all putatively truth-oriented practices are corrupted and biased by politics or self-serving interests” (GOLDMAN, 1999, p. 10).

Resposta: (6.a) Goldman (1999) destaca que os debates recentes em epistemologia têm mostrado a forma involuntária do processo de formação de crença. Você pode ter controle sobre aquilo que expressa acerca das suas crenças, pode distorcê-las, mas deixar de acreditar nas crenças que produz não parece ser razoável. O autor dá um exemplo:

suponha que você leia o *New York Times* reportando que seu candidato político foi derrotado. Você não pode simplesmente deixar de formar essa crença por conta de seus interesses pessoais. (6.b) Goldman também fornece exemplos onde os nossos interesses são guias para a busca de verdades e isso não é um problema, como no caso de alguém que sofre um acidente e precisa buscar uma emergência médica; (6.c) Por fim, concedendo que as variáveis subjetivas possam interferir de maneira mais substancial em questões da área política, Goldman assevera que a epistemologia pretende agir em todos os campos e generalizar uma característica específica de uma área não é uma crítica forte o suficiente contra o trabalho da epistemologia. Os defensores dessa crítica geralmente apontam casos na história onde a política influenciou a ciência. Goldman cita o caso dos desenvolvimentos em eugenia. As influências políticas estavam no início da teoria, mas seus desenvolvimentos foram importantes para o avanço de uma série de métodos estatísticos que nem são utilizados em estudos sobre hereditariedade. Parece pouco razoável atribuir a validade e aceitação desses métodos por conta da inclinação política ou pelos interesses de seus criadores.

* * *

A defesa de Goldman (1999) explicita a existência de dois projetos diferentes tentando ocupar um mesmo lugar, mais precisamente, um mesmo nome. De forma geral, as críticas apresentadas na sessão anterior se direcionam ao projeto de epistemologia primária. Os teóricos que as defendem acreditam que a epistemologia primária não tem razão de existir, uma vez que seus pressupostos teóricos são tão distantes que os resultados a que chegam são impraticáveis.

Quanto à impraticabilidade de uma teoria muito delimitada, como a proposta pela epistemologia primária, já se destacou que os benefícios dessa modalidade de teoria se concentram na clareza conceitual. Ainda que seja muito difícil encontrar casos onde a aplicação se dê da forma proposta pela teoria, a teoria tem como função inspecionar minuciosamente o que os conceitos mais relevantes para esse trabalho delimitado significam. Por exemplo, a epistemologia primária nos elucidada sobre as diferenças nos termos “conhecimento”, “crença verdadeira”, “crença aceita”, “crença justificada”, etc. diferenças essas

que podem passar despercebidas por teóricos orientados para a aplicação desses conceitos.

Caso essa divisão de trabalhos seja realmente da forma como Goldman destaca, conclui-se que os dois projetos de Epistemologia Social aqui apresentados não são necessariamente antagônicos. Um projeto se concentra nas formas de aplicação que as teorias pertinentes à dimensão social do conhecimento podem ter, enfatizando características sociais e, particularmente, variáveis políticas do processo de produção de conhecimento. O outro projeto se concentra na avaliação conceitual dessas teorias, refinando termos específicos, selecionando prioritariamente a esfera epistêmica, no caso de Goldman com uma abordagem orientada para a verdade.

5.2 ESCOPOS DE APLICAÇÃO

O escopo de aplicação propugnado pelas propostas também tem origem na tradição teórica a qual os autores se filiam. Goldman está vinculado ao trabalho de Epistemologia Primária (Teoria do Conhecimento) onde o foco se concentra na clarificação conceitual do termo “conhecimento” e, portanto, os casos analisados são simples e passíveis de generalização a qualquer reivindicação de conhecimento. Por outro lado, Fuller é fortemente influenciado pela Sociologia do Conhecimento e teve formação em Filosofia da Ciência. Essa trajetória faz com que a preocupação de Fuller se concentre em casos de conhecimento dentro do campo científico. Fuller busca desenvolver um trabalho que tem como pressuposto teórico a equivalência do termo “conhecimento” com o termo “conhecimento científico”, uma abordagem próxima da tradição continental onde o termo “conhecimento” carrega as noções de “*savoir*” no francês e “*Wissenschaft*” no alemão (FULLER, 2002).

As diferentes interpretações sobre o conceito “conhecimento” fazem com que o escopo de aplicação sugerido pelos diferentes projetos de Epistemologia Social propostos por esses autores não seja equivalente. Isso é importante, uma vez que a diferença no escopo de aplicação acarreta uma seleção diferente de questões relevantes para o tratamento da dimensão social do conhecimento em cada um dos projetos. Como visto, o esforço de Goldman é dirigido para as estruturas e práticas mais básicas da dimensão social do conhecimento, enquanto Fuller enfatiza os problemas que um gerenciador do processo de produção do conhecimento enfrentaria, em especial os problemas de

linguagem que se estabelecem quando se encontra disputas teóricas no campo científico, sejam elas efetivas ou criadas (embates teóricos que realmente existem ou existiram ou a criação de embates teóricos fictícios entre teorias rivais cujos defensores não tomaram conhecimento de seus opositores, por razões espaciais ou temporais).

Apesar de todas essas diferenças, em última instância, ambos os autores se concentram na análise de práticas inspiradas por um mesmo objetivo: o compartilhamento de informações. O que está em jogo nas duas propostas de Epistemologia Social em análise é a inspeção de formas adequadas de realizar, interpretar e utilizar a comunicação. Ambos os autores objetivam tornar suas teorias normativamente efetivas. Buscam mostrar como a análise minuciosa das práticas sociais podem nos ajudar a desempenhar de forma mais adequada o compartilhamento de informações. Fuller destaca que os modelos normativos propostos também definem o modelo de investigação que o teórico desenvolve.

Fuller (2002) asseve que, grosseiramente, existem dois modelos de investigação: o geométrico e o dialético. No modelo geométrico a dimensão normativa é moldada através de uma investigação “pura” ou “básica”. A partir das normas assim estabelecidas o teórico procede à construção da dimensão empírica ao aplicar ou deduzir as normas a objetos ou conceitos. No modelo dialético, a relação entre os domínios normativo e empírico é conflituosa e não hierárquica. A dimensão normativa funciona como um ideal ou objetivo e a dimensão empírica estabelece as restrições na realização desse ideal ou objetivo. Com essa distinção em mente, Fuller caracteriza seu projeto como dialético e o projeto de Goldman como geométrico:

Geometrical: The basic concepts and principles of social epistemology are developed and justified in a “pure” philosophical setting, that is, by a combination of intuition, logic, and some stylized examples that acquire rhetorical force from their basis in empirical settings, but which function philosophically as paradigm cases for a very broad class of phenomena. In this context, “applied” social epistemology is the art of finding or imposing the salient concepts and principles in concrete cases. Aspects of the cases that escape

these strictures are treated as inconsequential or subject to ad hoc explanation.

Dialectical: The basic concepts and principles of social epistemology are developed and justified in the actual context of knowledge production that concern the social epistemologist. Thus, one starts in *media res*, treating current knowledge production practices as empirical constraints on the possible directions that future knowledge production can take. There is no clear distinction here between pure and applied because it is not presumed that knowledge has an essence that can be accessed independently of recognized cases of knowledge. Instead, the relevant questions are whether we wish the future to continue certain tendencies of the past and, if so, which ones. The answers to these questions are to be found by deciding what we want (a political issue centering on the definition of “we”) and evaluating the consequences of those practices accordingly (FULLER, 2002, p. xvi).

A ênfase do projeto normativo dialético em Epistemologia Social se concentra no tempo presente³². A preocupação se dá com os casos de conhecimento atuais e, de forma mais específica, casos de conhecimento pertinentes para a comunidade em avaliação. Essa é a principal característica de diferenciação dessa abordagem em comparação com o projeto geométrico. Os projetos geométricos são preocupados com as questões mais elementares. Visam definir da melhor forma possível o

³² Essa é uma característica marcante das propostas inspiradas pelos trabalhos da Sociologia do Conhecimento. A ênfase empírica credita foco exclusivo às práticas atuais de justificação, formação de crenças etc. Abordagens de reforma da Teoria do Conhecimento que adotam essa diretriz, como a elaborada por Kusch (2002), permitem a derivação de que seus defensores acreditam que já chegamos às práticas epistêmicas mais refinadas possíveis. Sugerir que o trabalho epistêmico deve se limitar ao uso corrente da linguagem epistêmica (por parte de qualquer conjunto de indivíduos) é uma crença muito inocente acerca do padrão epistêmico cotidiano. Parece pouco provável que tenhamos alcançado um nível de excelência nessa questão. Também não parece dispensável o trabalho técnico dos epistemólogos, de refinar os conceitos, visto que, por mais abstratos e irrealistas que pareçam essas propostas, nada impede que elas possam ser cumpridas no futuro. A natureza volátil e dinâmica das instituições sociais, tão ressaltada por esses teóricos, resguarda a importância do debate crítico. E nada melhor que elejamos um conjunto de especialistas para tratar da questão em alto nível. A implausibilidade de que tenhamos atingido a perfeição das práticas epistêmicas reforça a noção de divisão de trabalho no campo. Uma parte do trabalho se dá na análise de casos reais e outra parte se dá na especulação para o refinamento de nossas práticas.

seu objeto de estudo, concentram-se no trabalho de elucidação conceitual, onde buscam um conceito generalizável, ou seja, aplicável a qualquer caso de conhecimento. Essa abordagem pode ser interpretada como aquela que busca as essências (partes elementares), realiza um tipo de filosofia “pura”, altamente abstrata, que objetiva identificar as características comuns para todos os casos relevantes. Como a ênfase se dá nessas regularidades, esse tipo de teorização não é capaz de fornecer os resultados esperados pelos proponentes de uma abordagem dialética.

Na abordagem dialética a preocupação é centrada em um caso muito específico (caso atual). As regularidades da teoria geométrica devem estar presentes, para atestar que aquilo que estamos discutindo é, de fato, um caso de conhecimento, mas o interesse nos conduz a levar em conta uma série de outros elementos secundários que serão relevantes para os fins da abordagem dialética. No caso de Fuller, o fim que nos instiga a empreender a análise, nosso interesse, é a escolha de uma política adequada para o gerenciamento do processo de produção de conhecimento. Como estamos lidando com casos de conhecimento, fatores epistêmicos estarão envolvidos. Esses fatores serão observados à luz dos ditames de uma teoria normativa de tipo geométrico. Entretanto, nossa decisão final, nossa tomada de decisão, o fim ao qual nos propomos a empreender um estudo da dimensão social do conhecimento, deverá ser realizada com base em um ponderamento dessas variáveis com outras variáveis, que fogem ao escopo do trabalho normativo de estilo geométrico em epistemologia. Os projetos geométricos se preocupam em tomar a esfera epistêmica isoladamente³³, enquanto um projeto dialético aumentaria o escopo de elementos em análise, deixando de ser uma teoria puramente epistêmica. Isso corrobora com nossa conclusão de que os projetos são diferentes e não são, necessariamente, antagônicos.

³³ Essa distinção se permite exagerar por conta dos benefícios didáticos. Grosso modo, levando em conta tão somente as obras aqui analisadas a distinção se mantém nesses termos, entretanto, acompanhando de forma mais refinada os avanços nas teorias pertinentes à Epistemologia Social observa-se que a dimensão social não é tratada de maneira isolada. Muitas das contribuições recentes ao debate enfatizam variáveis práticas como relevantes para o estudo do conhecimento (com ou sem a influência da esfera social). Em meio ao emprego teórico de considerações práticas, a análise de temas da Teoria da Ação tem gerado grandes discussões para o campo da epistemologia.

5.2.1 A Comunicação: um aspecto básico para uma teoria sobre a dimensão social do conhecimento

A vertente da Epistemologia Social inspirada pela epistemologia primária surgiu com a discussão dos casos de testemunho. A vertente da Epistemologia Social derivada da Sociologia do Conhecimento teve como base o estudo da relevância de aspectos sociais ao longo do empreendimento científico. Uma característica comum abordada pelas duas propostas é a avaliação de modos de comunicação. A comunicação é a ferramenta usual de conexão entre o conhecimento e a esfera social. De forma mais precisa, a comunicação é o meio usual com que um indivíduo estabelece uma relação direta de uma crença por ele sustentada com outro(s) indivíduo(s).

O refinamento teórico de uma prática tão usual como a comunicação mostra o grau de complexidade dessa atividade. Goldman apontou que é preciso tomar uma série de cuidados, seguir uma série de condições para ser um informante potencial. Além disso, todo o desenvolvimento de uma análise do testemunho com uma abordagem bayesiana ofereceu razões para que os ouvintes de um testemunho também sigam algumas regras para utilizar essa fonte de informações de forma veristicamente positiva.

Fuller também destaca os problemas da comunicação. Para tanto reelabora o conceito kuhniiano de incomensurabilidade no sentido de alertar os gerenciadores do processo de produção de conhecimento das dificuldades na comunicação. O campo científico também sofre com problemas de comunicação, entretanto não são os mesmos problemas enfrentados por casos muito simples como aqueles apresentados por Goldman como a possibilidade de impostura, por exemplo. Um ato de impostura acarreta custos muito maiores para um cientista falando dos assuntos de sua competência quando comparado com um caso genérico qualquer, como duas pessoas comentando a previsão do tempo. Logo, ainda que seja um problema básico de comunicação e passível de ocorrer no diálogo científico, não é um assunto central na obra de Fuller.

O problema central que Fuller identifica no processo de comunicação é diferente dos problemas destacados por Goldman. Em Goldman as análises das práticas sociais relativas ao conhecimento se dirigem a casos muito básicos, restritos a problemas simples de inspeção do valor de verdade de uma proposição, como por exemplo, a ocorrência ou não de um fato. Já em Fuller, a preocupação se dirige a problemas de

comunicação de conjuntos de proposições complexos, abstratos, características próprias dos recursos linguísticos mobilizados na produção textual das teorias científicas.

A esfera da linguagem é um dos tópicos centrais da tradição teórica de Fuller. A visão “naturalizada” que o autor pretende dar a todas as partes de sua proposta implica na redução até mesmo da metafísica à epistemologia. Dados os limites de percepção dos seres humanos, a questão chave se volta para a relação entre linguagem e referência. A representação é a tarefa a ser avaliada. Os cientistas elaboram diferentes representações do mundo e precisamos identificar quais são as melhores. Desloca-se a ênfase do objeto para o signo. A tarefa fundamental é a avaliação das melhores representações do mundo e não do mundo em si.

Essa tarefa tem início com a defesa uma visão “naturalizada” da linguagem onde as representações são fluídas, abertas e contingentes. Fuller também buscou apresentar a importância do “mundo social” na frenagem desse processo fluído, aberto e contingente. Obviamente a língua apresenta certa estabilidade, para Fuller essa estabilidade vem do “mundo social”. É a comunidade em que o indivíduo está inserido que apresenta as formas adequadas de estabelecer uma representação, fazer a ligação das palavras com as coisas às quais elas se referem, de forma adequada. O problema que aí se estabelece é que essa linguagem determinada pelo “mundo social” é apenas uma linguagem possível e não existe uma forma clara e precisa de determinar qual é a melhor linguagem, ou seja, qual linguagem estabelece o conjunto de representações mais correto. Essa inexistência de fórmulas comparativas claras e precisas é a incomensurabilidade.

A incomensurabilidade não é um fator relevante na análise de Goldman. As práticas que Goldman analisa são tão simples que os referentes dificilmente provocam embates conceituais. Não parece haver desacordo sobre o que quer dizer “chuva” ou “previsão do tempo” nos casos analisados. Para que qualquer problema dessa natureza seja desconsiderado, é comum não especificar detalhadamente as sentenças ou casos em discussão. Referimos a esses elementos como “proposição P” ou “caso X”, garantindo que não existam quaisquer problemas de linguagem interferindo na prática analisada. Essa estratégia nos permite focar todas as atenções à análise da prática isoladamente, considerar apenas as questões relativas à esfera epistêmica como questões relevantes.

A preocupação de Goldman se concentra na incapacidade da testemunha em se posicionar como um informante potencial. Casos de impostura ou erro são muito mais relevantes do que os problemas de interpretação da linguagem mobilizada. O erro também é relevante nas escolhas entre teorias científicas rivais. Não parece adequado que uma teoria errada seja sustentada. Entretanto, a incomensurabilidade defendida por Fuller atesta nossa incapacidade de definir critérios claros e precisos de checagem das teorias, logo sustenta que a tarefa de apontar quais teorias estão erradas não é simples.

5.2.2 Realismo Científico

Quando abordamos o campo científico, uma das principais questões de conflito entre as tradições teóricas às quais os dois autores se filiam é o realismo científico. As disputas travadas por cientistas realistas e críticos pós-modernos se concentram na questão da objetividade do empreendimento científico. Esse embate se tornou conhecido pelo nome de “*Science Wars*”. Os teóricos pós-modernos argumentam em favor de uma postura antirrealista do empreendimento científico, de forma particular são inspiradas pelas teorias do construtivismo social. O primeiro passo para a apresentação desse embate é a elucidação do que seria o realismo científico.

Van Fraassen (1980, p. 8) define a posição realista a partir da seguinte afirmação: “Science aims to give us, in its theories, a literally true story of what the world is like; and acceptance of a scientific theory involves the belief that it is true.” Chakravarty (2011) ressalta que a posição realista gera comprometimentos em três dimensões:

(1) Metafísica – o realismo se compromete com a existência de um mundo fora da mente das pessoas (*mind-independent*) e esse mundo é investigado pela ciência. Esse comprometimento é melhor compreendido à luz de suas objeções. Uma objeção mais geral reivindicaria que não existe um mundo fora de nossas mentes. Uma metafísica idealista sugere que somente nossas mentes existem e todos os objetos que parecem estar a nossa volta são apenas elementos criados pela nossa mente. A mente seria o único item com status ontológico. O segundo tipo de crítica, mais empregado, não nega a existência de coisas fora de nossa mente. Esse conjunto de objetos que percebemos pode, de fato, estar lá. O problema que os críticos observam no comprometimento metafísico dos realistas é a forma como nos relacionamos com esses objetos. Os objetos analisados pela ciência não

são independentes de nossas mentes. Os objetos alvo de análise científica são distintos dos objetos que realmente existem fora de nossas mentes. Usualmente, os objetos relevantes para a formação das nossas teorias científicas são experiências. Concluindo: ainda que existam objetos independentes da mente, nossa forma de acessá-los e produzir ciência sobre eles só ocorre mediante um processo dependente da mente, através das nossas experiências.

(2) Semântica – o realismo se compromete em realizar interpretações literais das afirmações que a ciência faz sobre o mundo. De acordo com esse comprometimento, todas as afirmações científicas têm valor de verdade, ou seja, devem ser verdadeiras ou falsas. Novamente a ideia fica mais clara com a elucidação de um adversário. No caso da interpretação literal, o adversário mais tradicional do realista é o instrumentalista. Para o instrumentalista, algumas afirmações científicas não têm significado literal, pois não tem significado algum. Essa posição é melhor exemplificada pelo antirrealismo defendido pelos empiristas lógicos. Para eles os elementos não observáveis tinham valor instrumental para a teoria. As sentenças utilizando esses elementos careciam de significado. Sem significado não havia sentido em atribuir um valor de verdade a essas sentenças. Essas sentenças não eram nem verdadeiras nem falsas.

(3) Epistêmico – o realismo é comprometido com a posição epistêmica de que as afirmações teóricas constituem conhecimento sobre o mundo. Esse último comprometimento se refere à posição epistêmica do sujeito com relação aos resultados do empreendimento científico. O relevante aqui é o compromisso de que aquilo que a ciência nos fala é verdadeiro (ou aproximadamente verdadeiro). As críticas a esse comprometimento podem vir de um cético, que não considera o trabalho da ciência epistemicamente bom o suficiente para que seus resultados sejam classificados como conhecimento, o trabalho do cientista não é suficiente para atribuir verdade aos seus resultados.

O antirrealismo das teorias pós-modernas não é apresentado de forma homogênea. Diversos autores destacam muitos pontos e fica muito difícil harmonizar todas essas observações sob uma única ótica. Entretanto, uma teoria de destaque é o construtivismo social. Chakravarty (2011) alerta que o construtivismo social não é necessariamente antirrealista, entretanto, os teóricos que o defendem tradicionalmente apresentam elementos antirrealistas. O construtivismo social se refere a processos de geração de conhecimento onde fatores

sociais desempenham um papel relevante. O caso mais clássico de elemento do conhecimento tomado por esses teóricos é o “fato”.

Segundo o construtivista social aquilo que se toma como “fato” em determinado contexto (para determinada teoria científica) depende de fatores sociais. Basicamente, o construtivista social defende que um fato se estabelece como resultado de uma negociação entre os cientistas. A principal sustentação dessa ideia vem de uma teoria do significado, onde o significado é uma instituição social. Como o significado é uma instituição social, é esse significado que será negociado pela comunidade científica, uma vez que existiria uma miríade de formas bem sucedidas de utilizar uma linguagem. Assim, significados são instituições sociais e não elementos determinados ou fixados. A definição da forma de linguagem a ser seguida será decidida ou negociada pela comunidade científica (CHAKRAVARTTY, 2011). Não há descoberta, há formação de convenções.

Chakravartty (2011) destaca que o construtivismo social estabelece uma crítica ao primeiro comprometimento do realista, na esfera da metafísica. Ao defender que fatores sociais impactam substancialmente, de forma determinante, naquilo que conta como verdade ou falsidade para a ciência, o construtivista social se opõe a visão realista de que as teorias científicas possam ser conhecimento sobre um mundo independente de nossas mentes. Isso decorre do fato de que as teorias são um conjunto de asserções e as asserções são feitas com a linguagem. A inserção mais elementar da esfera social se dá no emprego da linguagem e essa ação se encadeia para toda a teoria, fazendo com que o resultado final do empreendimento científico seja dependente desse elemento que é, por sua vez, dependente da mente.

Uma vez que o elemento central de ataque do construtivista social ao realista é a linguagem, o segundo comprometimento do realista também é alvo de críticas. Dado que a linguagem é um elemento fluído, indeterminado, contingente, a tarefa de atribuir o valor de verdade a uma sentença se torna impossível. Isso decorre da impossibilidade de se ler uma teoria científica de forma literal. O ceticismo que o construtivista social estabelece é um ceticismo de significado. E esse ceticismo de significado nos impossibilita de fazer a atribuição do valor de verdade, pois não conseguimos saber o que a sentença analisada quer dizer.

Finalmente, o construtivista social pode ir além e criticar o comprometimento epistêmico do realista. Em grande parte esse é o projeto crítico que Fuller (1988) apresenta. O realismo científico é o principal adversário teórico de Fuller. Da mesma forma que o modelo

genérico de construtivista social apresentado até aqui, Fuller começa questionando nosso acesso direto a uma realidade fora de nossa mente. De forma mais explícita ele faz isso rechaçando as abordagens epistêmicas mais abstratas (epistemologia primária), ao argumentar que nossas reivindicações de conhecimento são sustentadas, também, por elementos sociais e não exclusivamente pelos elementos epistêmicos tradicionais. Portanto, nossas reivindicações de conhecimento são dependentes de nossas mentes.

Seguindo esse modelo genérico de construtivista social, Fuller aponta para os problemas de linguagem que existem na ciência. Fuller (1988) dedica grande parte de sua obra para indicar que não devemos fazer uma leitura literal das teorias científicas. O autor busca mostrar que existem inúmeros casos onde, ao empregar a leitura literal, deturpamos o texto original. Essa incompreensão se estabelece por conta da falta de acesso ao conhecimento de fundo que está implícito no texto. Esse contexto seria essencial para interpretarmos o que o texto original realmente queria dizer.

A partir dessa constatação, Fuller busca defender o conceito de incomensurabilidade e dada a incomensurabilidade, nos encontramos em uma situação cética em relação à ciência. As nossas falhas de interpretação de teorias rivais invalidam nossas tentativas de estabelecer comparações entre teorias. Conceitos que os realistas utilizam para defender o progresso científico, como a convergência para a verdade, não podem ser empregados, pois somos incapazes de constatar se, de fato, existe tal convergência (CHAKRAVARTTY, 2011). Como conclusão, o construtivista social nega que podemos saber que estamos em melhor posição hoje, em comparação com o passado. Ao reconhecer que a posição cética de suspensão do juízo não é aceitável, dado que a ciência é um empreendimento importantíssimo para a sociedade, somente uma alternativa pragmática pode dar continuidade à busca pelo conhecimento científico. No caso de Fuller (2004) essa alternativa pragmática vem da política.

Ao contrário de Fuller, Goldman busca preservar uma noção de ciência em que o objetivo é a aquisição de verdades. Essa postura condiz com o projeto de Epistemologia Social que Goldman propõe, com foco na análise verística das práticas sociais. Ainda que a ciência não busque exclusivamente a verdade, ela parece ser um dos elementos relevantes para o empreendimento científico.

Goldman defende essa noção dos críticos provenientes do construtivismo social. Para Goldman (1999) esse grupo busca desmistificar a aparente superior autoridade epistêmica que a ciência goza. Esses críticos buscam apresentar exemplos históricos, casos empíricos, que depõem contra a noção, aparentemente ingênua, de que a ciência está comprometida com a verdade. Um dos trabalhos mais relevantes que emprega essa estratégia é a interpretação da disputa de Robert Boyle e Thomas Hobbes, no século XVII, sobre a importância da filosofia experimental, trabalho esse conduzido por Steven Shapin e Simon Schaffer. Segundo Goldman (1999), os autores buscam apresentar esse caso para mostrar como o que se disputa é meramente um “jogo de linguagem” ou uma “forma de vida”. Esses elementos são meros conjuntos de convenções e não apresentam qualquer validade verística efetivamente superior. Independente de qual jogo saia vitorioso, não é possível atribuir uma superioridade epistêmica ou verística a qualquer um deles.

Um dos argumentos a favor dessa conclusão é a importância dos aspectos sociais para a validação de uma teoria. No caso da filosofia experimental do século XVII, Shapin e Schaffer encontram esse aspecto social nas convenções que os teóricos deveriam usar quando estavam considerando uma afirmação de conhecimento. Existia uma exigência de que o ato de testemunhar um fenômeno experimental fosse um ato público, coletivo. Da mesma forma que no direito, a confiabilidade de um testemunho acerca de declarações científicas dependeria do número de testemunhos.

Na interpretação de Shapin e Schaffer a necessidade dessa convenção de testemunhas é a responsável por estabelecer o que aquele grupo viria a chamar de fato (“*matter of fact*”). O que essa interpretação busca mostrar é que a prática social cria ou constitui os fatos. Fatos não são revelados ou descobertos, são criados. Goldman (1999) acredita que essa interpretação vai além do que Boyle realmente quis dizer. Assim como o caso das testemunhas no direito, não parece que o grande número de testemunhas constitui um fato experimental. Parece que o que se busca com essa “convenção” é uma garantia na crença sobre o fato, uma certeza moral (*a moral certainty*). Não é absurdo pensar que existam casos onde um grande número de pessoas esteja errado. A verdade sobre um estado de coisas da natureza não é dado pelo maior número de testemunhos. O que Boyle parecia estar sugerindo era uma das conclusões as quais Goldman chegou ao expor teoricamente as faculdades verísticas do testemunho: a prática de confiar em um caso de

relatos com muitas testemunhas possui valor verístico positivo maior que práticas que dependam de relatos individuais.

Outra interpretação de Shapin e Schaffer sobre o caso dos testemunhos nos experimentos de Boyle diz respeito à escolha das testemunhas. A teoria de Boyle dizia que o experimento deveria ser um ato público. Shapin e Schaffer observam que, na prática, os filósofos experimentais buscavam por testemunhas confiáveis. O grande problema era a forma como se restringia esse conjunto. Para Shapin e Schaffer apenas aristocratas ou *gentlemen* eram apontados como testemunhas confiáveis. Isso tornava o círculo da ciência experimental inglesa do século XVII excessivamente fechado. Fazendo com que esse círculo fosse hostil a *outsiders* e arraigado a suas prerrogativas.

Essa segunda interpretação abre espaço para a análise política do empreendimento científico. O que não fica claro é o grau de importância que essa dimensão política tem dentro da ciência, especificamente na resolução de controvérsias científicas. Goldman (1999) credita a Bruno Latour uma abordagem de estudos da ciência que privilegia aspectos como persuasão e convencimento. Latour mostra como o apelo à autoridade é utilizado na ciência e, através desse mecanismo, torna o empreendimento científico semelhante à política.

O argumento de Latour se pauta em um exemplo hipotético onde duas pessoas estão conversando sobre um tópico científico. O “proponente” primeiramente assere a conclusão científica em jogo (no caso de Latour uma nova cura para o nanismo). O “ouvinte” tenta manter o ceticismo e não concede essa conclusão. A estratégia do “proponente” é fortalecer sua posição através do apelo à autoridade: a) essa conclusão foi lida em uma publicação respeitável (*The Times*); b) quem escreveu não era jornalista, era alguém com título de Doutor; e c) tinha como referência um artigo da *Nature*, produzido por um ganhador do prêmio Nobel, resultado de um grande projeto financiado por instituições como a *National Institute of Health* e a *National Science Foundation* (GOLDMAN, 1999).

Para Latour esse caso mostra como a ciência é um empreendimento social. O emprego de apelo à autoridade parece mostrar que o ideal de busca pela verdade não é o que rege a ciência. Caso assim fosse, um número menor de cientistas poderia ganhar de um grupo maior, quando a verdade estivesse no seu lado. O que o caso parece evidenciar é que o peso do número de aliados é importante. Essa ênfase na importância dos números sugere que: a) cientistas trabalham

para ter o maior número de aliados possível; e b) a audiência dos cientistas é persuadida por números (GOLDMAN, 1999). Caso essas sugestões estejam corretas, a ciência parece equivalente à política, onde um candidato não é necessariamente eleito em decorrência de seus méritos, onde uma teoria é aceita independentemente de mérito racional, probabilidade de sucesso (verdade) ou do julgamento da audiência. A persuasão na ciência depende de números de recursos e aliados. Goldman (1999, p. 227) formaliza a abordagem política da ciência da seguinte forma: “(PT 1) The persuasive force of a scientist's claim is a function of the number of allies marshaled on its behalf.”

A formulação (PT1) é muito básica e ninguém a defenderia. Parece que Latour defende uma versão refinada do ponto: “(PT 2) The persuasive force of a scientist's claim is a function of his relatively effective deployment of a weighted number of allies against a weighted number of enemies” (GOLDMAN, 1999, p. 228). (PT1) e (PT2) oferecem boas razões para abandonarmos uma visão verística do empreendimento científico? Goldman (1999) acredita que não. Quanto à ênfase nos números, a proposta de Latour não exclui a possibilidade de que a comunidade científica tome o grau de adesão à uma hipótese ou teoria como evidência à seu favor, em termos de mérito racional ou probabilidade de sucesso. Da mesma forma, a busca pela ponderação desse número de aliados e inimigos com base na autoridade dessas pessoas não é, necessariamente, uma adesão cega ao apelo à autoridade. Uma autoridade ganha esse status quando suas opiniões a respeito de um campo específico são provavelmente corretas ou verdadeiras. Espera-se que aqueles indivíduos reconhecidos como autoridades sejam fontes confiáveis de avaliação de casos dentro do campo. Desta forma, a formulação (PT2) pode ser interpretada como sugerindo que um número maior e mais confiável de autoridades é melhor guia para a verdade do que um grupo menor e menos confiável.

(PT2) parece muito similar aos objetivos verísticos de uma teoria da argumentação como a proposta por Goldman (sessão 4.3.2). Uma disputa que pode ser caracterizada como política ou até mesmo militar, parece derivar de análises metafóricas de uma disputa argumentativa. O que está em jogo é oferecer razões derivadas dos trabalhos de seus aliados para sustentar suas conclusões e criticar as premissas oferecidas pelos adversários da posição. A força dessas estratégias parece estar na probabilidade de sucesso (verdade) que as afirmações mobilizadas têm. Afirmações bem sustentadas são mais propensas a serem acreditadas e a

falha em refutar os oponentes pode levantar dúvidas sobre a verdade das afirmações defendidas (GOLDMAN, 1999).

Na sessão 4.4.2 buscou-se apresentar a validade de algumas estratégias de apelo à autoridade. Naquele momento, mostrou-se que o conteúdo do que é apresentado não é a única variável em jogo quando da avaliação de um argumento. Entretanto, não foi dito que esse elemento não teria relevância alguma para a análise. Em última instância, parece que esse ponto pode ser derivado da proposta de Latour, onde apenas considerações “políticas” seriam relevantes para as disputas científicas. Mas podemos encontrar exemplos contra uma noção exclusivamente política da ciência, como o modelo de DNA apresentado por Watson e Crick, uma teoria vencedora por méritos epistêmicos. Na época da publicação dos resultados de seus trabalhos, Watson e Crick eram jovens cientistas sem muito reconhecimento. Isso nos permite concluir que o empreendimento científico não é significativamente influenciado por variáveis políticas e que a audiência dos cientistas (a comunidade científica) confere grande ênfase à qualidade da proposta, ao conteúdo apresentado pelo proponente (GOLDMAN, 1999). Ressaltando que uma análise exclusivamente epistêmica tem validade dentro da ciência.

5.2.3 Outros eixos teóricos pertinentes para a Epistemologia Social

As disputas entre realistas e antirrealistas ainda não foram concluídas. A sessão anterior buscou, tão somente, apresentar as posições, fuge ao escopo do trabalho fazer uma conclusão pontual acerca desse tema. A inserção do construtivismo social nessa discussão abre um importante campo para o desenvolvimento de estudos pertinentes às teorias da dimensão social do conhecimento. Além desse debate, Goldman (2010) destaca a existência de outros três eixos teóricos prolíficos especificamente para a Epistemologia Social: (1) a questão do testemunho; (2) a questão do desacordo; e (3) a formação de decisões grupais que preservem a racionalidade.

Quanto ao testemunho, já fizemos uma descrição do embate entre reducionistas e antirreducionistas no capítulo 2. Já o problema do desacordo, foi levantado por Richard Feldman (apud GOLDMAN, 2010) através da apresentação de duas perguntas: a) Podem pares

epistêmicos que dividiram suas evidências ter desacordo racional?; b) Podem pares epistêmicos que dividiram suas evidências manter suas crenças racionalmente, mesmo reconhecendo a racionalidade no pensamento do par em desacordo? A visão mais tradicional sugere que o problema não pode ser resolvido e devemos nos contentar com a suspensão do juízo no caso. Entretanto, outros teóricos acreditam que em situações de difícil resolução, não é irracional sustentar atitudes doxásticas divergentes, visto que as normas epistêmicas são permissíveis, não obrigatórias nem coercitivas.

Por fim, existe o problema teórico na preservação de racionalidade de grupos. O problema surge uma vez que, levando-se em conta o julgamento agregado do grupo, as premissas são consideradas verdadeiras, mas a conclusão falsa. Goldman (2010) exemplifica o problema com um caso. Suponha que três juízes vão decidir se um réu é culpado ou não. Para tanto, cada juiz deve avaliar se o réu (1) causou dano ao requerente; (2) se o réu tinha dever de diligência (*duty of care*); e, finalmente (3) decidir se o réu é culpado (deve ser responsabilizado). Na situação descrita o resultado dos juízes A, B e C é o seguinte:

Quadro 5 – Avaliação de culpa do Réu pelos juízes A, B e C

	Causou Dano?	Dever de Diligência?	Culpado?
A	Sim	Não	Não
B	Não	Sim	Não
C	Sim	Sim	Sim
Majoria	Sim	Sim	Não

Fonte: Goldman (2010).

A conclusão que se segue das premissas é irracional. Cada juiz elabora o veredicto de forma apropriada: (A) o juiz A inocenta o réu tendo em vista que não acredita que o mesmo tinha dever de diligência; (B) o juiz B inocenta o réu uma vez que constata a ausência de dano ao requerente; (C) o juiz C condena o réu por acreditar que ele causou dano e tinha dever de diligência; entretanto, quando analisamos o julgamento com base na decisão majoritária, estabelece-se que o grupo dos juízes considera que o réu cumpre os requisitos para a condenação (provocou dano ao requerente e tinha dever de diligência), mas não deve ser culpado!

Esses quatro eixos teóricos mostram que o campo da Epistemologia Social tem inúmeras contribuições ainda a fazer.

Destaca-se que essas são apenas questões teóricas. Grande parte do esforço realizado por Fuller e Goldman se deu no sentido de tornar suas propostas aplicáveis. Essa ênfase normativa é uma característica relevante e distintiva desse campo de estudos. O refinamento teórico-conceitual pode ser conduzido concomitantemente com a aplicação dessas propostas a casos reais. Desta forma, a magnitude das contribuições que a Epistemologia Social pode trazer para a análise da dimensão social do conhecimento é significativa. Tanto teórica quanto empiricamente.

5.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE OS DOIS PROJETOS DE EPISTEMOLOGIA SOCIAL APRESENTADOS

O objetivo do presente trabalho já foi cumprido. Até aqui foi feita uma descrição dos principais elementos das propostas de Epistemologia Social de Steve Fuller e Alvin Goldman. Além disso, buscou-se diferenciar esses dois projetos levando-se em conta, principalmente, a tradição teórica à qual cada um dos autores se filia. Diante dessa diferença se segue uma série de características que distanciam as duas propostas. Apesar de ambos nomearem suas contribuições ao campo da mesma maneira, “epistemologia social”, a compreensão do que é conhecimento e a forma de abordar questões sociais que impactam nesse elemento faz com que os autores tenham objetivos muito diferentes em mente. Essas diferenças são tão relevantes que impedem uma avaliação comparativa que vise concluir qual projeto é mais adequado ou relevante. Podemos esboçar uma síntese comparativa das propostas da seguinte forma:

Quadro 6 - Síntese comparativa entre as obras de Steve Fuller e Alvin Goldman

	STEVE FULLER	ALVIN GOLDMAN
1º trabalho no campo	<i>“On Regulating What is Known: A Way to Social Epistemology”</i> (1987)	<i>“Foundations of Social Epistemics”</i> (1987)
Trabalho mais relevante no campo	<i>“Social Epistemology”</i> (1988)	<i>“Knowledge in a Social World”</i> (1999)

Tradição teórica	Sociologia do Conhecimento (Sociologia do Conhecimento Científico)	Epistemologia Primária (Teoria do Conhecimento)
Definição de conhecimento	Uma espécie de “fato bruto” sobre a natureza das nossas capacidades cognitivas	Crença verdadeira
Fonte de Naturalização	Sociologia (Sociologia do Conhecimento)	Ciências Cognitivas e Ciências Sociais (Economia e Ciências Jurídicas)
Modelo Normativo	Orientado para aplicação em caso concreto	Genérico e abstrato
Objetivo	Proposta de um modelo de gerenciamento do processo de produção do conhecimento com maiores benefícios sociais	Verificação da capacidade “verística” das práticas sociais de formação de crença
Principais práticas sociais analisadas	Interpretação de texto e organização social	Testemunho e Argumentação
Orientação metodológica para tratar a esfera social	Holismo	Individualismo
Variável da esfera social enfatizada	Política	Inter-relação de indivíduos expressando suas crenças
Principal adversário teórico	História e Filosofia da Ciência	Abordagens não-verísticas de Epistemologia Social

Fonte: Produzido pelo autor.

A presente sessão busca apresentar algumas observações com relação a cada um dos projetos. Além de sintetizar a visão geral apresentada em detalhes nos capítulos 3 e 4, busca destacar possíveis falhas na teoria desses autores.

5.3.1 Steve Fuller

Fuller é um autor muito prolífico. Sua obra é extensa e não pôde ser contemplada em toda extensão neste trabalho. Fuller se dedica a um grande número de questões e busca incorporar contribuições de uma área em outra. A derrubada de qualquer fronteira disciplinar, ainda que altamente prolífica e criativa, deve ser realizada com cuidado. Fuller parece mais inclinado a produzir reflexões criativas e provocativas do que delimitar com precisão sua proposta. Além de não explicitar com clareza suas ideias, deixa a desejar na precisão com que caracteriza seus oponentes.

A postura de Fuller é, em geral, crítica. O objetivo dos seus trabalhos é atacar a forma como a disciplina de História e Filosofia da Ciência trata o campo científico. Para Fuller essa disciplina não consegue responder às questões mais fundamentais que a sociedade demanda com relação à compreensão do campo científico. Como alternativa Fuller (2004) elege os estudos de ciência, tecnologia e sociedade (STS) como disciplina teórica pertinente ao estudo da ciência e, dentro dessa disciplina, aloca seu projeto de Epistemologia Social, como a vertente filosófica, aquela dedicada ao trabalho normativo.

Para argumentar a favor desse grande projeto, o autor critica a ênfase epistêmica que a História e Filosofia da Ciência adota e enaltece os trabalhos empíricos realizados pela “nova onda da Sociologia do Conhecimento” (onde além dos estudos de ciência, tecnologia e sociedade estaria inclusa a Sociologia do Conhecimento Científico (SSK)) (FULLER, 1988). O principal ponto de disputa entre essas duas disciplinas é a relevância das variáveis sociais para o processo de produção de conhecimento. As propostas de Sociologia do Conhecimento vão, gradativamente, aumentando a relevância da esfera social. As análises iniciais de Sociologia da Ciência, cujo maior expoente é Robert Merton, se eximiam de tratar questões epistêmicas. A Sociologia do Conhecimento Científico já reivindica um papel central das variáveis sociais para a explicação do conteúdo e da natureza do conhecimento científico (BLOOR, 1991). O conflito se estabelece com essa reivindicação. Qual é o papel das variáveis sociais na explicação do conteúdo do conhecimento?

Para Fuller (1988) não faz sentido empreender uma explicação exclusivamente epistêmica, onde as variáveis sociais são apenas mobilizadas para explicar erros, manipulações, desvios do caminho

natural que o conhecimento científico seguiria. Precisamos considerar a ciência como um campo relevante dentro da sociedade, pois essa característica impacta diretamente na nossa compreensão do que é o conhecimento científico. Esse é um dos grandes diferenciais de Fuller para os demais autores da Sociologia do Conhecimento que adotam a ciência como campo de análise. A tendência desses autores é considerar fatores sociais dentro do empreendimento científico, nas disputas internas entre teorias ou no dia-a-dia dos cientistas. Fuller enfatiza que essa influência vem de fora. Vem da própria natureza do empreendimento científico, visto que ele é uma demanda da sociedade.

Isso não quer dizer que Fuller discorde dos demais teóricos. O autor reproduz a série de críticas que a Sociologia do Conhecimento Científico fez aos filósofos da ciência e é um adepto do construtivismo social, uma das teorias mais difundidas pelos estudos de ciência, tecnologia e sociedade. O alinhamento com essas vertentes teóricas tem como objetivo colocar em dúvida a crença na superioridade epistêmica da ciência corrente. Fuller não acredita que a forma como a ciência está organizada nos dias de hoje seja a estrutura social mais adequada para o setor da sociedade responsável pela busca do conhecimento. O autor não poupa críticas aos especialistas. Para tanto adere às vertentes mais radicais de Sociologia do Conhecimento e sustenta o relativismo epistêmico. O status que os especialistas gozam na nossa sociedade decorre de jogos de poder, não existe qualquer superioridade epistêmica efetiva.

A organização social em volta do conhecimento vislumbrada por Fuller tem como guia a igualdade. Aqui a importância da política assume centralidade na proposta de Fuller. O objetivo da ciência não deve estar focado nas fronteiras teóricas. Deveríamos nos preocupar em distribuir o conhecimento e não concentrá-lo cada vez mais. Assim a sociedade teria condições de gerenciar a busca pelo conhecimento. Da mesma forma como escolhemos políticos, deveríamos escolher os rumos da ciência. Para uma sociedade fazer essa escolha, deve ter um conjunto de conhecimentos relevante, por isso a ênfase na distribuição do conhecimento até aqui adquirido em detrimento do avanço sobre as fronteiras.

O descrédito que Fuller dá aos especialistas e o apelo por uma distribuição do conhecimento não parecem bem justificados. Ainda que seja muito plausível a ideia de que a ciência seja uma demanda da sociedade, soa estranha a tentativa de dismantlar a divisão do trabalho cognitivo, decorrente do objetivo de reduzir a desigualdade epistêmica

dentro da sociedade. A sociedade deve sim se beneficiar dos avanços que a ciência consegue realizar, mas já temos alternativas para isso. Já se criaram mecanismos econômicos, por exemplo, para tornar acessível (útil e disponível) um avanço teórico. Aliás, a economia é outro setor com as características sociais que Fuller destaca e, nem por isso, acreditamos que a melhor forma de geri-la seja através de estratégias políticas de orientação democrática.

Assim como na economia, a divisão do trabalho cognitivo cria uma desigualdade. Alguns indivíduos parecem ter mais conhecimento que outros. Espera-se que essa desigualdade incentive trocas e não dominação. Talvez essa seja uma visão muito ingênua. Entretanto, uma proposta de redistribuição de conhecimento soa muito mais implausível. Conhecimento não é um item estocável, alienável ou facilmente transferível. Obter conhecimento exige um custo que nem todos os indivíduos estão dispostos a pagar. O ideal iluminista de libertação pelo esclarecimento não leva em conta o ideal liberal de que o sujeito pode ter outros interesses prioritários. O que era um ideal de libertação se torna um ideal de imposição do que o homem culto, intelectual e sábio acredita ser libertação. Percebe-se aí a desigualdade cognitiva operando contra um dos pressupostos básicos da proposta de Fuller.

Vimos que grande parte do esforço de Fuller em sua obra é estabelecer indícios a favor do relativismo epistêmico. A estratégia padrão do construtivismo social, endossado por Fuller, é estabelecer problemas de linguagem. O autor emprega esse movimento para sustentar uma nova interpretação de “incomensurabilidade” que ensinaria o relativismo epistêmico. Essa relação de incomensurabilidade e relativismo epistêmico se dá de forma indireta. A incomensurabilidade seria uma ferramenta de leitura histórica, uma diretriz metodológica para a historiografia da ciência. A partir de uma análise histórica orientada pela incomensurabilidade descobriríamos que propostas teóricas tidas como rivais apresentam diferenças conceituais tão grandes que não podemos fazer um julgamento a favor de uma delas. Entretanto, não podemos suspender o juízo. Uma vez que não sabemos qual alternativa é epistemicamente superior, devemos utilizar variáveis não-epistêmicas para tomar uma decisão.

Os argumentos em favor da incomensurabilidade buscaram refutar as alternativas de tradução propostas por Quine e Davidson. O ceticismo de significado que Fuller defende, implicitamente, tem origem na teoria do construtivismo social, em especial a compreensão de que a

linguagem é uma ferramenta excessivamente maleável, adaptável às circunstâncias que determinada comunidade considera relevantes. Entretanto, mesmo que a linguagem seja composta de um conjunto de símbolos que apresentem variação de referentes ao longo do tempo, ela só é útil quando existe uma razão para estabelecer uma ligação aceita e conhecida entre símbolo e referente. A linguagem apresenta mudanças, mas essas mudanças não implicam no ceticismo de significado que o construtivista social defende.

Ainda que essas questões não estejam bem elaboradas na proposta de Fuller, a noção de que variáveis práticas interferem no curso da ciência é uma contribuição relevante. Entretanto, essa questão é complementar aos elementos epistêmicos e não necessariamente uma crítica a eles, como Fuller busca estabelecer. Muitos teóricos já adotam esse viés para abordar a ciência³⁴ e Fuller deve ser reconhecido pelos seus esforços nesse campo. Mas o termo “epistemologia social” não parece adequado a esse tipo de trabalho. A comunidade acadêmica indica que o termo deva ser empregado no sentido conferido por Goldman que procurou não limitar o termo a nomeação de sua proposta, buscou identificar quais temas seriam pertinentes dentro desse “guarda-chuva” conceitual. Dessa forma, parece que Fuller está fadado a ser uma nota de rodapé na história do termo, ainda que figure como um autor de destaque nas análises entre sociedade e ciência com orientação política.

5.3.2 Alvin Goldman

Alvin Goldman demorou para entrar no campo da Epistemologia Social. Parece que até a sua contribuição para o periódico *Synthese* em 1987 não tinha concebido o estudo da esfera social do conhecimento como uma possível área para um trabalho de epistemologia primária. Por isso, deve-se enfatizar o pioneirismo de Frederick Schmitt em vislumbrar aí um campo de estudos prolífico, como estamos constatando agora, mais de 15 anos depois desse trabalho seminal.

Na década de 1980 a academia norte-americana passa por um processo de abertura a novas orientações teóricas. Nesse período ressurgem com força vertentes pragmáticas e o diálogo com tradições teóricas de outros países também assume relevância dentro dos departamentos norte-americanos, em especial nas humanidades. Em

³⁴ Inclusive filósofos de tradição analítica e confiabilista como Kitcher (2001). A relação entre política e ciência é trabalhada com maior ênfase pelos estudos de orientação sociológica (HACKETT et. al., 2008).

decorrência dessa abertura se estabelece um conflito teórico entre propostas distintas.

Um campo que sofreu duras críticas foi a epistemologia primária. Uma das grandes propostas contrárias ao projeto de epistemologia primária foi o trabalho de Richard Rorty (1979). Aliando-se com inspirações de teorias pós-modernas muitos teóricos tentaram dar fim ao trabalho da epistemologia. Uma nova onda de ceticismo buscava estabelecer o relativismo como única alternativa para tratar a questão do conhecimento. Essas críticas tiveram muita força dentro dos grupos teóricos dedicados ao estudo da ciência. As principais linhas de argumentação destacavam a impossibilidade de tratar a esfera do conhecimento com termos excessivamente idealistas, tais como “objetividade”, “verdade”, “progresso”, etc. Todos esses termos reivindicam uma postura de neutralidade, que seria impossível de ser alcançada na prática. Dessa forma, todas as propostas teóricas que se referiam a eles seriam meras utopias. Arcabouços teóricos inúteis para explicar o que, de fato, acontece na relação dos seres humanos e a busca pelo conhecimento.

A impraticabilidade da neutralidade é sustentada pela constatação de que variáveis sociais interferem na forma como um indivíduo vê o mundo. Como a ciência busca justificar uma visão de mundo, ela também é “contaminada” por essas variáveis. Assim, as críticas contra um empreendimento de análise com orientação exclusivamente epistêmica são ainda mais relevantes nos estudos sobre a dimensão social do conhecimento.

Diante desse cenário, Goldman sai em defesa da epistemologia primária, busca argumentar a favor de projetos que considerem a esfera epistêmica exclusivamente. Ao contrário de seus adversários, não exclui a importância que outras abordagens possam trazer. Dentro da Epistemologia Social, propõe um programa de pesquisa que busca estabelecer quais são as discussões teóricas que podem ser desenvolvidas dentro desse campo. E cria um periódico (*Episteme*) para fomentar as discussões sobre o tema dentro da academia. Graças a esse conjunto de esforços ele passa a ser o teórico mais relevante na disciplina.

Outro destaque da obra de Goldman é a variável normativa. A discussão da esfera social do conhecimento dentro da epistemologia primária tem foco na questão da justificação que um processo de testemunho pode ter. Essa discussão é extremamente abstrata e motiva a

série de críticas que teóricos com orientação mais prática mobilizam contra o modelo de teoria desenvolvido pela epistemologia primária. Dadas as dificuldades de se tratar com o conceito de verdade, os teóricos contemporâneos da área reconhecem o falibilismo de nossas crenças e empreendem seus trabalhos orientados para a discussão sobre a justificação. A epistemologia tem trabalhado com maior ênfase na atribuição de racionalidade, deixando a questão metafísica da verdade de lado. Assim se explica a ênfase dada à discussão sobre a justificação do testemunho. Goldman destoa de seus pares ao focar sua análise na noção de verdade.

A partir da adoção, implícita, de uma metafísica de senso-comum que comporta o comprometimento realista de (a) existência de objetos fora de nossa mente e (b) acesso direto e confiável a esses elementos, somos capazes de operar com a noção de verdade³⁵. A grande vantagem dessa proposta é a maior facilidade em orientá-la para a aplicação. Uma abordagem abstrata sobre justificação explica como passamos a sustentar certas crenças, confere racionalidade às nossas práticas epistêmicas. Uma abordagem centrada nas particularidades dessas práticas nos permite estabelecer formas de intervenções que potencializem algum resultado desejado. No caso de Goldman, toda a orientação era voltada para o resultado verístico. Essa preocupação levou o autor a destacar quais elementos das nossas práticas epistêmicas podem se relacionar com a verdade das proposições envolvidas.

A estratégia de utilização do Teorema de Bayes em um caso hipotético visa exemplificar a aplicabilidade da proposta. Entretanto, o impacto do tratamento probabilístico não é capaz de extirpar a carga a priorística. Em especial a condição de igualdade entre probabilidades objetivas e probabilidades subjetivas torna o caso excessivamente idealizado, ficando refém das condições iniciais predeterminadas pelo autor. Ainda assim, o esforço de Goldman em caracterizar o processo de testemunho como um todo, identificando variáveis relativas à testemunha e ao ouvinte, é digno de crédito.

Um problema teórico que a proposta de Goldman não discute é a forma como uma teoria social deve abordar os casos de conhecimento. Apesar de não tratar diretamente dessa questão em “*Knowledge in a*

³⁵ Reforça-se o caráter implícito com que essa visão metafísica ingênua aparece no trabalho de Goldman. O item (b) dos pressupostos que compõem essa visão é muito problemático e somente será defendido (quando for) em uma versão mais refinada daquela aqui apresentada. Entretanto, parece ser o tipo de requisito exigido para que um projeto normativo de ambição prática seja empreendido.

Social World”, Goldman (2010) reconhece que esse é um tema muito controverso e pouco explorado. Definir qual é a melhor abordagem para tratar das questões sociais relativas ao conhecimento é uma tarefa muito recente na literatura. A questão fundamental que precisa ser respondida sobre esse tema é se entidades coletivas têm a capacidade de sustentar uma crença ou um estado doxástico.

Implicitamente a abordagem de Goldman adota uma teoria social de interação. Nesse modelo preserva-se o caráter individualista presente na tradição da epistemologia primária. Toda a estrutura de Epistemologia Social de Goldman é voltada para a análise verística de práticas onde indivíduos articulam crenças. As análises buscam evidenciar a relação que esses indivíduos têm com suas crenças e com as crenças de outros indivíduos quando tornadas públicas. Para viabilizar esse tipo de abordagem, Goldman se inspira em teorias econômicas que também possuem foco na ação dos indivíduos em interação no mercado de bens.

* * *

A dimensão social do conhecimento é um campo de estudos recente. Seus contornos ainda não estão delimitados. O caráter multidisciplinar que esse tipo de objeto exige dificulta o estabelecimento de um projeto minimamente unificado que garanta coerência às diferentes disciplinas nele envolvidas. Assim, observa-se uma série de candidatos propondo soluções que destacam a relevância do seu campo de estudos prioritário.

Ao analisar os projetos de Steve Fuller e Alvin Goldman, fica evidente que a dimensão social do conhecimento pode ser explorada por diferentes óticas. Essa divisão do trabalho pode dificultar o estabelecimento de ações precisas de intervenção, entretanto, formam um conjunto de interpretações mais detalhadas sobre cada um dos aspectos relevantes e aumentam nossa compreensão das variáveis sociais que impactam na formação de crenças, no processo cognitivo dos indivíduos ou na estrutura social formada pelo setor da sociedade chamado de “ciência”.

Apesar de tratar do mesmo tema e muitas vezes utilizar um conjunto idêntico de palavras, concluiu-se após a análise dos projetos de Steve Fuller e Alvin Goldman que os projetos podem ser interpretados como diferentes trabalhos. As semelhanças e diferenças mostram que os

autores partilham algumas preocupações teóricas e alguns guias gerais para a pesquisa, entretanto a filiação a diferentes tradições teóricas os distanciam drasticamente. Apesar de alguns pontos de conflito, observa-se que os projetos não são necessariamente antagônicos.

BIBLIOGRAFIA

ADLER, J. Epistemological Problems of Testimony. In: **The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Fall 2012 Edition)**. Disponível em:

<<http://plato.stanford.edu/archives/fall2012/entries/testimony-episprob/>>. Acesso em: 20 set. 2012.

ARIDA, P. A História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica. IN: REGO, J. M. (editor) **Retórica na Economia**. São Paulo: Editora 34, 1996. Cap. 1 p. 11-46.

BACHELARD, G. **O novo espírito científico**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1968.

BEVIR, M. **A Lógica da História das Ideias**. Bauru: Edusc, 2008.

BLOOR, D. **Knowledge and Social Imagery**. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. 6. Ed. Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária, 2009.

CHAKRAVARTTY, A. Scientific Realism. **The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Summer 2011 Edition)**. Disponível em = <http://plato.stanford.edu/archives/sum2011/entries/scientific-realism/>. Acesso em: 10 jan. 2013.

COADY, C.A.J. Testimony and observation. **American Philosophical Quarterly**. V. 102 n. 2, 1973. P. 149-155.

COADY, C. A. J. **Testimony: a Philosophical Study**. Oxford: Clarendon Press Oxford, 1992.

DESCARTES, R. **Meditações**. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os Pensadores)

DILTHEY, W. **A construção do mundo histórico nas ciências humanas**. São Paulo (SP): UNESP, 2010.

DURKHEIM, E. **As formas elementares da vida religiosa**: o sistema totêmico na Austrália. São Paulo (SP): M. Fontes, 1996.

FOLEY, R. **The Theory of Epistemic Rationality**. Cambridge: Harvard University Press, 1987.

FOLEY, R. **Intellectual Trust in Oneself and Others**. Cambridge: the press syndicate of the university of Cambridge, 2004.

FOUCAULT, M. **O nascimento da clínica**. Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária, 1977.

FOUCAULT, M. **História da loucura na idade clássica**. 8. ed. São Paulo (SP); Perspectiva, 2009.

FREITAS, R. S. Des-naturalizando Kuhn. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 12, n. 33, Aug. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141998000200014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 Jan. 2011.

FULLER, S. On Regulating What is Known: A Way to Social Epistemology. **Synthese**. V. 73, n. 1. 1987. P. 145 – 184.

FULLER, S. (editor) **Social Epistemology**: A Journal of Knowledge, Culture and Policy, V. 1 n.1. Londres: Taylor & Francis Group, 1987.

FULLER, S. **Social epistemology**. Bloomington: Indiana University Press, 1988.

FULLER, S. “Introduction to the Second Edition”. In: **Social Epistemology**. 2. Ed. Bloomington: Indiana University Press, 2002.

FULLER, S. **Philosophy, Rethoric and the end of Knowledge**: a new beginning for Science and Technology Studies. Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates, 2004.

GILBERT, M. Collective Epistemology. **Episteme**: A Journal of Social Epistemology V.1 n.3. 2004.

GOLDMAN, A. **Epistemology and Cognition**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1986.

GOLDMAN, A. Foundations of Social Epistemics. **Synthese** V. 73, n. 1. 1987. P. 109-144.

GOLDMAN, A. **Liaisons**: Philosophy meets the cognitive and Social Sciences. MIT Press, 1992.

GOLDMAN, A. **Knowledge in a Social World**. Oxford: Oxford Press, 1999.

GOLDMAN, A. What is Social Epistemology? a Smorgasbord of Projects. In: **Pathways to Knowledge**. Oxford: Oxford Press, 2002.

GOLDMAN, A. Group Knowledge versus Group Rationality: Two Approaches to Social Epistemology. **Episteme**, A Journal of Social Epistemology, V.1 n. 1, 2004. P. 11–22.

GOLDMAN, A. Social Epistemology: Theory and Applications. **Royal Institute of Philosophy Supplement**. Vol. 64. 2009.

GOLDMAN, A. Social Epistemology. In: **The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Summer 2010 Edition)**. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/archives/sum2010/entries/epistemology-social/>>. Acesso em: 13 mar. 2012.

GOLDMAN, A. Reliabilism. **The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Spring 2011 Edition)**. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/archives/spr2011/entries/reliabilism/>>. Acesso em: 16 set. 2012.

GRAHAM, P. Liberal Fundamentalism and Its Rivals. In: LACKEY, J.; SOSA, E. (editor) **The Epistemology of Testimony**. Oxford: Oxford University Press, 2006. Cap. 4 p. 93-115.

HACKETT, E.; AMSTERDAMSKA, O.; LYNCH, M.; WAJCMAN, J. (editores). **The Handbook of Science and Technology Studies**. Massachusetts: MIT Press, 2008.

HAKLI, R. On the possibility of group knowledge with belief". **Social Epistemology** V.21. 2007.

HANSSON, S. O. Science and Pseudo-Science. In: **The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Fall 2008)**. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/archives/fall2008/entries/pseudo-science/>>. Acesso em: 25 out. 2012.

HARDWIG, J. Epistemic Dependence. **The Journal of Philosophy**. V. 82. 1985. P. 335–349.

HETHERINGTON, S. Gettier Problems. **The Internet Encyclopedia of Philosophy (2005)**. Disponível em: <<http://www.iep.utm.edu/gettier/#H15>>. Acesso em: 18 mai. 2012.

HYLTON, P. Willard van Orman Quine. **The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Winter 2012 Edition)**. Disponível em = <<http://plato.stanford.edu/archives/win2012/entries/quine/>>. Acesso em 15 jan. 2013.

JOYCE, J. Bayes' Theorem. **The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Fall 2008 Edition)**, Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/archives/fall2008/entries/bayes-theorem/>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

RODRIGUEZ-PEREYRA, G. Nominalism in Metaphysics. **The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Fall 2011 Edition)**, Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/archives/fall2011/entries/nominalism-metaphysics/>>.

KITCHER, P. Contrasting Conceptions of Social Epistemology. In: SCHMITT, F. F. (editor). **Socializing Epistemology: The Social Dimension of Knowledge**. Lanham, MD: Rowman and Littlefield, 1994. Cap. 6 p. 111-134.

KITCHER, P. **Science, Truth, and Democracy**. New York: Oxford University Press, 2001.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

KUHN, T. S. “A Function for Thought Experiments”. In: **The Essential Tension**. The University of Chicago Press: Chicago, 1977.

KUSCH, M. **Knowledge by agreement**: the programme of communitarian epistemology. New York: Oxford University Press Inc, 2002.

KUSCH, M. Social Epistemology. In: BERNECKT, S; Pritchard, D. (editor) **The Routledge Companion to Epistemology**. Nova York: Taylor & Francis. 2011. P. 873-886.

LIST, C. Group Knowledge and Group Rationality: A Judgment Aggregation Perspective. **Episteme**: A Journal of Social Epistemology. v.2 n.1. 2005. P. 25–38.

LONGINO, H. E. **Science as Social Knowledge**: Values and Objectivity in Scientific Inquiry. Princeton: Princeton University Press, 1990.

LONGINO, H. E. The Fate of Knowledge in Social Theories of Science. In: SCHMITT, F. F. (editor). **Socializing Epistemology**: The Social Dimension of Knowledge. Lanham, MD: Rowman and Littlefield, 1994. Cap. 7 p. 135-157.

LONGINO, H. E. **The Fate of Knowledge**. Princeton: Princeton University Press, 2002.

LYOTARD, J. **O Pós-Moderno**. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1988.

MALPAS, J. Donald Davidson. **The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Winter 2012 Edition)**. Disponível em = <http://plato.stanford.edu/archives/win2012/entries/davidson/>. Acesso em: 15 jan. 2013.

MATHIESEN, K. The Epistemic Features of Group Belief. **Episteme: A Journal of Social Epistemology**. V.2 n.3. 2006. p.161–175.

MÜLLER, F. Conhecimento de Grupo. In: MÜLLER, F.; RODRIGUES, T. **Epistemologia Social: Dimensão social do conhecimento**. Porto Alegre: Editora Universitária da PUCRS, 2012.

OBERHEIM, E.; HOYNINGEN-HUENE, P. The Incommensurability of Scientific Theories. **The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Summer 2012 Edition)**. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/archives/sum2012/entries/incommensurability/>>. Acesso em: 13 jan. 2013.

PAPINEAU, D. Naturalism. **The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Spring 2009 Edition)**. Disponível em = <<http://plato.stanford.edu/archives/spr2009/entries/naturalism/>>. Acesos em: 02 fev. 2013.

PAPPAS, G. Internalist vs. Externalist Conceptions of Epistemic Justification. **The Stanford Encyclopedia of Philosophy (2005)**. Disponível em: < <http://plato.stanford.edu/entries/justep-intext/>>. Acesso em: 15 set. 2012.

POPPER, K. R. **A lógica da pesquisa científica**. 14. ed. São Paulo: Cultrix: 2009.

RORTY, R. **Philosophy and the mirror of nature**. Oxford: Basil Blackwell, 1980.

SCHMITT, F. F. (editor). **Synthese: An International Journal for Epistemology, Methodology and Philosophy of Science**, v. 73, n. 1. 1987.

SCHMITT, F. F. (editor). **Socializing Epistemology: The Social Dimension of Knowledge**. Lanham, MD: Rowman and Littlefield, 1994.

SHERA, J. Epistemologia Social, Semântica Geral e Biblioteconomia. **Ciência da Informação**. V. 6, n. 1. 1977. P. 9-12.

STEUP, M. The Analysis of Knowledge. **The Stanford Encyclopedia of Philosophy (2006)**. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/entries/knowledge-analysis/>>. Acesso em: 15 set. 2012.

STEUP, M. Epistemology. In: **The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Fall 2012)**. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/archives/fall2012/entries/epistemology/>>. Acesso em: 22 set. 2012.

TALBOTT, W. Bayesian Epistemology. **The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Summer 2011 Edition)**. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/archives/sum2011/entries/epistemology-bayesian/>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

THAGARD, P. Collaborative Knowledge. **Noûs**, v. 31: 1997. p. 242–261.

UNIVERSITY OF WARWICK. Department of Sociology. Steve Fuller's Home Page. Disponível em: <http://www2.warwick.ac.uk/fac/soc/sociology/staff/academicstaff/fuller/fullers_index/> Acesso em: 23 fev. 2012.

VAN FRAASSEN, B. **The Scientific Image**. Clarendon Press: Oxford. 1980.

WREN, C. Naturalistic Epistemology. The **Internet Encyclopedia of Philosophy (2005)**. Disponível em: < <http://www.iep.utm.edu/nat-epis/#SH2a>>. Acesso em: 23 mai. 2012.

WIKIPEDIA. Veritism. Disponível em: <<http://en.wikipedia.org/wiki/Veritism>>. Acesso em: 2 jan. 2013.

ZANDONADE, T. Social Epistemology from Jesse Shera to Steve Fuller. **Library Trends** v. 52, n.4. 2004. P. 810-832.